

EDIÇÃO CRÍTICA DAS OBRAS DE EÇA DE QUEIRÓS



TEXTOS DE IMPRENSA VI

(da *Revista de Portugal*)

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA

N I M P R E N S A
N A C I O N A L

© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós

Coordenador: Carlos Reis
Apoio: Secretaria de Estado da Cultura

Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós

Plano de edição

FICÇÃO

Não-póstumos

- O Mistério da Estrada de Sintra
- Crime do Padre Amaro (1.^a versão)
- Crime do Padre Amaro (2.^a versão)
 - Primo Bazilio
- Crime do Padre Amaro (3.^a versão)
 - * O Mandarin
 - A Relíquia
 - Os Maias
 - Contos I

Semi-póstumos e Póstumos

- A Correspondência de Fradique Mendes
- A Ilustre Casa de Ramires
- A Cidade e as Serras
 - Contos II
 - Lendas de Santos
 - * A Capital !
- Conde de Abranhos
 - * Alves & C.^a
- A Tragédia da Rua das Flores

TEXTOS DE IMPRENSA

- Uma Campanha Alegre. De «As Farpas»
 - Textos de Imprensa I
 - Textos de Imprensa II
 - Textos de Imprensa III
 - Textos de Imprensa IV
 - Textos de Imprensa V
 - * Textos de Imprensa VI

EPISTOLOGRAFIA

- Cartas Públicas
- Cartas Privadas

NARRATIVAS DE VIAGENS

- O Egipto e outros relatos

VÁRIA

- Almanaques e outros dispersos

TRADUÇÕES

- Philidor
- As Minas de Salomão

* Volumes publicados

TEXTOS DE IMPRENSA. VI
(da *Revista de Portugal*)

Frontispício da *Revista de Portugal*.

N I M P R E N S A
N A C I O N A L

© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

REVISTA
DE
PORTUGAL

—
EÇA DE QUEIROZ

DIRECTOR

—
VOLUME I



PORTO

EDITORES, LUGAN & GENELIOUX

Successores de Ernesto Chardron

1889

Todos os direitos reservados

N I M P R E N S A
N A C I O N A L

© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

EDIÇÃO CRÍTICA DAS OBRAS DE EÇA DE QUEIRÓS
Textos de Imprensa

Textos de Imprensa. VI
(da *Revista de Portugal*)

Edição de
Maria Helena Santana

Imprensa Nacional-Casa da Moeda
1995

N I M P R E N S A
N A C I O N A L

© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Nota prefacial

O volume que agora se publica reúne um conjunto de textos de Eça de Queirós, cujo significado deve ser desde já realçado: correspondendo a um domínio da actividade cultural que Eça sempre privilegiou — o da colaboração em revistas e em jornais do seu tempo —, esses textos assumem a especial relevância que lhes é conferida por virem de uma publicação que o escritor fundou e dirigiu. A *Revista de Portugal* não foi, assim, mais uma das publicações periódicas em que Eça colaborou; foi um projecto que o escritor acarinhou e uma iniciativa em que investiu o entusiasmo de quem acreditava que, por meio de uma tal intervenção cultural, seria possível reformar mentalidades e costumes. Disso falam abundantemente cartas de Eça em que fica testemunhado o esforço para reunir em torno da *Revista de Portugal* o escol da intelectualidade portuguesa da época; disso fala também o programa da *Revista de Portugal* (que aqui se publica em apêndice), quando afirma: «O Público, pela ausência duma Revista que periodicamente vá registrando a vida nacional nas suas diversas evoluções, não tem possuído o único meio de seguramente computar a valia ou a inanidade do esforço colectivo»; e acrescenta-se nesse texto não assinado, mas da autoria de Eça: «Só por meio duma Revista, onde gradualmente se foi depositando a produção intelectual do País, e deixou exacto vestígio a sua actividade política e económica, se pode ao cabo de um período calcular quais foram, na vida nacional, as aquisições, as paragens, os retrocessos, os progressos».

Aparentemente o entusiasmo de Eça era excessivo para o acanhado meio cultural a que a revista se dirigiu, como o atestam as dificuldades de vária ordem que a *Revista de Portugal* conheceu e também a sua relativamente curta vida. Seja como for, a *Revista de Portugal* surge e intervém num tempo especialmente melindroso e não isento de contradições: o da crise do Ultimato, o da primeira tentativa de instauração da República e o da emergência do vencidismo, tempo que é também o do suicídio de Antero e o da experiência governativa de Oliveira Martins.

Por tudo isto e pelo mais que se expõe na circunstanciada introdução de Maria Helena Santana, a publicação destes textos, nos termos em que é feita, reveste-se de uma importância inegável. Fica reunida em um só

volume, de forma coerente e possibilitando uma leitura «em continuidade», a colaboração de Eça para a revista de que foi director. A essa colaboração juntam-se diversos documentos directamente relacionados com a *Revista de Portugal*, também inseridos neste volume. Excluem-se, naturalmente, as cartas de Fradique Mendes que, de acordo com o plano desta Edição Crítica, entram em volume próprio.

A exemplo do que se fez anteriormente, regista-se e agradece-se aqui o apoio que à Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós tem sido facultado pela Secretaria de Estado da Cultura, pelo Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro e pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

CARLOS REIS

Sumário

INTRODUÇÃO	p. 15
1. FONTES UTILIZADAS NESTA EDIÇÃO	16
1.1. <i>A Revista de Portugal</i>	16
1.2. Manuscritos e outras fontes documentais	17
2. O PROJECTO E O LANÇAMENTO DA <i>REVISTA DE PORTUGAL</i>	19
3. A COLABORAÇÃO DE EÇA	28
4. HISTÓRIA DOS TEXTOS: AUTORIA E IDENTIFICAÇÃO DO TEXTO-BASE	30
4.1. Texto 1	32
4.2. Texto 2	34
4.3. Texto 3	35
4.4. Texto 4	36
4.5. Texto 5	38
5. EDIÇÕES PÓSTUMAS	42
6. CRITÉRIOS DE FIXAÇÃO DO TEXTO CRÍTICO	46
6.1. Ortografia	46
6.2. Aparato crítico	48
TEXTO CRÍTICO	49
<i>El-Rei D. Luís</i>	51
<i>Notas do mês</i>	55
<i>Notas do mês</i>	63
<i>Notas do mês</i>	69
<i>Novos factores da política portuguesa</i>	83

APÊNDICE	p. 97
Notas introdutórias	99
<i>Revista de Portugal. Programa</i>	109
Circular [1889]	117
Circular [1890]	119
<i>A Revista</i> [Texto editorial]	123
<i>Bibliografia (Publicações estrangeiras)</i>	127
Documentos do Espólio (extratextos)	137
Índices da <i>Revista de Portugal</i>	139
NOTAS BIOBIBLIOGRÁFICAS	143

INTRODUÇÃO

Os cinco textos que constituem o corpo principal deste volume foram integralmente publicados na *Revista de Portugal*, entre 1889 e 1890. São eles «El-Rei D. Luís»; três artigos de actualidade que integram a rubrica «Notas do Mês» (a dois dos quais têm sido atribuídos os títulos «A revolução do Brasil» e «O Ultimatum») e ainda o artigo «Novos factores da política portuguesa». Relegados para plano secundário na obra de Eça de Queirós, como em geral sucedeu com a abundante produção cronística do escritor, estes textos figuravam até hoje — à excepção do último, só posteriormente identificado — no volume de dispersos *Cartas Inéditas de Fradique Mendes e mais Páginas Esquecidas*, compilado e editado em 1929 por José Maria d'Eça de Queirós, filho.

A edição crítica das obras de Eça de Queirós propõe-se, entre outros objectivos, estabelecer uma organização criteriosa do vasto conjunto de textos de imprensa, tantas vezes reunidos arbitrariamente segundo uma tradição impressa que importa rever. Pretende-se, por conseguinte, reagrupar um núcleo de textos com características e circunstâncias de produção semelhantes, respeitando a sua ordem cronológica e os títulos originais, bem como restituir-lhes a fidelidade linguística, de acordo com os critérios adoptados para a globalidade desta edição. Assim, pela primeira vez é apresentada num único volume toda a produção não ficcional de Eça de Queirós relativa à *Revista de Portugal*, que fundou e dirigiu de 1889 a 1892.

Os cinco artigos mencionados constituem os mais extensos e porventura mais elaborados textos de reflexão político-ideológica do autor. Género privilegiado ao longo de uma experiência multímota como colaborador de imprensa, a crónica jornalística permitiu a Eça desenvolver uma técnica argumentativa de que revela aqui o perfeito domínio. Não se trata agora da irreverência acutilante d'*As Farpas*, ou do diletante exercício de espírito dos *Ecos de Paris*, que regularmente enviava à *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro: nem a responsabilidade de assegurar um artigo de fundo que prestigiasse a revista, nem a gravidade das circunstâncias políticas lho permitiam. A morte do rei D. Luís, a revolução republicana no Brasil, o

Ultimatum britânico de 1890 e o desenvolvimento do republicanismo em Portugal são acontecimentos interligados que Eça sucessivamente analisa e em que encontramos, por detrás da fragmentaridade textual, a coerência e a continuidade de um pensamento lúcido e atento aos sinais da História.

Além destes artigos são ainda editados em Apêndice outros textos e documentos relacionados com a história da revista, designadamente o projecto-programa que precedeu a sua publicação. Mais do que uma informação publicitária, este texto representa a consecução de um projecto editorial que Eça amadurecera durante anos — a criação de uma grande revista literária — que marcaria de facto a cultura portuguesa do final de século.

1. FONTES UTILIZADAS NESTA EDIÇÃO

A preparação da presente edição pressupõe, naturalmente, a consulta de diversas fontes de informação biobibliográfica, que tomaremos como referência ao longo deste estudo introdutório. Embora o estabelecimento do texto-base seja neste caso relativamente simples, dado que a única edição produzida em vida do escritor é a da *Revista de Portugal*, há no entanto que ter em conta as circunstâncias e motivações que estão na origem da sua elaboração, e que se prendem com a história e o estatuto da revista, ela própria obra de Eça.

A *Revista de Portugal* constitui, por conseguinte, o nosso principal documento de trabalho, sem deixarmos de ter em consideração as edições póstumas dos textos que nos ocupam, designadamente o volume *Cartas Inéditas de Fradique Mendes e mais Páginas Esquecidas* — cuja 1.^a edição surgiu, como se disse, em 1929 —, bem como os manuscritos autógrafos existentes e outros materiais do espólio do autor.

1.1. A *Revista de Portugal*

No que diz respeito à *Revista de Portugal*, tivemos oportunidade de compulsar vários exemplares, em bom estado de conservação, quer na Biblioteca Nacional quer em diversas bibliotecas universitárias do País¹. Foi editada por Lugan & Genelioux, Sucessores de Ernesto Chardron, Porto, em 4 volumes (Julho, 1889-Maio, 1892) e impressa na Tipografia de

¹ Consultámos, além dos dois exemplares da Biblioteca Nacional, o da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (que utilizámos como base de trabalho) e ainda os do Instituto de Língua e Literatura Portuguesas da Faculdade de Letras de Coimbra (incompleto) e da Biblioteca da Universidade de Aveiro.

A. J. da Silva Teixeira². Cada volume, encadernado, inclui seis números, num total de vinte e quatro, apresentando a seguinte distribuição:

Vol. I, 1889 (Julho-Dezembro), 790 pp.; vol. II, 1890 (Janeiro-Junho), 862 pp.; vol. III, 1890 (Julho 1890-Junho 1891), 770 pp.; vol. IV, 1892 (Dezembro 1891-Maio 1892), 818 pp.³

A revista foi publicada em fascículos de 130 a 150 páginas, de formato in 8° grande (24 × 26 cm), em papel de boa qualidade. O tipo utilizado é em regra «elzevir» corpo 10 (16 para os títulos), com um espaçamento de 4 pontos. As capas — que apenas pudemos observar em alguns números avulsos —, de aspecto gráfico sóbrio, em tom róseo, apresentam, com ligeiras variações, o título destacado na parte superior, seguido do nome do director e eventualmente do subdirector e do secretário da redacção; um sumário do número em causa e, por último, a editora, data, correspondentes em Paris e indicação do ano, número e volume. Da página interior consta por norma informação sobre a periodicidade, condições de assinatura e preços, e referências pontuais a futuros artigos. O espaço restante, bem como a contracapa, são preenchidos com anúncios publicitários de livrarias sobre as últimas aquisições e novidades editoriais.

Precedeu o lançamento da revista a publicação de um folheto de 11 páginas com o texto do programa da revista. Trata-se de um exemplar raríssimo, que não consta da bibliografia activa do autor, embora o texto tenha sido divulgado também através da imprensa, em Março de 1889. De características gráficas semelhantes às dos fascículos posteriores, inclui na capa um sumário das secções e uma lista provisória dos colaboradores, a completar no 1.º número.

1.2. Manuscritos e outras fontes documentais

Das versões manuscritas conhecidas dos textos de Eça, foi-nos facultado o acesso aos autógrafos do artigo «El-Rei D. Luís» e da circular que acompanhou o prospecto-programa, graças à disponibilidade manifestada pelos proprietários, a Senhora D. Maria da Graça Salema de Castro e o Sr. Professor Doutor Rui Carrington da Costa, respectivamente, a

² Há notícia da publicação antecipada de um número espécime, para efeitos publicitários, conforme consta da *Primeira Parte do Catálogo da Notável Biblioteca que pertenceu ao distinto Engenheiro Agrónomo M. K. d'Alvarenga*, elaborado por Manuel Ferreira, Porto, Soares e Mendonça, 1969 (n.º 3088). Por outro lado, o 3.º *Boletim Bibliográfico*, Outubro de 1993, da Livraria Manuel Ferreira, Alfarrabista, menciona uma colecção da *Revista de Portugal* com uma indicação apenas do editor dizendo tratar-se de um «exemplar com a variante de reimpressão de diversas páginas» (n.º 3994). Não tivemos acesso a qualquer destes exemplares.

³ As datas indicadas nos dois últimos volumes não correspondem às da efectiva publicação dos respectivos fascículos, que são, para o vol. III, Outubro, 1890 a Novembro, 1891 e para o vol. IV, Dezembro, 1891 a Maio, 1892.

quem expressamos o nosso vivo reconhecimento. Não foi possível, apesar de alguns esforços nesse sentido, localizar um terceiro manuscrito, relativo ao artigo «Novos factores da política portuguesa». A identificação deste texto foi revelada por Guerra da Cal, na sua *Bibliografia queirociana*⁴, obra de referência imprescindível nesta edição.

No espólio de Eça de Queirós, na Biblioteca Nacional, encontram-se alguns documentos autógrafos respeitantes à produção da *Revista de Portugal*, designadamente uma lista de colaboradores e uma outra das secções que lhes são atribuídas, que reproduzimos em Apêndice. O espólio de Luís de Magalhães, subdirector da publicação a partir de Julho de 1891, não acrescenta, tanto quanto pudemos observar, quaisquer elementos relacionados com as funções que ocupou, muito embora conste do respectivo elenco uma pasta relativa à *Revista Portugal*.

Em contrapartida, a correspondência dirigida por Eça a Luís de Magalhães, durante os anos da administração comum, assim como ao seu antecessor, Manuel da Silva Gaio, constituem uma preciosa fonte de informação, pois permitem conhecer em pormenor a história desta publicação. Com efeito, os assuntos da revista preenchem uma parte considerável da correspondência de Eça — mais de uma centena de cartas, umas abordando questões de financiamento e organização, escolha de secções e artigos, outras formulando convites, sugerindo temas, ou simplesmente comentando os sucessos e insucessos da revista.

Entre os destinatários mais frequentes contam-se ainda a Mulher do escritor, durante o período de permanência deste em Portugal, e Oliveira Martins, conselheiro privilegiado de Eça. Merece igualmente destaque o núcleo epistolar dirigido ao editor Jules Genelioux, da Casa Chardron, grande parte do qual publicado pela primeira vez em 1961⁵. Note-se, a este propósito, que novos e importantes elementos sobre a *Revista de Portugal* têm vindo a ser revelados através de recentes aditamentos à correspondência de Eça de Queirós⁶, oferecendo no seu conjunto um acervo documental invulgarmente completo e preciso.

⁴ *Lengua y estilo de Eça de Queiroz. Apêndice. Bibliografía queirociana sistemática y anotada e iconografía artística del hombre y la obra*, vols. I-IV, Coimbra, «Acta Universitatis Conimbricensis», 1975-1984. Sobre este texto cf. *infra*, 4.5.

⁵ *Cartas de Eça de Queirós aos seus editores Genelioux & Lugan*, apresentadas por Marcello Caetano, Lisboa, Edições Panorama, 1961. Incluídas em Eça de Queirós, *Correspondência*, 2 vols. Leitura, coordenação, prefácio e notas de Guilherme de Castilho, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.

⁶ Referimo-nos, designadamente, a «Quatro cartas inéditas de Eça de Queirós». Apresentação, leitura e notas de Carlos Reis, in *Cadernos de Literatura*, n.º 16, Coimbra, 1983, pp. 7-21 e a um conjunto de cartas também inéditas que integram a *Correspondência (Suplemento)*, do vol. IV de *Obras de Eça de Queiroz*. Introdução e fixação dos textos por Aníbal Pinto de Castro, Porto, Lello & Irmão Editores, 1986 (em particular as cartas CCLXXI, CCLXXVI, CCLXXVII e CCLXXVIII, dirigidas a Jules Genelioux, e CCLXXIX, a Manuel Gaio). Mais recentemente ainda, surgiu mais uma carta inédita, a Teófilo Braga, convidando-o a participar na revista, publicada por Isabel de Faria e Albuquerque no volume *Novos contributos para a correspondência de Eça de Queirós* (inéditos, textos integrais e correcções), Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1992, pp. 349-350. Todas estas publicações são posteriores à compilação organizada por Guilherme de Castilho, em 1983.

A bibliografia crítica não é, no que concerne à revista — como de resto aos textos de imprensa do autor —, particularmente abundante, embora os estudos de índole biográfica, designadamente os de Lopes de Oliveira⁷ e de Luís Viana Filho⁸ lhe consagrem um espaço considerável. Cumpre todavia realçar a excelente monografia de Miranda de Andrade — *Eça de Queirós e a Revista de Portugal*⁹, publicada em 1953 — que percorre toda a documentação à data existente. Graças a este texto, bem como à *Bibliografia queirociana* de Guerra da Cal, o trabalho de inventariação e acesso às fontes pôde ser substancialmente simplificado.

2. O PROJECTO E O LANÇAMENTO DA REVISTA DE PORTUGAL

A ideia de criar uma revista, que Eça acalentava já desde os tempos do *Cenáculo*, assume contornos definitivos em 1888, nas vésperas da sua transferência para o consulado de Paris. O projecto foi delineado ainda em Inglaterra, por ocasião de uma visita de Mariano Pina, em Junho, e em breve todos os preparativos estavam em marcha.

A história da *Revista de Portugal*, facultada em grande parte pela própria correspondência do escritor durante os quatro anos da sua publicação, mereceu, como já tivemos ocasião de referir, um estudo monográfico, por Miranda de Andrade, em 1953. Posteriormente a esta data, novos elementos têm vindo a ser revelados, nomeadamente através do núcleo epistolar dirigido aos editores Lugan & Genelioux, da Casa Chardron, editado em 1961. É justamente numa destas cartas que, em 25 de Julho de 1888 — pouco depois do encontro com Mariano Pina —, Eça apresenta a Jules Genelioux uma proposta editorial circunstanciada, incluindo condições de impressão, distribuição, preços e um programa sumário das secções da revista:

Il n'y a pas au Portugal une *Revue*: cependant le public, en Portugal et au Brésil est tout à fait mûr pour en recevoir une — et la preuve c'est que de petites publications de rien du tout comme *Ocidente* et d'autres, arrivent à vivre et à prospérer!! (...)

La Revue serait imprimée à Paris, dans les grandes imprimeries de Daloz, Quai Voltaire. Elle est mensuelle, paraissant le premier. Elle est de 120 pages dans le format de la *Revue des deux mondes* avec un cachet et une élégance plus modernes.

⁷ *Eça de Queiroz. História das suas obras contada por ele próprio. Páginas desconhecidas*, Lisboa, Vida Mundial Editora, 1944 (Veja-se em especial a 3.ª Parte, «As revistas que Eça sonhou e a *Revista de Portugal* que realizou», pp. 245-282).

⁸ *A vida de Eça de Queirós*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1983 (pp. 184 e ss.).

⁹ *Eça de Queirós e a Revista de Portugal*, separata de *Ocidente*, vol. LXIV, Edição de Álvaro Pinto, Lisboa, 1953. Além de um pormenorizado estudo sobre a história da revista, o autor descreve três manuscritos com ela relacionados, um dos quais inédito, cujo texto reproduz. Cf. *infra*, introdução aos textos publicados em Apêndice.

Comme papier, impression, elle sera *ce qu'on fait de mieux*. (...) Comme collaboration nous aurons tout ce qui compte et a un nom dans la littérature portugaise; aussi quelques écrivains brésiliens, des meilleurs. J'y commence pour y publier un roman [sic], Dieu voulant. Messieurs Oliveira Martins, Ramalho Ortigão sont du nombre des collaborateurs constants; et du reste, je le répète, tout ce qui a un nom dans les Lettres, la Critique, la Poésie, les Sciences, la Politique, etc. C'est tout à fait une *oeuvre nationale* — quelque chose exprès pour faire honneur au pays¹⁰.

O contrato proposto a Genelioux, conforme consta ainda da carta, consistia unicamente na distribuição da revista (numa tiragem de 3000 exemplares, a 500 rs. cada), sob comissão, embora figurando na capa o nome da casa editora. De tudo o mais se ocupariam Eça e Mariano Pina, respectivamente *directeur-en chef* e *directeur-gérant*, que entretanto se encarregaram de elaborar um estudo financeiro, um prospecto publicitário e uma lista de colaboradores. Destes, Oliveira Martins é o primeiro a ter conhecimento do projecto:

É uma Revista — uma grande Revista, nas proporções da «Revista dos Dois Mundos», uma obra de carácter nacional, que possivelmente seria lançada pela casa Chardron, e que certas condições especiais de *imprimerie*, nos obrigam a imprimir em Paris. Eu sou o director dessa *grosse machine*, e tu terias nela um lugar que não se limitaria ao de colaborador. Eu desejo fazer dessa publicação, querendo Deus, uma verdadeira obra nacional, colaborada por tudo o que há de melhor, em todas as especialidades, e mostrando enfim que Portugal não é tão estúpido como por aqui se pensa. Demais a Revista seria o órgão dos nossos interesses, perante a Europa, porque uma parte destinada a essa função seria em francês, e por engenhoso sistema, a Revista penetraria em todas as chancelarias da Europa, e nos gabinetes de todos os homens importantes desde Bismarck até ao Papa! Há dois meses que isto se estuda: a casa Chardron vê aí *un bon succès d'argent*; eu creio que se poderia fazer disto uma coisa importante e patriótica.

Esta carta, datada de 15 de Agosto, assinala o início do longo processo de preparação da revista, cujo número inaugural só viria a lume em Julho do ano seguinte. O empreendimento revelou-se na verdade bem mais complexo do que Eça supunha: a partida de Mariano Pina para Portugal, pondo assim termo à sociedade, fez com que se resignasse a aceitar as condições impostas por Genelioux, e a abdicar da impressão em Paris. Foi necessário ainda vencer o cepticismo dos amigos mais próximos — Ramalho Ortigão, principalmente, e Oliveira Martins, que viria a revelar-se um excelente colaborador.

¹⁰ Eça de Queirós, *Correspondência*, 2 vols., edição cit. (Carta n.º 181, vol. I, pp. 485-489). Salvo indicação específica, todas as citações serão feitas a partir desta edição, passando a indicar-se apenas a data respectiva.

Consciente das dificuldades e menos ambicioso quanto ao aspecto estético da publicação, Eça não transige em relação aos objectivos e ao nível cultural e literário que desde o início se propusera. O futuro da *Revista de Portugal* seria «talvez zero, talvez uma Força»; mesmo fracassando, teria ainda o mérito de promover entre o público e os leitores o hábito da «literatura bem feita»¹¹. A escolha do título não foi certamente destituída de significação (*c'est simple et cela a l'air comme il faut* — dizia Eça aos editores). Convém lembrar que o escritor concluíra por esta altura *Os Maias*, onde assistimos aos planos de criação de uma «Revista de Portugal» que «dirigisse a literatura, educasse o gosto, elevasse a política, fizesse a civilização, remoçasse o carunchoso Portugal»... Mas os projectos de Carlos e Eça estavam de antemão condenados ao fracasso, e a revista não passou do aspecto formal — «Carlos pretendendo que fosse azul-claro com tipo Renascença, Ega exigindo uma cópia exacta da *Revista dos Dois Mundos*, numa *nuance* mais cor de canário»¹².

Impunha-se pois, na sua perspectiva, uma publicação digna de representar o País perante o estrangeiro, oferecendo simultaneamente um espaço de comunicação estimulante e educativo aos Portugueses. Os passos seguintes — o prospecto-programa e os convites aos colaboradores — são cuidadosamente elaborados, sublinhando o alcance cultural e a exigência de qualidade a imprimir à revista. Eça não se cansa de insistir no carácter nacional e patriótico do seu empreendimento a ponto de recluir, após a redacção do prospecto, «ter nele passado além de todos os limites»¹³.

O texto ultrapassa de facto a dimensão publicitária, assumindo características de autêntico manifesto: a apresentação da revista é pretexto para um balanço negativo da vida cultural do País, e o seu lançamento constituiria um repto aos Portugueses, no sentido de lhes permitir ocupar um lugar entre as nações pensantes:

Formar um resumo do nosso movimento intelectual que torne praticável à crítica estrangeira a apreciação dos nossos homens, das nossas obras, das nossas tendências, e nos dê entre as nações literárias o lugar mesquinho ou largo que mereçamos ocupar; (...) Fundar um registro permanente da nossa actividade em todos os ramos, que nos permita termos, o mais exacta e visível que ser possa, a consciência de nós mesmos.

¹¹ Cf. Cartas a Ramalho Ortigão, de 26 de Nov. e de 19 de Dez. de 1888, respectivamente. Eça rejeita a sugestão de Ramalho quanto ao tipo de publicação a adoptar, optando decisivamente pelos modelos «sérios» da *Revue des Deux Mondes*, ou das inglesas *Contemporary* e *Fortnightly*.

¹² Cf. Eça de Queirós, *Os Maias*, Lisboa, Edição Livros do Brasil, s. d., cap. xv, pp. 251 e 565-567.

¹³ Cf. Carta a Oliveira Martins, de 24 de Dez. de 1888, pedindo-lhe uma revisão crítica do texto. O prospecto-programa, cuja redacção terá sido iniciada em Julho desse ano, só em Março de 1889 foi enviado à imprensa. Cf. *infra*, Apêndice.

Preencher essa lacuna permitiria ao País em última análise aferir a «computação das suas forças vivas», ou seja, a sua própria valia colectiva — tópico aliás recorrente na chamada «geração de 70»¹⁴.

Entre as várias secções da revista destacam-se os estudos de análise social e política e a literatura — produção original, tradução e crítica. Este seria um domínio a privilegiar, oferecendo ao público a «educação do seu espírito» e aos autores a possibilidade de diálogo e de disciplina intelectual. Os colaboradores seriam a principal garantia: «uma numerosa e ilustre plêiade de espíritos, a mais bem dotada e brilhante que jamais reuniu uma publicação em Portugal» — e no Brasil, acrescente-se, uma vez que a revista se destinava explicitamente aos dois países.

Este empenhamento não é mera retórica, já que mesmo aos amigos íntimos, como na citada carta a Ramalho, Eça admite o provável insucesso financeiro («Isto é um empreendimento de literatura e não de dinheiro — e eu ganharia mais a meu gosto e em maior quantia, continuando a fabricar romances»). Na verdade, o seu objectivo era, antes de mais, criar um espaço «decente» de publicação, onde pudessem ter voz os intelectuais da sua geração: Oliveira Martins, Antero, Teófilo, o próprio Ramalho, a quem se dirigem estas palavras.

Não admira, pois, que estes nomes figurem entre os primeiros convidados duma lista de colaboradores que inclui ainda, entre outros, Batalha Reis, Teixeira de Queirós, Silva Gaio, Jaime de Magalhães Lima, os condes de Arnoso, de Ficalho e de Sabugosa e até personalidades mais distantes do seu círculo, como Camilo Castelo Branco e Fialho de Almeida. A cada um sugere o tipo de colaboração mais consentâneo com o respectivo campo de interesses, invocando o prestígio do convidado ou a solidariedade afectiva e ideológica. Com efeito, embora procure constituir um núcleo diversificado de redactores, Eça contava sobretudo com o capital simbólico da sua geração. Aos antigos companheiros do *Cenáculo* agregava agora o grupo dos *Vencidos*, que nem sempre corresponderam às constantes solicitações do director. Quase todos deram apenas uma colaboração esporádica, muito embora do grupo se esperasse a orientação ideológica da revista¹⁵. Presenças assíduas foram em contrapartida Oliveira Martins, que aí publi-

¹⁴ O conceito de patriotismo associado à capacidade de produção cultural e científica aqui defendido é retomado quase *ipsis verbis* no final da «biografia» de Fradique Mendes («Memórias e Notas»), redigido por esta altura e publicado na revista. O mesmo tema foi objecto de uma comunicação que apresentámos no II Encontro Internacional de Queirozianos, (Coimbra, 1-3 de Julho de 1992), intitulada «Um projecto patriótico: a *Revista de Portugal*», a integrar as Actas do Encontro.

¹⁵ Cf. António José Saraiva, *A Tertúlia Ocidental. Estudos sobre Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queiroz e outros*, Lisboa, Gradiva, 1990, pp. 137-147.

cou parte de *Os Filhos de D. João I* e de *A vida de Nun'Álvares*, além de outros artigos; Eduardo Prado (sob o pseudónimo Frederico de S.), com abundantes artigos sobre a situação política do Brasil; Teófilo Braga, com «A epopeia da humanidade» e «O século XVIII em Portugal» e Luís de Magalhães, com variada contribuição. Só na última fase a revista se abriu claramente a novos valores, como Alberto de Oliveira e Raul Brandão, excepção feita a Moniz Barreto, acolhido com agrado, apesar das reticências iniciais.

A crítica literária foi reconhecidamente um dos pontos fortes da revista. Eça batera-se desde a primeira hora pela criação de um espaço *profissional* de crítica, a cuja inexistência atribui a «anarquia intelectual em que uma Literatura por vezes se transvia e cai»¹⁶.

A publicação impôs sem dúvida, desde o início, um nível de qualidade inédito entre nós, nos mais diversos domínios. Bastaria mencionar, dos dois primeiros volumes, além dos trabalhos acima citados, ensaios como «A literatura portuguesa contemporânea», de Moniz Barreto, «A evolução da literatura brasileira», pelo brasileiro Oliveira Lima ou «Tendências gerais da filosofia na segunda metade do século XIX», de Antero, bem como as «Notas do mês» e as «Cartas de Fradique Mendes», de Eça de Queirós. Mesmo reconhecendo que os primeiros números se revelaram «uma experiência *in anima vili*», o director mostrava-se razoavelmente satisfeito. Não obstante, faz questão de lembrar a Oliveira Martins — a quem agradece o apoio prestado a Silva Gaio, secretário de redacção — a necessidade de que «os números sejam o mais literários que a nossa terra permita»¹⁷.

O balanço público, apresentado num editorial do número de Outubro de 90, é, à primeira vista, francamente positivo. O leitor é convidado a admitir que «está diante duma verdadeira *Biblioteca da Literatura Contemporânea*, onde se arquivou, se reuniu tudo o que durante o ano Portugal criou de mais elevado, de mais brilhante, de mais atraente em História, Filosofia, Crítica, Economia, Sociologia, Arte, Romance e Poesia»¹⁸. Mas logo de seguida se torna claro que a revista atravessa dificuldades que impõem uma reformulação. A ideia é transformá-la num *magazine* (receio

¹⁶ Cf. prospecto-programa, Apêndice.

¹⁷ Carta de 18 de Julho de 1889. Algumas vezes o juízo de Eça é pouco animador: o 2.º número diz estar «sensabor» (a O. Martins, 27 de Agosto de 1889); e o fascículo de Outubro «atroz» (a M. S. Gaio, 16 de Outubro de 1889). Já, pelo contrário, o número de Maio de 1890 lhe parece «assez bon» (a J. Genelioux, 9 de Agosto de 1890) e o sumário do fascículo de Novembro de 1891 «admirável» (a L. Magalhães, 18 de Setembro de 1891).

¹⁸ Cf. Apêndice, *infra*. A par deste texto foi elaborada uma circular, de conteúdo semelhante, destinada à imprensa.

sempre adiado) onde «predominem as obras de imaginação, as vulgarizações científicas, narrações de viagens, os trabalhos biográficos, os estudos de costumes, as actualidades políticas e sociais». O texto não esconde o desapontamento perante a inconstância dos colaboradores e a falta de adesão do público — o estigma da indolência lusitana.

Em privado, a responsabilidade é assumida pelo director e respectiva equipa editorial. Jules Genelioux é repetidamente acusado de intervenções inconvenientes, e o próprio Silva Gaio acaba por se afastar. Acusando o ressentimento do secretário, Eça resumia assim a situação: «Creio que por vezes disse, aqui, a amigos, que nem eu tenho jeito para director, nem o amigo para secretário, nem Genelioux para editor da «Revista»: porque a todos três faltava aquele espírito de iniciativa, de invenção, de tenacidade, que em geral falta a portugueses (o Genelioux está totalmente aporuguesado) e sem o qual nenhuma empresa consegue implantar-se num meio que lhe seja adverso»¹⁹.

As mesmas constatações, em tom cada vez mais desencantado, marcarão doravante a correspondência do escritor, alternando com esperanças momentâneas em revitalizar a revista. Em Março de 1890, Eça viera a Portugal, onde permaneceu até Julho. Aí tentara sem êxito vender a publicação a outros editores, como a Casa Corazzi, e recusara por seu turno a proposta de compra de Eduardo Prado, que considera «absurda» e de uma generosidade quixotesca²⁰. Entretanto altera o contrato com Lugan & Genelioux, transferindo para a Editora as competências de administração e secretariado da revista.

De regresso a Paris, procura dar seguimento ao projecto de remodelação anunciado na já mencionada nota editorial, no sentido de introduzir artigos mais curtos e de conteúdo mais acessível ao grande público, à semelhança das revistas inglesas. O terceiro volume, com o qual se retoma em Outubro a publicação, interrompida durante alguns meses, reflecte com efeito um esforço de renovação: a par dos habituais artigos de fundo, inclui uma série de rubricas de actualidade, menos extensas, como a «Revista de crítica literária», a «Revista de política interna» (por Luís de Magalhães) e «Ideias e factos» (por Jaime de Magalhães Lima).

A afluência de novos colaboradores não foi, todavia, suficiente para assegurar regularidade à publicação. Em Julho de 91 Luís de Magalhães manifesta a sua disponibilidade para desempenhar um papel mais activo na

¹⁹ Carta a Silva Gaio, de 8 de Janeiro de 1890.

²⁰ Cf. Cartas à Mulher, durante este período, em particular as do mês de Maio de 1890.

organização da revista. Eça acolheu esta proposta com júbilo, oferecendo-lhe de imediato o lugar de director adjunto. Foi admitido também um novo secretário, Rocha Peixoto, que se encarregaria da «Revista científica».

Pensa ainda o director tornar a publicação quinzenal, baixando o preço de venda, e torná-la «mais nacional» sem por isso menosprezar o possível aumento de assinantes brasileiros. Os artigos de Eduardo Prado, de Ramalho e do próprio Eça sobre a implantação da república no Brasil tinham dado brado naquele país, mas em contrapartida contribuíram para vincular a revista a uma corrente de opinião conservadora, que Eça procurava agora corrigir: «A Revista é um campo aberto a todas as opiniões — excepto aquela que pudesse afirmar que as coisas em Portugal vão felizes e prósperas» — diz a Rodrigues de Freitas²¹. Dirige também um novo convite a Teófilo Braga, que «amuara» com as referidas incompatibilidades políticas.

No entanto, o ansiado fascículo que inauguraria a «vida nova» da revista tardava em sair, e os problemas de sempre persistiam. Eça, por seu lado, empenhara-se entretanto num outro projecto — a organização de um Suplemento Literário para a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, onde já antes colaborava assiduamente. A sua participação no IV volume é escassa e as promessas de aí publicar um conto e um texto de homenagem a Antero (ou mesmo um número de homenagem póstuma) são sucessivamente adiados.

Neste volume participaram novos autores, como Raul Brandão e Alberto de Oliveira, que se ocuparam de crítica literária, revelando-se este último um assíduo colaborador. É de salientar ainda a inclusão de vários artigos científicos. A opinião de Eça sobre os últimos números é, por ironia, mais optimista do que nunca, como atestam as últimas cartas a Luís de Magalhães: «[A revista] Está excelente, verdadeiramente portuguesa, e muito bem organizada. (...) A nau está pois lançada à água, Deus lhe dê larga e bela navegação»²².

Em Maio de 1892 a revista publicou o seu 24.º fascículo, com o qual encerrava o IV e último volume. Não morria com ela, todavia, a convicção de Eça sobre a viabilidade de renovar o seu projecto, em moldes menos ambiciosos. Pouco mais de dois anos volvidos, prepara-se para fundar, com Alberto de Oliveira, uma nova publicação de que em breve acaba por desistir.

²¹ Carta de 7 de Agosto de 1891; cf. Carta a Teófilo Braga, com a mesma data.

²² Carta de 11 de Janeiro de 1892. A carta seguinte, de 6 de Março de 1892, a L. Magalhães, constitui a última referência conhecida à organização da *Revista de Portugal*, durante a sua vigência. Foram publicadas por Carlos Reis, in *Cadernos de Literatura*, n.º 16, Coimbra, 1983, pp. 15-21.

O *Serão* seria, em certa medida, o ressuscitar da *Revista de Portugal*, sobre a qual lhe é possível então exercer um juízo crítico distanciado:

Eu continuo a crer numa *Revista* em Portugal: o que ainda não pude discernir é que espécie de Revista o Público deseja. Quando se anunciou a *Revista de Portugal* o Público correu a ela, e do primeiro número comprou 3000 exemplares, o que lhe garantia uma vida larga. Dois ou três meses depois comprava apenas de 800 a 1000 exemplares. Logo tivera uma desilusão e não era aquela a Revista que apetecia. Que defeitos lhe encontrava? Creio que a achava pesada, doutrinária, com artigos muito longos, sem modernidade, sem actualidade, e em geral maçadora: creio que a achava cara por 500 rs.: e creio ainda que a achava *espaçada de mais*.

Eça de Queirós resumia assim, numa carta a Alberto de Oliveira, datada de 26 de Setembro de 1894, as razões do insucesso da publicação. Pensava que com uma nova gestão e um editor mais empenhado (António Maria Pereira), e corrigindo alguns aspectos — a estrutura dos fascículos, a periodicidade e o preço — poderia contornar os obstáculos mais difíceis: a falta de colaboradores e o desinteresse dos leitores. «Será, querendo Deus — prossegue Eça — mais uma sacudidela dada ao espírito público, e que não nos ficará senão bem, mesmo falhando».

A *Revista de Portugal* em versão *magazine* não chegou, como se sabe, a tornar-se realidade. Do trabalho de preparação dão notícia as cartas seguintes, a Alberto de Oliveira e a Columbano, autor da capa d'O *Serão*, bem como o testemunho do autor de *Palavras Loucas*, no seu livro *Eça de Queiroz. Páginas de memórias*²³.

Os elementos recolhidos na correspondência de Eça de Queirós, que aqui apresentámos resumidamente, permitem-nos, como dizíamos, ter hoje uma visão circunstanciada sobre a história desta publicação.

Como se poderá inferir quer da síntese anterior quer da consulta dos índices (que reproduzimos em Apêndice), a *Revista de Portugal* não foi nem pretendeu ser exclusivamente literária, mas antes uma revista de ideias e de cultura num sentido amplo, e com pouca tradição entre nós. De facto, se a crítica mereceu um lugar de relevo, já o mesmo não se poderá dizer da produção literária, tanto em termos de quantidade como de qualidade. À excepção das *Cartas de Fradique Mendes*, de Eça, e das contribuições de Junqueiro e D. João de Castro na poesia, ou de Fialho e

²³ Alberto de Oliveira, *Eça de Queiroz. Páginas de memórias*, Lisboa, Portugal-Brasil Limitada — Sociedade Editora, s. d., pp. 44-46. Cf. Cartas de Eça a A. Oliveira, datadas de 10 de Novembro de 1894, 6 de Janeiro de 1895 e 23 de Janeiro de 1896 e a Columbano Bordalo Pinheiro, de 19 de Abril de 1895.

Teixeira de Queirós (Bento Moreno) na narrativa curta, pouco haverá na verdade a destacar. Não significa esta constatação que a componente literária da revista no seu conjunto — criação original e crítica — seja de algum modo menosprezável: muito pelo contrário, um estudo global viria certamente fornecer elementos de interesse para a história literária portuguesa do fim-de-século.

Está também em grande parte por realizar o estudo das condições de difusão e recepção da *Revista de Portugal*, embora quer o trabalho de Miranda de Andrade acima citado, quer a *Bibliografia queirociana* de Guerra da Cal²⁴ representem significativas contribuições nesse sentido.

Uma sondagem aos periódicos portugueses e brasileiros entre 1889 e 1892 — estudo de recepção que não caberia nos objectivos desta apresentação crítica — dar-nos-ia certamente informações interessantes acerca das posições políticas da revista. Em Portugal, tanto quanto pudemos constatar, não foi alvo de reacções polémicas, mas sabemos pelo próprio director que os artigos acerca da revolução republicana no Brasil fizeram *ruído* naquele país. Eça procurou, no entanto, fomentar o diálogo com a imprensa, o que reverteria em benefícios publicitários: o jornal *O Tempo*, na altura dirigido por Carlos Lobo de Ávila, do grupo dos *Vencidos*, foi sem dúvida o periódico que maior publicidade deu à revista, noticiando ou mesmo reproduzindo artigos aí publicados.

Sabemos, ainda através de Eça, que a revista não alcançou os 4000 exemplares previstos pelos editores, ficando pela tiragem máxima de 3000, no primeiro número. Além da distribuição em Portugal e no Brasil, teve agentes em Paris (Amedée Prince et Cie., Emile Mellier), em Londres (Amedée Prince) e em Leipzig (Karl W. Hiersemann), mas não chegou nunca a reunir um núcleo estável de assinantes.

O público português não estava, de facto, à altura de uma publicação concebida segundo um modelo à partida difícil de sustentar, e que até hoje não teve sucedâneos, no nosso país. Que ela representou um momento de excepção no panorama cultural e literário nacional é um facto repetidamente sublinhado. A comprová-lo, bastaria por certo o testemunho insuspeito de Fernando Pessoa. Referindo-se a *Orpheu*, o autor da *Mensagem* afirmaria, num dos seus escritos dispersos: «É a única revista literária a valer que tem aparecido em Portugal, desde a *Revista de Portugal*, que foi dirigida por Eça de Queirós»²⁵.

²⁴ Veja-se em particular o tomo 2.º B (Bibliografia Pasiva), ed. cit., pp. 563-577.

²⁵ Fernando Pessoa, *Páginas de Estética e de Teoria e Crítica Literárias*, Lisboa, Edições Ática, s. d., p. 359.

Ao fundar, em 1937, uma revista literária com a mesma designação, Vitorino Nemésio prevenia as eventuais expectativas suscitadas por um título «que Eça de Queirós e a sua geração carregaram de responsabilidades». No artigo de apresentação pode ler-se ainda: «Gente sem ambições não é a nossa. Depois, que culpa temos se a grandeza da geração de 1870 não é a nossa medida? O principal é manter pura a tenção que Eça de Queirós arvorou na sua *Revista de Portugal*, para que a nossa não manche essas palavras. O resto é questão de autenticidade e de tempo»²⁶.

Jacinto do Prado Coelho referiu-se-lhe nos seguintes termos: «Uma das revistas que melhor serviram a cultura portuguesa no século XIX. (...) Pela convergência de gerações e de tendências que nela se verifica (do naturalismo de Fialho ao decadentismo de Raul Brandão e ao neogarrettismo de Alberto de Oliveira), constitui valioso documento do «clima» mental português no fim-do-século»²⁷. No mesmo sentido se orienta o parecer crítico de Óscar Lopes, que considera a *Revista de Portugal*, pela sua abertura e eclectismo, como um espaço privilegiado do encontro entre as gerações de 70 e de 90²⁸.

3. A COLABORAÇÃO DE EÇA

Para além dos cinco artigos editados neste volume, de que nos ocuparemos seguidamente, a participação de Eça na revista compreende ainda dois outros textos, de natureza ficcional, publicados serialmente: *Cartas de Fradique Mendes* — o único título que os índices atribuem ao escritor — e *As Minas de Salomão*, romance traduzido do inglês.

Trata-se, no primeiro caso, de parte do epistolário de Fradique, cuja publicação fora anteriormente iniciada n' *O Repórter* e na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro. Esta série, que compreende um total de dez cartas, três das quais refundidas, vem precedida da biografia de Fradique («Memórias e Notas»), ampliada para oito capítulos. As cartas são assinadas por «Fradique Mendes» e «Eça de Queirós» (em baixo), e representam inegavelmente a mais valiosa contribuição literária do autor para a *Revista de Portugal*.

As Minas de Salomão é a versão portuguesa de *King Solomon's Mines*, de Sir Henry Rider Haggard (1886), romance de intriga aventurosa que alcançou grande popularidade na época. Esta tradução livre que, segundo

²⁶ *Revista de Portugal* (Director Vitorino Nemésio), vol. I, Coimbra, 1937-1938, pp. 151-153.

²⁷ Cf. «Revista de Portugal», in *Dicionário de Literatura. Literatura portuguesa, literatura brasileira, literatura galega e estilística literária* (dir. de J. do Prado Coelho), 3.^a ed., Porto, Liv. Figueirinhas, 1983.

²⁸ Óscar Lopes, *Entre Fialho e Nemésio. Estudos de literatura portuguesa contemporânea*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987, p. 13.

Guerra da Cal, constitui uma enriquecedora adaptação do original, seria na opinião de Eça um dos *clous* da revista. Não obstante, este manifestou uma preocupação insistente em não figurar como tradutor do texto, chegando mesmo a dar instruções a Silva Gaio no sentido de desmentir o «equivoco» gerado pelo aparecimento das iniciais «E. Q.» no fim da primeira inserção e no sumário.

Ambos os textos mencionados constituem produções literárias autónomas e como tal foram posteriormente publicados. A 1.^a edição em volume de *As Minas de Salomão* é de 1891, e apresenta-se como «tradução revista» por Eça de Queirós; *A Correspondência de Fradique Mendes*, que inclui as Cartas publicadas na *Revista de Portugal*, foi editada postumamente em 1900, tendo sido em parte organizada pelo autor. Uma informação detalhada acerca destas obras constará dos volumes que lhes são consagrados no conjunto desta edição crítica.

Por se tratar de um texto de natureza programática, relativo à organização interna da revista, remetemos para Apêndice a nota editorial publicada no n.º 13, de Outubro de 1890, com o título «A Revista», à semelhança do prospecto-programa e de outros textos publicitários. Será igualmente editado em Apêndice um conjunto de breves recensões («Bibliografia») que, muito embora não constem do elenco bibliográfico de Guerra da Cal, pensamos serem da responsabilidade do escritor.

Dos planos de Eça constava também a publicação de dois contos, que não chegou a concretizar: *As Monjas de Ribajóia*, cuja próxima aparição foi publicitada no jornal *O Tempo*²⁹; e um outro, que seria intitulado *A Ilustre Casa de Ramires*, anunciado na capa dos fascículos da revista desde Novembro de 1890. Em Abril do ano seguinte este texto estava pronto — uma «novelazinha», um «simples lance todo de ironia, revelando um carácter», tal como o descreve a Luís de Magalhães³⁰ —, mas o número de páginas previsto (30-35) levá-lo-ia a adiar a sua publicação, uma vez que entendia não dever ser cindido. Eça viria mais tarde a alterar esta decisão, tendo mesmo revisto provas do texto, que seria publicado em três partes, se entretanto não cessasse definitivamente a produção da revista³¹.

Pensou ainda o escritor publicar um artigo de homenagem a Antero de Quental, que também ficaria adiado. Apareceu, com efeito, um texto intitulado «Antero de Quental», assinalando a morte do poeta, no fascículo de Dezembro de 1891, que é atribuído a Eça por Miranda de Andrade,

²⁹ *O Tempo*, Lisboa, ano I, n.º 46, 3 de Maio de 1889, p. 3.

³⁰ Carta de 21 de Outubro de 1891.

³¹ Carlos Reis, «Quatro cartas inéditas de Eça de Queirós», *op. cit.*, p. 15.

com base numa carta do escritor a Luís de Magalhães, de 20 de Outubro. Todavia — sabemos-lo hoje —, Eça vem a desistir do propósito de redigir o texto, que diz delegar no próprio Luís de Magalhães ou em Oliveira Martins³². Tão pouco chegou a concretizar-se um número especial, dedicado a Antero. O artigo de Eça intitulado «Um génio que era um santo», veio a integrar o *In Memoriam* de homenagem ao poeta, e foi depois recolhido nas *Notas Contemporâneas*.

4. HISTÓRIA DOS TEXTOS: AUTORIA E IDENTIFICAÇÃO DO TEXTO-BASE

Embora nenhum dos textos desta edição apresente a assinatura de Eça de Queirós, que preferiu ocultar a sua identidade, é possível hoje atribuí-los com segurança ao escritor, quer pelas informações dadas na correspondência, quer, no que respeita a dois deles, pelo confronto dos respectivos manuscritos.

As razões que levaram Eça, enquanto director, a não assinar artigos de opinião são compreensíveis: ao propósito de não se envolver explicitamente em assuntos de natureza política acresce, por outro lado, a escassez de colaboradores regulares que o levou a assumir ele próprio (retomando, de resto, um expediente adoptado nos tempos d'O *Distrito de Évora*) as funções de redactor não identificado. E se é certo que um acontecimento relevante como a morte de D. Luís justificava um editorial da sua autoria, a verdade é que tanto neste como noutro caso de importância nacional — o *Ultimatum* de 1890 — Eça apelou à colaboração dos amigos, dos quais não obteve os artigos pretendidos.

No mesmo número em que foi publicado o texto «El-Rei D. Luís», em Novembro de 1889, inaugurou a revista a secção «Notas do Mês», da responsabilidade de Eça, que utilizou o pseudónimo «João Gomes». Esta nova secção, onde abordou temas de actualidade política do País e do estrangeiro, fora inicialmente prevista em moldes diferentes. Já durante a fase de preparação da revista, em carta a Ramalho Ortigão de 19 de Dezembro de 1888, Eça convidara o amigo a encarregar-se de «uma secção alegre» com esse título genérico. E acrescentava:

Tenho eu até para Você um assunto — ou antes um título para Você encher. É — a *Sociedade no Rio de Janeiro*. Sociedade no sentido de *monde*. No primeiro número isto seria supinamente vantajoso (...). Para o segundo número havia, regres-

³² *Ibid.*, p. 17. O texto em questão foi publicado na *Revista de Portugal*, vol. IV, 1892, pp. v-viii.

sando à nossa terra, outro artigo a lançar — *a Sociedade e a Política* — isto é, a relação actual, ou antes a incompatibilidade actual da gente da política e da *gente do mundo, dos centros e dos salões*. Eu toquei este ponto nos «Maías», numa frase. Ele necessita um volume. Porque é que o conde de Gouvarinho não recebia os seus correligionários, nas suas terças-feiras? Daqui todo um estudo social — sobre os políticos, seus costumes, modos, e unhas roídas.

Ramalho não chegaria a satisfazer esta proposta, muito embora mais tarde viesse a lume com um artigo — o único com que participou na revista — sobre a revolução no Brasil. A ideia, todavia, não morreu. Descontente com o resultado do segundo número, Eça sugere, desta vez a Oliveira Martins (em 27 de Agosto de 1889), a substituição das crónicas políticas por um artigo geral de «Notas do Mês»: «O que hoje são crónicas podia ser convertido em dois artigos sobre o facto dominante — um da política externa, outro da interna. Esses artigos teriam um nome, um título tirado do assunto. Dava à Revista um ar mais *cheio e variado*.»

Por fim, Eça decide assegurar ele próprio esta secção. A 6 de Outubro anuncia a Silva Gaio:

Mando hoje para o Porto um artigo — «Notas do Mês». Veja com Genelioux com que o publique neste número *malgré tout*. Escreva-lhe logo. Se com efeito o artigo tiver de aparecer, anuncie com tapage esta nova secção que se assemelha às «Farpas». Não diga, nem particularmente, que eu sou o autor. Assino João Gomes — aquele velho soldado, que dizia, no Conselho sobre a jornada de Ceuta — *Russos além!*

A urgência da carta deve-se à necessidade de garantir a conclusão do fascículo seguinte, mas, como se vê, ao mesmo tempo que acautela a imagem através do pseudónimo, o escritor sugere o sucesso d'*As Farpas* como estímulo publicitário.

Na secção «Notas do Mês» publicou Eça três textos, nos fascículos de Novembro e Dezembro de 1889 e de Fevereiro de 1890, respectivamente. Destes textos e das motivações que lhes subjazem dá também testemunho a correspondência, a que a seguir nos referiremos. A crer nas palavras de Eça, outros artigos estariam em preparação, mas não chegaram a ser publicados. Completa este conjunto de textos de imprensa o artigo «Novos factores da política portuguesa», que a revista publicou em Abril de 1890, assinado com o pseudónimo «Um espectador». Ao contrário dos restantes, só muito posteriormente veio a ser atribuído a Eça, por Guerra da Cal, que teve acesso ao manuscrito autógrafo. Por este motivo, a história editorial deste texto diverge da dos restantes, após o seu aparecimento na *Revista de Portugal*.

Pelo que ficou dito, podemos desde já concluir que todos os textos acima referidos são da responsabilidade inequívoca de Eça de Queirós e que foram publicados em vida do escritor, sem que este tivesse manifestado — que se saiba — a intenção de os alterar ou reeditar. É de crer que tenham sido previamente revistos pelo autor. Sabemos quanto Eça era exigente a esse respeito e, apesar das difíceis condições de edição, há várias referências na correspondência a trabalhos de revisão de provas, designadamente das «Cartas» de Fradique Mendes.

O texto *ne varietur* da presente edição será, por conseguinte, o da *Revista de Portugal*, primeira e única edição autorizada pelo autor. Daremos assim prioridade à história dos textos até à data da primeira versão impressa ou, mais propriamente, à história da sua composição, e trataremos separadamente a tradição impressa, correspondente às edições póstumas, em volumes de dispersos ou em compilações da obra do autor.

4.1. Texto 1

«El-Rei D. Luís». *Revista de Portugal*, vol. I, 1889 (n.º 5, Novembro), pp. 625-629.

O texto aparece em lugar de destaque, a abrir o fascículo, e é composto por cinco páginas, no formato e tipo habitualmente utilizados na revista³³, todas elas tarjadas a negro. Não vem assinado.

A autoria do artigo não oferece dúvidas: para além de uma carta a Silva Gaio (de 22 de Outubro), anunciando para o fascículo seguinte o envio de «um curto artigo sobre a morte do Rei», a existência do manuscrito autógrafo permite identificar claramente a caligrafia de Eça de Queirós.

Sem deixar de ser um texto panegírico, uma homenagem de circunstância à memória do monarca (falecido em 19 de Outubro), enaltecendo a sua acção como governante, as suas qualidades humanas e formação cultural, é possível ler nas entrelinhas uma mensagem político-ideológica: a da necessidade de um reforço do poder real, projectada na figura do príncipe D. Carlos. Na verdade, se de início o autor definira o reinado cessante como sendo o da consolidação da ordem política e da modernização do País, já na parte final do artigo equaciona de forma bem diversa as perspectivas que se abrem ao herdeiro do trono: *Começa este reinado no momento em que, pela dispersa hesitação das inteligências, pelo incurável enfraquecimento das vontades, pela desorganização dos partidos, pela inércia das classes, — o Rei surge como a única força que no País ainda vive e opera.*

³³ Cf. *supra*, ponto 1.1.

A crise assim enunciada em resumo justificaria, segundo insinua o autor, um maior envolvimento e autoridade do Rei na governação. Era esta, de resto, a posição dos *Vencidos*, de que Eça procurou fazer eco nas páginas da revista³⁴. Ante a perspectiva da morte de D. Luís, Eça tentou obter, com efeito, um conjunto de artigos de elementos do grupo, designadamente de Oliveira Martins e de Carlos Lobo de Ávila (Valbom). Ao primeiro pediu «um estudo histórico sobre o Rei defunto», que poderia ser — especifica — «de grave cortesia, sem tocar na política que caracterizou o reinado»; ao segundo um artigo sobre o Príncipe herdeiro. A si, na qualidade de director da revista, caber-lhe-ia «um geral, de sentimento»³⁵. Apenas o último destes artigos viria a ser publicado, da pena de Eça de Queirós que, em 22 de Outubro, anuncia o seu envio a Silva Gaio.

O manuscrito pertence actualmente à Senhora Dona Maria da Graça Salema de Castro, familiar do escritor e presidente da Fundação Eça de Queirós, sediada em Tormes. Foi oferecido à família em 1977 por Miranda de Andrade, que o descreve no seu estudo monográfico, registando as alterações no texto impresso.

Consta de 11 folhas de papel francês («Latune et Cie. Blacons»), de grande formato, numeradas, e apresenta boas condições de legibilidade. Na margem da primeira folha, transversalmente, pode ler-se a seguinte nota: «Este artigo, que não é assinado, deve vir todo tarjado de preto, em cada página». O texto impresso, além de corresponder a estas indicações, não apresenta alterações significativas relativamente às emendas do original autógrafo.

Estas emendas, legíveis na sua maioria, são abundantes e revelam um cuidado significativo no que respeita a opções estilísticas — soluções lexicais e de construção sintáctica, sobretudo. Assim, por exemplo, ao enaltecer as qualidades humanas e a sensibilidade estética do monarca, verificam-se as seguintes alterações³⁶.

Genuína e superior bondade > genuína e positiva bondade (l. 23);

Clemência > cortesia (l. 36);

Levantadas e delicadas > estimáveis e delicadas (l. 41);

Laivo brilhante de imaginação germânica > doce elemento de imaginação germânica (l. 48).

³⁴ António José Saraiva chama a atenção para este aspecto, afirmando inclusivamente que a *Revista de Portugal* foi «o órgão» do referido grupo, que, na altura da sucessão, procurou incutir em D. Carlos a ideia de um governo pessoal. *Op. cit.*, p. 139.

³⁵ Carta a Oliveira Martins, de 16 de Outubro de 1889.

³⁶ Indicamos entre parêntesis a linha correspondente ao texto da presente edição. A ortografia foi actualizada.

Mais interessantes são porventura as emendas que dizem respeito à actividade política de D. Luís:

Com El-Rei D. Luís fecha/ emerge um ciclo memorável da nossa História > Com El-Rei D. Luís finda um período interessante da nossa História (l. 8).

Na sequência enumerativa «Espírito liberal, transigente, modernizado, acessível às inovações e crente no rejuvenescimento da Nação» (l. 15), é eliminada a última parte. Semelhante moderação do discurso se observa na parte final do texto, dedicada ao príncipe D. Carlos e ao que dele espera o País: na expressão «responsabilidades austeras» (l. 78), o adjectivo é eliminado. Aliás, toda a frase foi reescrita sobre um rectângulo de papel sobreposto à folha original. Veja-se ainda um último exemplo:

Os nossos deveres (...) consistem em cercar de esperanças e de dedicações o Rei ... >

Os nossos deveres (...) consistem em cercar de facilidades o Rei ... (l. 80).

As alterações introduzidas no texto impresso, decerto efectuadas em correcção de provas, são, como dizíamos, pouco significativas. Além de algumas correcções de pontuação e da substituição de «cousas» por «coisas» e «dous» por «dois», registam-se as seguintes emendas:

Em todo o viço do pensamento e do querer > Em todo o viço do pensar e do querer (l. 81);

Decerto estes dois homens, supremamente bons e geniais, entendiam por bondade — aquela que, pela elevação, idealidade e amplitude das suas manifestações, participa do heroísmo >

Decerto estes dois homens, supremamente bons e geniais, entendiam por bondade — aquela virtude activa que, pela elevação e amplitude das suas manifestações, participa do heroísmo (l. 26);

Dentro dos nossos organismos sociais a bondade nativa dum Rei ... >

Dentro dos nossos organismos sociais a virtude nativa dum Rei ... (l. 33).

4.2. Texto 2

«Notas do Mês». *Revista de Portugal*, vol. I, 1889 (n.º 5, Novembro), pp. 630-638.

Este texto de 9 páginas, sem outro título além do que designa a respectiva secção da revista — «Notas do Mês» —, aparece subdividido em cinco partes de cerca de duas páginas cada, separadas por barras horizon-

tais. É assinado no final por «João Gomes», pseudónimo de Eça de Queirós, como já foi referido. Constitui assim a primeira das três crónicas que integram esta rubrica, que não teve depois continuidade.

Como se pode deduzir de duas cartas enviadas a Silva Gaio, o texto estava pronto a 6 de Outubro — a sua redacção antecede, portanto, a de «El-Rei D. Luís» — mas não chegou a ser publicado no número desse mês, contrariando as intenções do autor³⁷. Em 22 de Outubro, instruindo o Secretário da revista sobre a organização do fascículo seguinte, Eça insiste na inclusão das suas «Notas do Mês» que, na sua opinião «com excepção de duas ou três, conservam actualidade».

A formulação no plural justifica-se, na medida em que a crónica reúne cinco fragmentos independentes, versando assuntos diferentes. Aí se comentam os acontecimentos políticos do momento, nacionais e estrangeiros, com o atraso previsto.

Assim, o primeiro analisa os resultados das eleições realizadas em França a 22 de Setembro que marcaram a entrada do Partido Boulangista no Parlamento e apresenta uma perspectiva pessimista da situação política daquele país. O segundo refere-se às greves do operariado londrino, cujo sucesso é interpretado como um sinal de consciência cívica da sociedade inglesa. O fragmento seguinte defende, com algum humor, as vantagens de uma hipotética mudança de residência do Papa para o Mónaco. No quarto segmento, a construção de uma via férrea na China é pretexto para um tópico várias vezes tratado em crónicas de Eça: a distância cultural entre Europeus e Orientais. Por último, e com crescente ironia, o autor comenta as eleições em Portugal, que a seu ver não passaram de um mero cerimonial de aparências. O texto termina com uma crítica acutilante à passividade ancestral dos Portugueses e ao regime político vigente: *uma ditadura real, exercendo-se dentro dum constitucionalismo fictício*.

4.3. Texto 3

«Notas do Mês». *Revista de Portugal*, vol. I, 1889 (n.º 6, Dezembro), pp. 777-783.

Trata-se de um texto de 7 páginas, com três subdivisões, apresentando características gráficas, título e assinatura idênticos aos anteriores. Na edição póstuma em volume, foi-lhe atribuído o título «A Revolução do Brasil», que se manteve nas edições posteriores.

³⁷ Cf. Cartas de 6 e de 16 de Outubro de 1889, respectivamente.

A correspondência de Eça não nos informa sobre a elaboração deste texto, mas dá notícia da sua recepção pouco pacífica na imprensa brasileira: «A *Revista* tem feito grande ruído no Brasil. O artigo do Ramalho suscitou uma medonha polémica através de toda a imprensa, e em que o Ramalho é desancado sem misericórdia. *Asno* e *poseur* são os nomes mais doces com que o esmagam. Eu também tenho sido suficientemente maltratado nos jornais de S. Paulo, pátria do nosso Prado»³⁸.

O artigo é exclusivamente dedicado à revolução republicana do Brasil, em consequência do movimento militar de 15 de Novembro desse ano, tema candente e amplamente tratado na revista, nos meses seguintes. Não obstante o recurso ao pseudónimo, é visível que Eça procura manter até certo ponto a imparcialidade política, não se declarando abertamente adepto de qualquer dos regimes em causa ou dos seus representantes.

As três subdivisões gráficas do texto correspondem aos aspectos seleccionados. Numa primeira parte o autor defende a ideia de que a monarquia não estava verdadeiramente enraizada no Povo brasileiro, sendo o advento da república inevitável. A facilidade com que, no seu entender, se deu a transição dá lugar a uma análise jocosa da situação que resulta num quadro irónico da maturidade política dos Brasileiros, em particular dos adeptos da revolução. A estes, nomeadamente aos *bacharéis*, critica o entusiasmo crédulo num *velho ideal jacobino, já entre nós desacreditado e obsoleto*, baseado em modelos estrangeiros mal assimilados. Eça deixa assim perceber o seu cepticismo em relação à jovem república do Brasil.

Na segunda parte, fundamentando a argumentação inicial, são analisados os motivos da inviabilidade do regime monárquico: a má imagem da Princesa imperial e do marido por um lado, e a impopularidade do Imperador por outro, devido ao seu autoritarismo e ao cultivo da erudição, pouco congénere ao espírito brasileiro.

Por último, o autor apresenta uma perspectiva sombria sobre o futuro do Brasil: sem as condições políticas e económicas que permitiram a supremacia dos Estados Unidos do Norte, o País estaria condenado às rivalidades provinciais que implicariam a prazo a sua desagregação.

4.4. Texto 4

«Notas do Mês». *Revista de Portugal*, vol. II, 1890 (n.º 2, Fevereiro), pp. 259-276.

³⁸ Carta à Mulher, datada do Porto, 16 de Abril de 1890. O artigo de Ramalho Ortigão intitulado «O quadro social da Revolução Brasileira» foi publicado no fascículo seguinte.

É o terceiro e último artigo sob o título genérico de «Notas do Mês», com o qual desaparece também esta secção. O texto vem assinado pelo pseudónimo habitual, «João Gomes», e é graficamente idêntico aos anteriores, embora mais extenso — 18 páginas de texto subdivididas em nove partes. Na primeira edição (póstuma) em volume, é-lhe atribuído o título «O Ultimatum» que passa a figurar nas edições posteriores.

Sobre a génese deste artigo é oportuno lembrar alguns elementos colhidos na correspondência do escritor.

Desde o lançamento da revista que Eça manifestou interesse em incluir um artigo de fundo sobre a situação portuguesa em África e a nossa política colonial. Batalha Reis foi o autor escolhido, e o argumento invocado foi a *moda* das questões africanas em Portugal — «Um artigo sobre ela [África] é da mais frisanter e vibrante actualidade» (Carta de 4 de Abril de 1889). Batalha Reis só em Fevereiro do ano seguinte enviou o texto³⁹.

O agravamento do conflito anglo-português exigia, entretanto, uma reflexão oportuna, de que Eça decidiu encarregar-se. No entanto, o *Ultimatum* de 11 de Janeiro de 1890 motivou a suspensão dessa crónica, que perdera actualidade no novo contexto⁴⁰. Preocupa-o, mesmo assim, o silêncio da revista perante a situação do País: recomenda a Silva Gaio que não deixe de a representar, no caso de haver uma manifestação conjunta da imprensa, e chega a enviar-lhe uma nota justificativa, a publicar no fascículo de Janeiro, anunciando uma «crítica reflectida» para o número seguinte.

A urgência dessa reflexão aprofundada sobre os recentes acontecimentos, de que apenas conhece os ecos da imprensa, leva-o mais uma vez a recorrer a Oliveira Martins. Em carta de 28 de Janeiro Eça solicita, antes de mais, informação fidedigna sobre a *real realidade das coisas*; por outro lado, apela aos sentimentos patrióticos do amigo, no sentido de oferecer orientação aos Portugueses:

Em todo o caso parece-me que Portugal está num mau momento — e (perdoa o jogo de palavras) seria talvez o bom momento para se fazer ouvir uma voz de bom senso e de verdade. Porque não levantas tu essa voz? Não suponhas que te venho pedir *de la copie. J'en ai!* (...). Mas penso que, com o teu nome por baixo, ou *sem o teu nome*, uma série de artigos, que pusessem bem claramente o problema, era um serviço público, desses a que ninguém se pode eximir desde que tem o dom superior de os poder prestar.

³⁹ O artigo de Jaime Batalha Reis, «Características de Portugal na Europa e na História da Humanidade», publicado no 15.º número da *Revista de Portugal* (vol. III, 1890-1891, pp. 346 e ss.), é a versão portuguesa de uma conferência proferida em Londres, em Dezembro de 1890, onde aborda a política colonial e as relações históricas entre os dois países.

⁴⁰ Não há confirmação de que este texto — que Eça refere em carta a Manuel Silva Gaio, de 17 de Janeiro de 1890 — tenha efectivamente existido.

O apelo, porquanto veemente e reiterado, não surtiu o efeito desejado, e Eça tomou a seu cargo a elaboração do artigo de fundo sobre o *Ultimatum*. Ignoramos se Oliveira Martins — pouco interessado na altura em assumir voz pública na campanha⁴¹ — prestou os esclarecimentos pedidos, ou seja, se a sua visão dos factos teve alguma influência no texto de Eça. O que é certo é que a imagem grotesca da desorientação do País corresponde em parte à que fora traduzida na referida carta:

Esse inteligente patriotismo que leva os jornais a não quererem receber mais *periódicos ingleses* (!!), os professores a não quererem ensinar mais o inglês, os empresários a não quererem que nos seus teatros entrem ingleses, os proprietários de Hotéis a não quererem que nos seus quartos se alojem ingleses — parece-me uma invenção do inglês Dickens. É de um cómico frio e fúnebre. Por outro lado, há coisas sinceras e tocantes... *Je m'y perd* [sic].

Como se poderá verificar, os mesmos exemplos, expurgados do tom humorístico, são desenvolvidos no artigo publicado na revista, que respeita também a orientação pragmática enunciada na carta: a indagação de um sentido para o despertar anárquico do sentimento patriótico.

Pela crítica desapassionada à reacção da sociedade portuguesa num momento de crise, este texto tem sido o mais referenciado deste conjunto pela crítica queirosiana. Sem perder de vista as circunstâncias factuais que rodearam o *Ultimatum* britânico, o autor centra-se na análise das suas repercussões contraditórias. Toda a estratégia argumentativa assenta, finalmente, numa ideia — a da necessidade de reconverter o ódio à Inglaterra num esforço colectivo de «regeneração» nacional: *O grande grito a gritar não é — Delenda Britannia! O grande grito a gritar é — Servanda Lusitania! Porque não se trata de destruir a Inglaterra — mas de conservar Portugal.*

4.5. Texto 5

«Novos factores da política portuguesa». *Revista de Portugal*, vol. II, 1890 (n.º 4, Abril), pp. 526-541.

É um texto de 16 páginas, dividido em quatro partes, uma introdutória e as seguintes numeradas de I a III. A apresentação gráfica não diverge das características habituais da revista, com o título destacado, ocupando cerca de metade da página. Assina «Um espectador». Ao contrário dos três artigos anteriores, não se integra em qualquer secção fixa.

⁴¹ Sobre o envolvimento de Oliveira Martins, Antero e Eça nesta questão, veja-se a leitura de A. J. Saraiva, *op. cit.*, pp. 137-147.

A não inclusão deste texto nas sucessivas edições do volume *Cartas Inéditas de Fradique Mendes e mais Páginas Esquecidas*, bem como em posteriores compilações da obra do autor, deve-se ao facto de só recentemente o texto ter sido atribuído a Eça de Queirós. A identificação é da responsabilidade de Guerra da Cal, que teve acesso ao original autógrafo, único testemunho factual da autoria do texto⁴².

De acordo com a descrição deste investigador, na *Bibliografia queirociana* (1975), o manuscrito foi inequivocamente escrito por Eça e apresenta correcções do autor coincidentes com a versão impressa, em presumível revisão de provas. Lamentavelmente, não nos foi possível obter informações sobre o destino deste documento, que pertenceu à Senhora D. Maria Angélica Magalhães Vaz Pinto, do Porto⁴³.

Na verdade, foi particularmente cuidadosa a estratégia de ocultação do autor em relação a este texto: não só não o incluiu na rubrica «Notas do Mês» como ainda, em lugar do pseudónimo habitual, optou por uma solução geradora de ambiguidade. Efectivamente, a semelhança entre «Um espectador», que assina o texto, e «Spectator», um dos pseudónimos utilizados mais tarde na revista por Oliveira Martins, fez com que o texto fosse durante anos atribuído a este último. Um pormenor que terá passado despercebido, e susceptível de lançar alguma luz, é que Oliveira Martins também tira partido da referida ambiguidade: numa carta dirigida a Eça, anunciando um *leading article* para a revista sobre o tratado com a Inglaterra, afirma: «Assiná-lo-ei *Spectator*, para poder deitar sobre ti a responsabilidade das minhas afirmações caso seja necessário»⁴⁴.

É de salientar ainda o recurso a elementos contra-informativos adicionais no texto de Eça. Numa breve síntese histórica do movimento republicano em Portugal, na parte I, Eça reconhece como «primeiro ensaio de republicanismo» a actividade de um *club*, constituído «aí por 1867 ou 68», sob a direcção de «um moço excelente, mas fanático». Trata-se de José Fontana e do grupo do *Cenáculo*, a que ele próprio pertencera:

Esse club (se nos não falha a memória) chegou a funcionar numa casa da Rua do Príncipe, e a ele pertenceram alguns homens hoje ilustres nas letras, e mesmo famosos pelas suas ideias autoritárias. (...) Era um club de humanitários e de idealistas, de onde apenas saiu um acto patriótico, as conferências chamadas do *Casino*, instrumento de propaganda que tinha mais de literária do que de política.

⁴² Cf. E. Guerra da Cal, *op. cit.*, Apêndice. Bibliografia Activa, tomo I, n.º 885.

⁴³ De acordo com as averiguações que efectuámos, o manuscrito não se encontra desde 1975 em poder da família Magalhães Vaz Pinto, desconhecendo-se os seus actuais proprietários.

⁴⁴ *Correspondência de J. P. Oliveira Martins*, prefaciada e anotada por Francisco d'Assis Oliveira Martins, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1926, p. 149. A carta, com o n.º XLVI, está aparentemente mal datada (Fevereiro de 1891), uma vez que o artigo aí mencionado foi publicado na *Revista de Portugal*, no 1.º fascículo do vol. III, de Outubro de 1890, com o título «O tratado com a Inglaterra e a situação de Portugal».

Logo a seguir, prosseguindo a simulação de distanciamento — como aliás observou Guerra da Cal — o autor «confunde» as participações de Salomão Sáragga e de Batalha Reis e vai ao ponto de se referir à conferência do «Sr. Eça de Queirós» que apresentara, «muito antes de Zola, as bases de uma nova estética, o *Realismo*».

Eça escreveu muito provavelmente este texto em Março ou Abril de 1890, durante uma estadia de vários meses em Portugal, o que explica a escassez de testemunhos epistolares. Breves referências, e pouco conclusivas, são detectáveis em cartas dirigidas à Mulher, designadamente uma, de 28 de Março, onde alude a um artigo em vias de conclusão. Convém no entanto atentar neste conjunto epistolar, que ajuda a compreender as circunstâncias e motivações subjacentes ao texto.

No Porto, onde permanece até finais de Abril, Eça tem oportunidade de observar de perto a situação política do País: o rescaldo do *Ultimatum*, a desmobilização da efémera Liga Patriótica do Norte, o crescente impacto do Partido Republicano. As impressões que as cartas transmitem sobre o ambiente que se vive em Portugal são em geral pouco optimistas, dominando um sentimento de descrença a que não será alheio o convívio com Antero, nas suas visitas a Santo Ovídio. «Dizes bem que a Pátria me tem feito uma melancólica impressão. É verdade. Acho-a pior, e mais estragada em tudo, desde o clima até ao carácter. No entanto isto vai-se aproximando de uma crise» — confessa o escritor, em 7 de Abril. E a carta prossegue com uma reflexão sobre o alastrar do republicanismo, que vale a pena transcrever:

Creio que em breve a Política só terá dois partidos, o Conservador, e o Republicano (muitos progressistas estão-se republicanizando) e cada um deles procurará conquistar o exército, que subitamente, nestes últimos meses, tomou uma atitude nova, compreendeu a sua força, e está já impondo a sua preponderância. O Rei foi hábil — e chamou a si o exército, quero dizer os oficiais superiores, a quem está enchendo de favores, de comissões etc. Mas o soldado é republicano. Em resumo tudo se complica.

Sublinhe-se a coincidência entre o conteúdo deste excerto e as ideias desenvolvidas em «Novos factores da política portuguesa» — mais um indício esclarecedor da autoria do texto. Ela teria certamente despertado a atenção dos críticos, não fora a supressão deste passo da carta pela filha do escritor, quando da publicação do volume *Eça de Queiroz entre os seus*.

As amargas constatações são reiteradas nas cartas seguintes. Em Lisboa, pouco depois, as conversas com os *Vencidos* e em particular com

Oliveira Martins confirmam o pessimismo do escritor perante os tempos conturbados que se anunciam: «A ideia geral é que o país está na véspera da ruína. Oliveira Martins não cessa de profetizar catástrofes com voz sombria. (...) Segundo esse O. M. à bancarrota pública vai seguir-se a miséria de todos» (carta à Mulher, de 9 de Maio).

Foi portanto neste contexto, na iminência da crise político-financeira que desencadearia em 1891 a revolta republicana do Porto, que Eça publicou e certamente redigiu o seu artigo, também ele em certa medida profético e sombrio.

O texto desenvolve-se, como se disse, em três capítulos, precedidos de uma parte introdutória. Começa esta introdução por justificar a pertinência de uma reflexão sobre a nova conjuntura política nacional, desfeita que foi a ilusão do movimento patriótico que se seguiu ao *Ultimatum*. Dentre os factores que ameaçam o equilíbrio político avulta a implantação do Partido Republicano, cuja origem, desenvolvimento e possíveis implicações constituem o assunto exclusivo do texto. Deste modo, no capítulo I são analisadas as causas da súbita propagação do republicanismo que, na perspectiva do autor, não decorrem de uma real adesão ideológica mas do descontentamento geral. Ou seja: o desgaste e corrupção das instituições; a humilhação provocada pelo conflito com a Inglaterra, que tornou mais premente a consciência de crise; e ainda os exemplos da recente revolução do Brasil e da pujante república francesa.

Embora procure salvaguardar a isenção política da revista, o autor entende ser seu dever não escamotear os «perigos» de uma eventual revolução republicana, reconhecendo ainda assim os erros dos governos anteriores, particularmente do governo progressista. O confronto parece-lhe por ora improvável, já que «os actuais chefes republicanos, como tais, como chefes — afirma — fazem sorrir toda a parte séria da Nação». Mas Eça antevê com clarividência, apoiando-se em exemplos da História recente, o crescimento da tensão e a reacção repressora por parte do Poder. Na sequência desta projecção dos factos, no capítulo seguinte analisa a possibilidade de uma preponderância do exército na esfera dos partidos, impondo, à semelhança do Brasil, um regime militarista.

No capítulo III são equacionados os hipotéticos desenlaces da situação: o advento da república que, além de representar «a confusão, a anarquia, a bancarrota», implicaria a intervenção da Espanha com a consequente perda da soberania e da identidade nacionais; a concentração do poder do Rei apoiado pelas classes conservadoras — que Eça considera neste momento inviável, apesar de ser defendida por «muitos espíritos superiores, e

que vêm claro»⁴⁵; e finalmente a emergência de «uma solução quase milagrosa» que seria a auto-regeneração das classes conservadoras e parlamentares. Resta, na opinião de Eça, agir com acerto neste impasse para conjurar e adiar *a hora má*.

Como já foi observado, por A. Pinto de Castro, esta visão catastrófica é em parte transposta para o universo ficcional em *A Ilustre Casa de Ramires*, na altura em fase de elaboração⁴⁶. A ameaça da república e o espectro da invasão espanhola (ou ainda de uma revolução no país vizinho que precipitasse os acontecimentos) é o tema de uma conversa entre Gonçalo e os seus convidados, no capítulo vi deste romance. Menos lúcidos do que Eça — conciente de que «um partido perseguido cresce na proporção geométrica dessa perseguição» —, os comensais do romance recusam-se a valorizar os sinais evidentes de uma revolução, encenando de forma notável o contexto e a atitude subjacentes à elaboração deste artigo. A opinião de Cavaleiro, um político com responsabilidades, era que *Portugal, nas suas massas profundas, permanecia monárquico, de raiz. Apenas ao de cima, na burguesia e nas escolas, flutuava uma espuma ligeira, e bastante suja, que se limpava fortemente com um sabre...*

Um ano após a publicação de «Novos factores da política portuguesa», a desagregação do País é ainda encarada por Eça como a consequência inevitável da revolução republicana: «Só o escrever isto faz vir as lágrimas aos olhos — mas para mim é quase certo que a desapareição do Reino de Portugal há-de ser a grande tragédia do fim do século. A Espanha *não pode deixar* de intervir» — afirma, em carta ao conde de Arnoso, em 10 de Agosto de 1891. «Recebendo cada uma o seu bocado da velha Lusitânia — cada Potência se cala e vai digerir para o seu canto (...) Nós vamos repetir a história lamentável da Polónia».

Um cenário apocalíptico, que a História se encarregaria de corrigir.

5. EDIÇÕES PÓSTUMAS

Como se disse anteriormente, nenhuma das edições posteriores à da *Revista de Portugal*, em volumes de dispersos ou em compilações póstumas, foi da responsabilidade do autor.

⁴⁵ Esta alusão envolve certamente Oliveira Martins, partidário convicto de um cesarismo régio. Numa nota sobre o posicionamento político de Eça neste texto (que reproduz integralmente), João Medina chama a atenção para a atitude excessivamente cautelosa do autor relativamente a testemunhos anteriores. Assumindo-se embora como conservador e anti-republicano, Eça afasta-se, no seu entender, das ideias defendidas por Oliveira Martins. Cf. *As Conferências do Casino e o socialismo em Portugal*, Lisboa, Publ. D. Quixote, 1984, pp. 314-316.

⁴⁶ Referimo-nos à «Introdução» de Aníbal Pinto de Castro ao vol. iv de *Obras de Eça de Queiroz*, ed. cit., pp. LII-LIII), onde o diálogo intertextual é posto em evidência, a propósito da sua edição deste artigo.

A iniciativa de reeditar quatro destes artigos deveu-se ao seu filho José Maria d'Eça de Queirós, que os reuniu no volume *Cartas Inéditas de Fradique Mendes e mais Páginas Esquecidas*, publicado pela Livraria Chardron, de Lello & Irmão, Porto, em 1929. Justifica-se um breve comentário crítico a esta edição, na medida em que foi a partir dela que se constituiu a tradição impressa dos textos em causa, exceptuando-se, pelas razões já explanadas, o artigo «Novos factores da política portuguesa».

Nesta edição de 1929 (um volume com 298 pp. + 2 pp., 1 estampa, de 18,5 cm) são coligidos dezassete textos dispersos, alguns dos quais inéditos (ou supostamente inéditos), outros recolhidos em diversas publicações periódicas. «Cartas Inéditas de Fradique Mendes», «Prosas Românticas», «Contos», «Crítica e polémica» e «Notas do Mês» são os títulos atribuídos pelo editor aos cinco núcleos que compõem o volume.

Interessa-nos particularmente o último, no qual são incluídos, sob a epígrafe «Notas do Mês, (Colaboração na «Revista de Portugal»)» os artigos intitulados «El-Rei D. Luís» (pp. 231-236); «Notas do Mês» (pp. 237-252); «A Revolução do Brasil» (pp. 253-265) e «O Ultimatum» (pp. 267-298). Estas designações, sistematicamente adoptadas nas edições posteriores, não correspondem, como já tivemos ocasião de assinalar, aos títulos originais. Há no entanto uma nota de rodapé respeitante ao título do segundo artigo, do seguinte teor: «Estas crónicas, a que Eça de Queirós dera o título genérico de *Notas do Mês*, foram publicadas na *Revista de Portugal*, entre 1889 e 1890, sob o pseudónimo de *João Gomes*».

No Prefácio, da autoria do compilador (pp. vi-xlv), não há qualquer referência a estes artigos, nem são especificados os critérios de edição. Embora seja em regra respeitada a ortografia e a lição do texto original, verificam-se frequentes intervenções na pontuação e correcções de leitura pontuais, não assinaladas.

No que respeita à pontuação são por norma alterados os sinais duplos, como o hífen precedido de vírgula, ponto e vírgula ou dois pontos, assim como a vírgula anteposta às conjunções *que* e *e*; noutros casos são introduzidos ou suprimidos sinais, alterando o ritmo da frase:

Porque as eleições elas próprias já estavam feitas, havia muito (...) (texto 2), >
 Porque as eleições, elas próprias, já estavam feitas havia muito (...)

Só ele todavia, e o sentimento colectivo que ele revela, as justificam — porque, sem ele, todas as nossas considerações (...) (texto 4) >

Só ele, todavia, e o sentimento colectivo que revela, as justificam — porque sem ele, todas as nossas considerações (...)

São restituídos à forma correcta alguns vocábulos, designadamente estrangeiros, com grafia deficiente. Menos justificáveis são já alterações que interferem na construção da frase, como: E a sua tendência é para Paris> E a sua tendência é para viver em Paris; Sendo abundantes motivos de conflitos> Sendo abundantes os motivos de conflitos; Ao princípio> A princípio; A que é vezeira> Em que é vezeira, etc.

Registamos, finalmente, algumas distorções mais notórias, como a supressão da expressão parentética na frase O povo alegre e franco que outrora em Diu (segundo dizem) atirava por entre as bombardas gracejos aos mouros (texto 4); a troca de tumulto por mundo (texto 2); e a introdução de um parágrafo (texto 4).

Como se pode verificar pelos exemplos apontados, o editor não se limita a corrigir erros ou gralhas pontuais, e as suas intervenções, embora sem graves consequências a nível semântico, alteram com frequência o discurso de Eça.

A *Bibliografia queirociana* de Guerra da Cal⁴⁷ recenseia cinco reedições deste volume, entre 1929 e 1965. Esta edição foi posteriormente reimpressa em formato menor. São também inventariadas, além de duas traduções para castelhano, cinco outras edições dos textos da *Revista de Portugal* integrando as seguintes colecções da Obra do autor:

— *Obras de Eça de Queiroz, Edição do Centenário*, vol. XIV (*O Egipto. Cartas Inéditas de Fradique Mendes e mais Páginas Esquecidas*). Porto, Livraria Lello & Irmão, Editores, 1948.

É uma edição de tiragem limitada, impressa em papel «velino-extra». A revisão e fixação do texto é da responsabilidade de Manuel Kol d'Alvarenga.

— *Obras de Eça de Queiroz*, vol. III (*Cartas Inéditas de Fradique Mendes e mais Páginas Esquecidas*). Porto, Lello & Irmão, Editores s. d., [1958].

Trata-se de uma edição dupla, impressa em papel «bíblia», das Editoras Lello & Irmão e José Aguilar, para Portugal e Brasil, seguindo as respectivas normas ortográficas. Teve várias reedições, sem indicação de número e data.

— *Obras completas de Eça de Queiroz*, vol. XXIII (*Cartas Inéditas de Fradique Mendes e mais Páginas Esquecidas*). Organização, introdução e notas de Augusto Pissara. Rio de Janeiro, Editora Brasiliense, 1961.

Esta edição brasileira foi considerada clandestina até 1970.

⁴⁷ *Op. cit.*, tomo I, n.ºs 1392-1405 e tomo IV, n.º 322.

— *Obras completas de Eça de Queirós*, vol. xv (*Notas Contemporâneas*). Lisboa, Círculo de Leitores, 1981.

Sem qualquer justificação, os artigos da *Revista de Portugal* são reunidos sob este título juntamente com vários textos dispersos do autor, recolhidos acriticamente de outras compilações, não respeitando a sua cronologia nem a tradição editorial. Pela primeira vez é incluído entre as obras de Eça o artigo «Novos factores da política portuguesa», mas sem qualquer indicação sobre a data ou sobre a história do texto — um dos muitos descuidos que de resto caracterizam esta colecção.

— *Obras completas de Eça de Queirós*, (da Colaboração no Distrito de Évora — III). Lisboa, Edição Livros do Brasil, s. d., [1981].

Trata-se do vol. 23B desta colecção, um «cajón de sastre» segundo Guerra da Cal, onde os artigos da *Revista de Portugal*, à excepção do último, aparecem sob a epígrafe «Outros Dispersos». Não é dada qualquer explicação sobre a sua inclusão neste volume, entre outros textos ditos póstumos de épocas e proveniências muito diferentes. O artigo «Novos factores da política portuguesa», bem como uma das circulares relativas à Revista, acabam de ser publicados na mesma colecção (n.º 28), sob o título *Últimas Páginas Dispersas*, s. d., [1995].

Qualquer das edições referidas — deve acrescentar-se — carece de critérios adequados de organização e fixação dos textos. Limitam-se, em regra, a reproduzir a edição comum, de Eça de Queirós filho, já por si pouco fiável, sem apresentação crítica, e introduzindo por vezes novas gralhas e erros de leitura.

Excepção assinalável é no entanto a recente publicação do artigo «Novos factores da política portuguesa», integrando a compilação *Obras de Eça de Queiroz*, vol. iv. Introdução e fixação dos textos por Aníbal Pinto de Castro, Porto, Lello & Irmão Editores, 1986. O artigo aparece sob a epígrafe *Revista de Portugal (Novos fragmentos)*, juntamente com o prospecto-programa e outros textos publicitários. Os critérios de fixação são explicitados na Introdução, que inclui uma detida apresentação do texto em apreço.

Este artigo foi também reproduzido integralmente por João Medina, no seu livro *As Conferências do Casino e o Socialismo em Portugal*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1984, pp. 302-314, sob a epígrafe «As Conferências do Casino, o fracasso do socialismo e o surto do republicanismo em Portugal». Refira-se, por último, a reprodução parcial do texto 4 (sobre o *Ultimatum*), por Rodrigues Cavalheiro, em *A evolução espiritual de Ramalho*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1962, pp. 68-69.

6. CRITÉRIOS DE FIXAÇÃO DO TEXTO CRÍTICO

6.1. Ortografia

Pelas razões já apresentadas, consideramos como texto *ne varietur* o da *Revista de Portugal*, a partir do qual procedemos à fixação crítica.

A nossa intervenção consistiu essencialmente na actualização e normalização ortográfica, segundo a norma em vigor e de acordo com os critérios gerais adoptados pelo projecto de edição em que este volume se integra. São pois esses critérios que passamos a explicitar, tendo em conta a sua aplicabilidade aos textos em causa, assim como eventuais soluções específicas por eles suscitadas.

Casos de oscilação. Respeitaram-se as variantes gráficas ainda hoje consentidas pela norma: é o caso dos ditongos <ou> e <oi> que funcionam como variantes fonológicas equivalentes («fouce»/«foice»; «afoutamente»/«afoitamente»); de vocábulos como «régimen»/«regime»; ou ainda das preposições *de* e *em* seguidas de artigo indefinido em forma contraída ou desdobrada («duma»/«de uma»). As formas grafadas com apóstrofe foram, sempre que possível, actualizadas por contracção («d'um» > «dum»; n'um > «num»).

Maiúsculas. Aplicou-se, como critério geral, a norma vigente. A actualização levanta alguns problemas, dado o procedimento irregular por parte do autor, por um lado, e a ambiguidade da própria norma, por outro. Decidimos assim introduzir alguma regularidade, optando pela maiúscula inicial no caso dos etnónimos ou de «o País», «a Nação», «a Coroa» e pela minúscula em relação aos nomes comuns do vocabulário político-administrativo («o boulangismo», «os progressistas», «o ministério», «o governo»), quando não se referem à designação oficial. São também grafados com minúscula os títulos nobiliárquicos ou outros (à excepção de nomes de especial relevo, como «Rei», «Presidente», «Papa» «Imperador», etc.), o que aliás corresponde ao comportamento dominante do autor.

Respeitámos a lição do texto sempre que entendemos tratar-se de uma opção estilística do autor: quando o contexto justifica particular deferência — no texto panegírico «El-Rei D. Luís», por exemplo, em que as qualidades, valores e demais referências ao monarca são deliberadamente

maiusculados — ou quanto está subjacente uma atitude irónica: «Paz Britânica»; «Casino do Jogo» por oposição a «Sacro Colégio», etc.

O mesmo procedimento se aplicou em relação a termos de incidência ideológica, como «Socialismo Cristão», ou «Direito Divino». Nestas circunstâncias, manteve-se também a oscilação quando ela se verifica em textos diferentes: é o caso da palavra «República» (por oposição a «Monarquia» ou «Império»), predominantemente grafada com maiúscula no texto 4 e com minúscula no texto 5.

Pontuação. Manteve-se, por sistema, a pontuação original, mesmo quando não obedece às normas actuais, nomeadamente no uso da vírgula e de dois pontos seguido de hífen. Apenas se alterou em situações de manifesto *lapsus calami* ou gralha tipográfica, em que a omissão ou troca de sinais perturba a construção do texto. A correcção é indicada em nota de rodapé.

Palavras estrangeiras. Conservou-se a grafia original, mesmo quando aparecem sem destaque, por já estarem incorporadas na língua. Nos casos de grafias anómalas foram corrigidos apenas os erros ou gralhas evidentes («caut por «cant» ou «Haut-Cour» por «Haute-Cour»), mantendo-se as que reflectem a adaptação de estrangeirismos ao sistema português («pret», «grève», «club», «europeanado»). Neste caso é dada indicação em pé-de-página.

No que diz respeito aos topónimos e etnónimos estrangeiros, o procedimento adoptado foi em princípio a actualização e aportuguesamento, à excepção de designações não fixadas pela norma («Chittagongs», «Mashona») ou comumente utilizadas na língua de origem, como «Cardiff», «Liverpool», etc.).

Erros. Salvo em casos duvidosos, os erros explicáveis por *lapsus calami* ou gralha tipográfica foram simplesmente corrigidos, sem qualquer anotação («E Dickens» por «É Dickens», «jacobio» por «jacobino» etc.).

Opções tipográficas. Respeitou-se o seccionamento dos textos (espaços e/ou capítulos e parágrafos), bem como as opções tipográficas do autor no que respeita à utilização de aspas, itálicos, etc.

6.2. Aparato crítico

Não havendo lugar a registo de variantes — à excepção do manuscrito autógrafo do texto 1, cujo cotejo já foi objecto de comentário⁴⁸ — o aparato crítico resume-se a notas explicativas pontuais.

Essas notas, reduzidas ao mínimo indispensável, dizem respeito a soluções específicas não contempladas pelos critérios gerais acima enunciados ou que nos pareçam merecer indicação oportuna: conservação de grafia deficiente, alterações da pontuação, etc.

O dispositivo utilizado, em rodapé, é referido ao número da linha em que ocorre o facto a assinalar, começando pelo vocábulo imediatamente anterior. As alterações efectuadas relativamente à lição do texto-base (*R. P.*), assim como quaisquer esclarecimentos do editor figuram em itálico, entre parêntesis rectos.

⁴⁸ Cf. *supra*, ponto 4.1.

TEXTO CRÍTICO

EL-REI D. LUÍS

Aos cinquenta e dois anos de idade, depois de vinte e oito anos de reinado, morreu na manhã de 19 de Outubro, na cidadela de Cascais, o vigésimo oitavo rei de Portugal, o Senhor D. Luís I. Por longos e lamentosos dias velou a sua agonia a Rainha — cheia daquele ânimo magnífico e grave com que na casa de Sabóia, desde os velhos tempos de Humberto, senhor de Tarentesia, os homens afrontam os perigos e as mulheres as provações. E toda a Nação o chorou numa infinita piedade.

Com El-Rei D. Luís finda um período interessante da nossa História. Durante ele Portugal, emergindo da anarquia doutrinária que o desmantelava desde 1820, consuma o seu desquite com o passado, quebra o seu pacto com os ideólogos, — e entra resolutamente, para ventura sua ou para maiores e inéditos males, no caminho do Utilitarismo, do Fomento e do Progresso Material. Para presidir a esta Revolução, que cobriu a terra de instrumentos de riqueza e radicou na gente a importância dos interesses, El-Rei D. Luís era, pelas favoráveis feições do seu espírito liberal, transigente, modernizado, acessível às inovações, o chefe mais congénere e perfeito. Daí proveio, entre o Rei beneficentemente inclinado às Reformas e o Reino que ardentemente se reformava, uma harmonia sólida e séria, que em vinte e oito anos não sofreu uma interposição, nem foi toldada por uma sombra.

Na paz política que assim se criou (e que exteriormente teve considerável beleza), pôde lentamente através do Rei ser observado o Homem; e este desde logo cativou o País pela sua genuína e positiva bondade. Vítor Hugo afirmava que só existiam duas coisas verdadeiramente grandes — o Génio e a Bondade: Michelet acrescentava que dessas duas grandezas só uma era verdadeiramente real — a Bondade. Decerto estes dois homens, supremamente bons e geniais, entendiam por bondade — aquela virtude activa que, pela elevação e amplitude das suas manifestações, participa do heroísmo. O exercício porém desta bondade heróica necessita uma ilimitada potência e expansão de vontade, duma vontade sublimemente alheia ao mundo como num S. Francisco de Assis ou irresistivelmente dominante

no mundo como num Trajano, — incompatível portanto com as limitações impostas, nas democracias, a um rei constitucional. Dentro dos nossos organismos sociais a virtude nativa dum rei só se pode traduzir nas manifestações discretas e quase íntimas da generosidade, da indulgência, da cortesia, da afabilidade, da benquerença. Todas estas expressões de bondade as teve o Rei lamentado: — e ninguém mais do que ele, na terra em que reinou, foi amável, polido, modesto, caridoso, sereno e bem-acolhedor.

Às excelências de coração El-Rei D. Luís aliava qualidades de espírito estimáveis e delicadas. As coisas do Saber, da Literatura, da Arte, permaneceram sempre para ele superiormente valiosas e queridas. Não foi, como outros, um protector das Letras condescendente e distante; mas ele próprio entrou activamente nas Letras como um diligente e bom obreiro, comentando e trasladando as obras de Shakespeare, que, por ser o Génio que maior soma de verdade humana pôs dentro de maior soma de poesia imagética, seduzia mais que nenhum outro o espírito de El-Rei, onde se misturava ao bom senso dos Braganças um doce elemento de imaginação germânica.

Desse fundo de realidade e de fantasia lhe veio o seu imutável amor pela Pintura e pela Música. Ambas estas nobres artes praticou com um gosto firme; e de ambas se cercou profusamente, não como complementos ricos duma vida bem-ornada, mas como fontes de emoções e de sentimentos, onde a sua alma, quando invadida pela desilusão dos homens e das coisas, achou encanto e consolação.

Inteligente e bom, ele reuniu as duas superioridades que perpetuam a memória dum homem. A sua intelectualidade, porém, era mais própria para agradar aos espíritos letrados e eruditos; e a forma da sua bondade própria, sobretudo, para prender as multidões simples e emotivas. Por isso a sua bondade será sempre mais lembrada que a sua cultura. Talvez o povo, renovando um costume sentencioso das idades passadas, lhe venha a dar o nome de *Luís o Bom*. Hoje, nas sociedades democratizadas, não há já possibilidade histórica de que um rei conquiste o cognome de *Grande*. Mas se tal conquista ainda fosse realizável no nosso tempo, nenhum louvor maior se poderia prestar a El-Rei D. Luís do que afoutamente afirmar que ele próprio preferiria ficar simplesmente nos corações como *Luís o Bom*, a entrar solenemente na História como *Luís o Grande*.

Um Príncipe moderno, brilhante, cultivado, requintado, de aptidões complexas e fortes, de inteligência largamente absorvente, de vida excelentemente pura, sobe por seu turno ao trono sete vezes secular.

Começa este reinado no momento em que, pela dispersa hesitação das inteligências, pelo incurável enfraquecimento das vontades, pela desorganização dos partidos, pela inércia das classes, — o Rei surge como a única força que no País ainda vive e opera. E por isso mesmo que a autoridade vital, que, desde 1820, se escoara do trono e se espalhara pelas instituições democráticas e pelos corpos que as encarnam, parece refluir ao trono para nele se condensar de novo — o reinado abre entre dificuldades, que lhe impõem responsabilidades. Os deveres de El-Rei, nestas condições, encontrarão certamente no seu patriotismo a inspiração mais segura e mais pura. Os nossos deveres, esses, claros e singelos, consistem em cercar de facilidades o Rei que dá os seus primeiros passos reais, em todo o viço do pensar e do querer, — acompanhado por uma Princesa, adoravelmente preparada, para colaborar na obra da Coroa, com esses finos dons de graça e de doçura, herdados da sua raça e da sua pátria, e que sempre, desde todos os tempos, foram os mais eficazes para vencer e reter, não só o pronto coração, mas a razão resistente dos homens.

NOTAS DO MÊS

O Parlamento, em França, abre proximamente, possuindo, como novidade — mais um partido parlamentar com o seu chefe no exílio.

Foi este o resultado das eleições de 22 de Setembro, e do desesperado esforço que os partidos organizados e definidos desde 1872 tentaram para
5 arrancar ao sufrágio universal o segredo da sua definitiva preferência. O sufrágio universal quis, além dos quatro velhos partidos, Oportunista, Radical, Orleanista e Bonapartista, um outro partido novo no Parlamento — o Boulangista. Com efeito, enquanto os quatro partidos chegam
10 das mãos do sufrágio com o seu pessoal inalterado e quase intacto — o boulangismo, que era um bando vago e errante, aparece convertido pela eleição num partido compacto e estável. Paris (o voto de Paris outrora, como a cançoneta de Paris, alastrava, percorria toda a França!), Paris declarou-se boulangista, com a unanimidade de 27 de Janeiro. Por outro lado certos departamentos enfeudam-se definitivamente ao boulangismo. E tendo
15 sido uma guerrilha de *dez* aventureiros na câmara passada, o boulangismo vem ser na câmara actual um partido de *cinquenta* deputados.

É uma vitória. Mas uma vitória que importa a anulação do boulangismo e do general Boulanger — porque este homem, improvisado na rua, numa cidade e num momento histórico em que uma cantiga dá
20 mais reputação que dez batalhas, ganhava em continuar a receber unicamente a sua força dos entusiasmos e das correntes emotivas da rua. Só pela rua ele galgaria ao poder — e quanto mais se constitucionaliza, mais se despopulariza. Paris nomeou e aclamou Boulanger em 27 de Janeiro para que ele lhe fizesse, depressa e *tambour battant*, uma revolução contra o
25 parlamentarismo. Desde que ele porém se torna também parlamentar, a sua utilidade cessa, o seu brilho morre — e chefe ausente, com um partido na câmara girando dentro da Constituição, ele é apenas um pretendente mais, sem valor pessoal e sem tradição histórica, que erra em torno das fronteiras de França, esbatido nas brumas do exílio.

12: França!), [sem vírgula no texto da R. P.]

30 Os ganhos eleitorais de 22 de Setembro provieram da indignação
contra os excessos judiciais da *Haute-Cour*; do espírito *frondeur* e sempre
anti-governamental de Paris; dum resto considerável de simpatia; e da
teimosa esperança em que o antigo Messias e os seus apóstolos fizessem
enfim a revolução adiada. Ainda na manhã de 22 os boulangistas afirma-
35 vam nas suas proclamações: «se hoje vencermos pelo voto, completaremos
à noite o triunfo com as armas!» A vitória eleitoral não veio: — e em
Paris, hoje, com o general Saussier no comando da Praça, o exército
absolutamente disciplinado e fiel, as ruas asfaltadas e estrategicamente dis-
postas, e a massa burguesa hostil a todo o tumulto que estrague os lucros
40 da Exposição — é impossível uma surpresa revolucionária, tentada por
uma minoria. Tudo tem de ser feito dentro do parlamentarismo: e desde
que o general Boulanger e os seus, transformando-se de bando em partido
e subindo da Praça ao Parlamento, ficam envolvidos no maquinismo cons-
titucional e reduzidos a essa eloquência estéril e a essas estéreis combina-
45 ções que eles com tanto furor denunciavam, a sua missão e razão de ser
findaram — e a corrente cesarista, que só pode vencer pela revolução, tem
de se voltar para outro lado, à procura doutro César.

A segunda feição da câmara será a decadência (dentro dela) do ra-
dicalismo que volta da urna diminuído em número, com os seus chefes e
50 inspiradores (Clemenceau, Goblet, Yves Guyot, Lockroy, etc.) ou derro-
tados, ou desprestigiados pelo ultraje do *empate*; e por outro lado, parale-
lamente, a influência crescente dos homens (León Say, Germain, etc.) que
no Partido Republicano representam mais salientemente as ideias de re-
forma económica, de tolerância religiosa, de moderação e de paz. Perante
55 isto os oportunistas ou moderados exultam com estridor, e proclamam que
a estabilidade política está finalmente criada. Mas nunca na realidade a
França esteve tão instável: — provindo sobretudo essa instabilidade de
que os cem votos de maioria, de que se ufanam os republicanos, não
formam a segurança e a defesa dum partido, mas a única defesa e segurança
60 do próprio Estado. Cem votos de maioria — eis o que em França garante
e sustenta a Forma do Governo! Cem votos de maioria — eis toda a base
que têm em França as instituições! Na Inglaterra, que as eleições sejam
ganhas pelos conservadores ou pelos liberais — o regime permanece tão
sólido e indiferente a essa mutação como o próprio solo geológico. Em
65 França, que amanhã esses cem votos (obra de duzentos mil eleitores) passem
dos republicanos para os conservadores — e eis por terra o regime, o
pessoal, os costumes e as instituições republicanas! A França está depen-
dente duns poucos de papéis brancos lançados numa caixa de pau. Ora

esta instabilidade, alimentando sempre a esperança dos partidos monárquicos e aviventando sempre a desconfiança das velhas monarquias, impede que a França consiga a fusão dos seus partidos, e conclua tratados de aliança: — e assim se tornam cada vez mais irrealizáveis os dois grandes desejos do patriotismo — a pacificação dentro da fronteira, e a desforra para além.

Em Londres organizam-se consideráveis grèves, como corolário da grève dos trabalhadores das docas que findou — cedendo a Companhia a todas (ou às mais essenciais) exigências dos operários.

Quatro feições interessantes e novas caracterizaram essa grève instrutiva e fecunda — e são talvez para as outras de excelente promessa. Em primeiro lugar os trabalhadores (pertencentes todos às mais incultas e violentas classes de Londres) mostraram durante semanas um respeito da ordem e da propriedade, uma atenção inteligente às razões económicas, uma capacidade de sofrer com serenidade, um sentimento de disciplina, uma pertinácia moral, que fariam honra aos cidadãos mais forte e elevadamente educados para a vida civil e para os deveres do patriotismo.

Em segundo lugar, as classes superiores, as menos inclinadas a compreender ou atender as reclamações das plebes, manifestaram por elas uma simpatia de razão e de coração raras e inesperadas nessa Inglaterra que Taine ainda há anos representava, e muito justamente, como uma besta rude e feroz (a Plebe) que um cavaleiro brilhante e delicado (alta Burguesia e Aristocracia) monta e subjuga por meio de fortes cadeias de bronze, não lhe permitindo sequer o queixume e negando-lhe quase a razão. Em terceiro lugar os bispos, à maneira dos bispos da Meia-Idade, intervieram nesta luta do feudalismo capitalista e das plebes operárias, proclamando oficialmente esse Socialismo Cristão que hoje agita a Igreja em Inglaterra, e que (segundo foi definido na Conferência Diocesana reunida ultimamente em Carlisle) tende em todas as questões sociais a tomar francamente e apaixonadamente o partido do pobre, sem todavia lhe radicar a ideia de que tudo está salvo, e a sua felicidade feita em céu e terra, desde que ele coma com mais abundância e vista com mais conforto. Enfim a quarta feição desta grève foi o começo da descentralização comercial de Londres, dispersando parte do movimento marítimo por Southampton, Cardiff e Liverpool, com ele esvaziando Londres da sua aglomeração excessiva de operários, e desobstruindo assim uma cidade que pelo seu acréscimo de 80 000 almas por ano se vai tornando um monstro social e económico, ingovernável e perigoso para o equilíbrio do Estado.

74: consideráveis grèves [Mativemos a grafia *afrancesada*, em todas as ocorrências da palavra neste texto].

A morte do príncipe reinante de Mónaco e os renovados boatos do abandono de Roma pelo Papa têm uma relação pitoresca, — porque de há muito o principado de Mónaco é considerado como o lugar que a política e a geografia marcam como o mais adequado à residência do Papa.

110 Este estado, que se compõe dum rochedo e dalguns jardins, e que é independente há novecentos anos sob o domínio dos Grimaldis, apresenta-se, já pela sua situação, já pela sua tradição, como o único refúgio possível e durável para um Papa independente e soberano. As anemias e doenças de velhice, de que ordinariamente sofrem os papas, encontrariam além
115 disso em Mónaco o mais salubre e favorável clima. A centralidade do principado poria o chefe da Igreja em fácil e acessível contacto com as populações católicas do Meio-Dia. O ciúme tradicional da França e da Itália, em questões de papado, garantiria segurança e independência a um Pontífice colocado entre elas. O palácio actual de Mónaco, se não tão sumptuoso como o Vaticano, é ainda aceitável para o chefe duma religião de pobreza. Os grandes fundos acumulados pelo subsídio italiano (que o Papa nunca tocou) bastariam a construir outros edifícios para as congregações e para o Sacro Colégio. Os Monaquenses, excelentes católicos, cercariam o Papa de amor e de respeito. Esse amável e ditoso povo que não
120 paga tributos (quem os paga por ele é o Casino do Jogo) não seria também tributado pelo Papa, a quem deve bastar o dinheiro de S. Pedro: e, além de ganhar espiritualmente, remindo-se pela contemplação directa da virtude do Inferno a que o tem votado a contemplação directa do vício, o Monaquense ganharia ainda materialmente — porque, como objecto de peregrinação universal, o Papa vale a Roleta.

130 Por outro lado, morto o velho Carlos III, monaquense aferradamente apaixonado pelo seu rochedo, — o seu sucessor, o novo chefe da casa dos Grimaldis, venderia decerto o reino em condições excepcionalmente vantajosas. Este moço virtuoso e superior abomina o jogo, nunca habita o principado, ocupa-se sobretudo das explorações submarinas, e a sua tendência é
135 para Paris onde o chamam os seus gostos de erudito e as relações da sua noiva, a senhora duquesa de Richelieu, parenta de Henri Heine e milionária.

O Papa fora de Roma desmancharia a beleza e a unidade da tradição histórica: mas a sua instalação em Mónaco terminaria um grande

106: reinante de [*De acordo com a lição da R. P., o topónimo Mónaco é sempre precedido de preposição sem artigo*].

137: de Henri [*Manteve-se a tradução francesa de Heinrich*].

140 escândalo no seio da Cristandade, e livreria dois dignos e excelentes príncipes, Leão XIII e Humberto I, dum insolúvel e torturante embaraço.

A China vai aproveitar-se enfim dum dos grandes instrumentos da civilização ocidental. O novo Imperador, Kuang-Sou, autorizou a construção dum caminho de ferro de Pequim a Hankow — numa distância de
145 setecentas milhas. Esta obra estava já planeada: mas o velho partido conservador obstara sempre à sua realização, com a razão (ou com o pretexto) de que uma ruidosa aceleração de movimento perturbaria a tranquilidade rural da China, provocaria a repugnante presença do estrangeiro, e ofendendo, com a aplicação de *rails* e perfuração de túneis, a santidade e
150 recolhimento da Terra, poderia desgostá-la e levá-la a esses movimentos impacientes que nós chamamos *terremotos*. A Imperatriz regente partilhava estas ideias. O novo Imperador, porém, que é (segundo afirmam os três ou quatro europeus, que, como Sir Robert Hart, têm os privilégios de grandes dignitários chineses) um moço de fortes capacidades e de esplên-
155 dida energia, decretou a inovação europeia por motivos de ordem económica e política.

Economicamente, este caminho de ferro construído sobre terreno que não custa quase nada, por trabalhadores que quase nada ganham, deve necessariamente dar lucro ao Estado — porque o alimentar e vestir Pe-
160 quim garante um imenso tráfico de mercadorias, e o movimento duma população, tão móbil e flutuante como a chinesa, garante um prodigioso tráfico de passageiros.

Politicamente, por meio de caminhos de ferro, o Imperador consolida o predomínio e absolutismo de Pequim — até hoje embaraçado no seu
165 exercício pelas vastas distâncias, pela dificuldade de fiscalizar os mandarins governadores de províncias remotas, pelo custo de concentrar e expedir rapidamente tropas, e pela impossibilidade de centralizar o comércio e as finanças na capital.

Toda a Europa folga com este decreto; a Inglaterra sobretudo, porque
170 vê nele uma primeira aceitação das ideias ocidentais, e através delas um acréscimo de influência no mandarinato de Pequim.

Parece prematuro este folgar. Não será por viajar mais rapidamente que a China perderá o seu desprezo e horror pelo estrangeiro. Esse desprezo tem raízes na Moral e na Religião que nenhum melhoramento nos
175 meios materiais de transporte conseguirá modificar. Nem os nossos pro-

gressos industriais, nem a nossa inteligência e ciência, constituem influências bastante fortes para deschinizar o chinês. Pelo contrário! Quanto mais nos conhece — menos respeita uma civilização que se lhe afigura singularmente tumultuosa e estéril. Os chineses que habitam a Califórnia, e durante
180 um tempo se misturam ao que a civilização material tem de mais moderno e completo, voltam para a China com um patriotismo duplamente enraizado e fanático: — e ainda há pouco um chinês erudito e europeizado nos afirmava «que quanto mais estudava Paris, — mais admirava Pequim». As nossas classes operárias e rurais parecem-lhes atrozes: — e os nossos
185 conflitos sociais de capital e trabalho uma rude e estúpida manifestação de barbárie.

Todo o ganho da Europa com os caminhos de ferro de que a China se vai talvez cobrir — será expedir para lá alguns engenheiros, exportar alguns milhares de toneladas de ferro, e colocar com melhor juro o dinheiro que agora recolhe uns lânguidos $2\frac{1}{2}$ por cento. O seu comércio
190 com a China decerto crescerá — ainda que esse comércio, e sobretudo a sua fiscalização e direcção, não sairá das mãos dos Chineses. E a sua influência e predomínio decrescerão — porque o governo de Pequim sentindo-se mais forte tornar-se-á mais intransigente.

Em todo o caso o Imperador revela nesta decisão as primeiras linhas duma nova e grande política. Infelizmente dizem que a sua saúde já decai: — é enfezado, pensa e estuda em demasia, tem o crânio desconfortavelmente desenvolvido, e sofre de uma melancolia incurável.

Portugal realizou o cerimonial exterior das suas eleições: — porque
200 as eleições elas próprias já estavam feitas, havia muito, segundo o costume consagrado e venerável, por meio de uma lista de círculos e um lápis, no remanso das secretarias. Restava só a solenidade de *ir o povo às urnas*. Todos sabemos, porém, que em muitos círculos se evita o barulho e a poeira desta cerimónia — reduzindo a eleição a uma simples acta que as
205 autoridades lavram depois da missa, a um canto da sacristia. O povo, esse, fica nas suas moradas, quieto, e certo de que o sr. Administrador está «fazendo» o sr. Deputado. Há nisto uma louvável e notável simplificação do sistema. Mas uma simplificação maior seria que o governo nomeasse os deputados por meio de portarias; e que eles, desde logo, como empregados
210 públicos, passassem direitos de mercê.

182: e europeizado [*Manteve-se a lição da R. P.; provável adaptação do anglicismo «european»*].

184: rurais parecem-lhes [*parecem-lhe no texto da R. P.*].

O Sr. D. Pedro IV, como ele mesmo dizia, *constitucionalizou Portugal à força*, como uma vara de aço que se verga, impelindo-o «à iniciativa dentro do régimen representativo». Na sua índole porém e nos seus costumes, Portugal ficou em pleno século XVIII: — e, como a vara que se levanta logo que a mão forte a abandone, o País vai regressando à sua
215 atitude natural, que é «a obediência dentro do régimen pessoal». Uma maioria nomeada pelo governo e que passivamente obedece às instruções do governo; um governo organizado por um chefe, e que fielmente segue as indicações desse chefe — eis o nosso estado político actual, que não
220 difere muito, na sua essência, do que caracterizou os reinados dos avós do nosso Rei. Um chefe de partido entre nós, tendo a confiança da Coroa, é um verdadeiro ditador: — e o nosso régimen uma ditadura real exercendo-se dentro dum constitucionalismo fictício. Isto poderia ser um mal se nos surgisse um dia um ditador do tipo Guzmán Blanco; — mas pode ser
225 um bem, se um dia esse chefe de partido for um magnífico Bismarck. Não é todavia provável que este país, onde gradualmente calinou e se sumiu toda a violência nativa, produza Guzmán Blancos. O presente regime portanto afigura-se-nos excelente — e só nos cumpre, dentro dele e abrigados por ele, esperar com paciência e bonomia que nos apareça numa
230 manhã de nevoeiro esse Bismarck genial e providencial.

João Gomes

NOTAS DO MÊS

A revolução do Brasil (tal como a contam os telegramas passados através da censura republicana) é menos uma revolução do que uma transformação — como nas mágicas.

O marechal Deodoro da Fonseca dá um sinal com a espada: imediatamente, sem choque, sem ruído, como cenas pintadas que deslizam, a Monarquia, o Monarca, o pessoal monárquico, as instituições monárquicas desaparecem; — e, ante a vista assombrada, surge uma República, toda completa, apetrechada, já provida de bandeira, de hino, de selos de correio, e da bênção do arcebispo Lacerda. Sem atritos, sem confusão, esta República começa logo a funcionar. Nas repartições do Estado os amanuenses, que já tinham lançado no papel dos decretos a velha fórmula «*Em nome de S. M. o Imperador*», riscam, ao ouvir na rua aclamações alegres, este dizer anacrónico, e, sem mesmo molhar novamente a pena, desenrolam no seu melhor cursivo a fórmula recente — «*Em nome do Presidente da República*». E quem saíra tranquilamente da sua casa, com o seu guarda-sol aberto, para ir à secretaria entregar um memorial ao Sr. Albuquerque, ministro do Império — encontra o Sr. Bocaiúva, ministro da República, que sorri, e recebe o memorial! Toda essa revolução, segundo os telegramas, foi feita antes de almoço. Os brasileiros que, regressando à pátria, desembarcaram essa manhã no cais do Rio de Janeiro, ainda pisaram o *solo do Império*, como se vinha dizendo havia sessenta anos; — mas, ao saírem as portas da Alfândega, depois de despachadas as bagagens, já pisavam o *solo da República*, como se estava dizendo havia sessenta minutos. Se os telegramas pois são fiéis, esta revolução é simultaneamente grandiosa — e divertida.

A surpreendente facilidade com que a República se substituiu ao Império provém de que há muito no Brasil nada separava a República da Monarquia — senão o Imperador. E o Imperador tinha-se a tal ponto desimperializado, que entre Monarquia e República não havia realmente senão um fio — tão gasto e tão frouxo, que, para o cortar dum golpe brusco, bastou a espada do marechal Fonseca.

35 Todo o mundo no Brasil era republicano — mesmo os diplomatas, os bispos, e os camaristas do Paço. O próprio Imperador, por vezes, em viagem, nas salas de hotel, se declarava republicano. O movimento revolucionário, porém, vinha sobretudo dos *bacharéis*, dos moços saídos das
40 escolas, que ansiavam pela República, não porque o Império lhes fechasse o acesso às carreiras (tão abertas que alguns republicanos foram ministros do Império), mas para poderem realizar um velho ideal jacobino, já entre nós desacreditado e um pouco obsoleto, e que no Brasil domina ainda as inteligências tropicalmente entusiásticas e crédulas. Os melhores espíritos
45 brasileiros ainda admiram Pelletan — que, em S. Paulo e no Rio de Janeiro, se lê desesperadamente. E a República ainda representa para esses a realização de certas fórmulas idealistas, cuja falsidade ou inanidade já foi entre nós largamente demonstrada pela ciência e pela experiência. Por outro lado se as leituras jacobinas fortaleciam os Brasileiros nesta ilusão, nenhuma realidade ambiente havia que os pudesse desiludir. Toda a América
50 é republicana: e as duas repúblicas que os Brasileiros melhor conhecem, o Chile e a Argentina, são, depois de tormentosos períodos de anarquia, superiormente prósperas e sérias. Outro modelo perigoso para o Brasil estava nos Estados Unidos do Norte, cuja imensa civilização deslumbrava
55 os Brasileiros — que não reflectiam que é o carácter das raças, e não a forma dos governos, que faz ou impede as civilizações. Uma república na Turquia, mesmo com todos os *Direitos do Homem* traduzidos do francês, seria sempre turcamente abjecta: — e o Canadá, governado por um vice-rei, delegado duma rainha e duma oligarquia, cada dia se afirma mais
60 altamente em riqueza e progresso. Todos os argumentos, pois, militavam no espírito dos ideólogos em favor duma república — mesmo a sua *barateza*, pela supressão da lista civil (argumento que impressiona as classes comerciais). Com efeito o Presidente dos Estados Unidos pouco mais ganha que um ministro do Rio de Janeiro: mas os Brasileiros ignoravam
65 (como nós de resto, na Europa, imperfeitamente sabíamos antes da publicação do livro do americano William Ivins, *Machine Politics and Money in Election*) que a eleição do Presidente nos Estados Unidos custa cada quatro anos mais de NOVENTA MIL CONTOS, o que, dividido pelos quatro anos que dura um presidente, dá VINTE E DOIS MIL E QUINHENTOS CONTOS por ano —
soma amplamente suficiente para pagar todos os soberanos da Europa e o seu luxo, incluindo o Sultão e o Papa.

Além dos bacharéis civis, a República tinha como pessoal os oficiais, que, saídos das mesmas escolas e das mesmas leituras, são no Brasil verdadeiramente *bacharéis armados*. Quase todo o exército se compõe de ofi-

70 ciais — e todos eles eram republicanos por teoria e por interesse. Os poucos soldados, esses, apanhados a «cordel», mal pagos, mal alimentados, ociosos, perfeitamente iletrados, sem noção de disciplina ou de patriotismo, formavam uma massa excelente para ser lançada contra qualquer regímen pela mera promessa de mais um pataco de pret.

75 Nas classes comerciais não havia também uma opinião monárquica. O comércio, sobretudo o de retalho, sempre o mais activo e influente, está todo, ou quase todo, nas mãos das colónias estrangeiras, portuguesa e italiana. Todo este mundo era sinceramente indiferente a um regímen dentro do qual ele não podia exercer voto nem funções públicas. E de
80 de resto a forma de governo nada importava a este pequeno comércio, estrangeiro, e naturalmente egoísta — porque, ou se viva sob uma República ou sob um Império, é sempre necessário comprar a mesma porção de manteiga. Além disso, obedecendo a um impulso (constatado por inúmeros observadores), o emigrante desenvolve sempre uma hostilidade vaga
85 e inconsciente contra o regímen do país em que vive — concentrando, contra essa expressão concreta da nação, as pequeninas e surdas antipatias que diariamente lhe causam em redor as diferenças de natureza, de hábitos, de costumes, de interesses, de língua ou de acento.

Que classe pois restava, que se não sentisse no fundo republicana? Os
90 grandes proprietários rurais. Mas esses, habitando o interior, a enormes distâncias, não possuíam o sentimento vivo das ideias fundamentais do Império — Unidade nacional, Centralização política, Representação exterior, etc. Para eles o único mundo exterior é o que compra café: o Império limitam-no todo ao bocado de sertão onde se estendem as suas
95 plantações; e a centralização só a compreendem na capital da sua província. Todo o seu interesse está na colheita do café — e portanto no negro que faz a colheita. Aderiram ao Império enquanto ele, mantendo o *statu quo*, mantinha o escravo. Consumada a libertação — nenhum outro laço os prendia ao regímen que nalguns sítios os empobrecia e noutros os
100 arruinava.

O Império pois estava, não enraizado, mas pousado ao de leve sobre o Brasil. Substituí-lo pela República não foi mais difícil — do que trocar sobre uma mesa o busto do César pelo busto de Brutus.

74: de pret [*Manteve-se a grafia anómala, visto reflectir a adaptação do galicismo «prêt».*]

84: observadores), [*Sem vírgula no texto da R. P.*].

Nada verdadeiramente se interpunha entre a Monarquia e a República — senão a pessoa do Imperador. E de há muito se combinara cortesmente que, para derrubar a Monarquia, se esperasse a morte do Monarca.

O reinado da princesa D. Maria e do conde d'Eu, ninguém o queria — nem mesmo talvez o Imperador, no fundo do seu espírito, por motivos de ordem filosófica. Duas lendas se tinham espalhado sobre o «beatério» da princesa e sobre a «agiotagem» do príncipe, ambas fatais num país de instintos grandemente generosos e terrivelmente livre-pensador. Todo o caixeiro tremia de furor voltairiano, quando se contava na loja que a princesa imperial por suas mãos varria as igrejas de Petrópolis: e não havia senão maldições contra os *cortiços*, verdadeiros ou falsos, do conde d'Eu.

O Imperador, por outro lado, não era genuinamente popular. Os políticos mais cultos reconheciam os seus serviços ao Império: mas o seu feito excessivo de sócio correspondente do Instituto de França desagradava. A ciência do Imperador, concentrada nas especialidades da Arqueologia, da Filologia, da Astronomia, etc., não era de natureza a torná-lo estimado como homem superior entre os Brasileiros, que, nas manifestações da inteligência, só se entusiasma pela eloquência e pela poesia. O Brasileiro é extremamente literário — pelo menos no Rio de Janeiro e em S. Paulo: e decerto um Imperador de elevada inteligência se poderia tornar popular, se as manifestações dessa inteligência fossem daquelas que cativam a vasta massa dos bacharéis, dos jornalistas e da mocidade culta. O estudo, porém, de monumentos fénícios e de textos hebraicos não basta para atrair, no Brasil, essa útil corrente de simpatia intelectual: o Imperador só seria realmente popular se tivesse publicado uma coleção de líricas. Acresce que ele parecia o menos brasileiro de todos os brasileiros: — e um rei só alcança verdadeiro amor quando em si encarna as qualidades e defeitos do seu povo.

Além disso, como deve suceder ao rei superiormente cultivado dum reino que o não é em tão alto grau, D. Pedro, que não acreditava no Direito Divino, mas acreditava no direito intelectual, tendia a absorver o Estado em si, com a muito nítida consciência de que ele era nesse Estado o homem mais instruído. Toda a imprensa europeia celebrava os seus méritos, a sua filosofia, a sua semelhança com Marco Aurélio. Ora um Marco Aurélio tende a não dar muita importância ao simples burguês que ele julga incapaz de compreender as *Meditações*. Daqui nasciam atritos, despeitos, uma crescente impaciência contra o crescente autoritarismo do Imperador, que não exercia esse autoritarismo para fortalecer as institui-

ções mas para fazer prevalecer vontades. Assim o Imperador, único obstáculo à República, ia cada dia perdendo popularidade, força, razão de existir. Que um descontente, menos disposto a esperar que a clássica fouce
 145 da morte cortasse o fio que ainda prendia o Brasil ao Império, se decidisse a cortá-lo ele próprio com uma espada mais ou menos ilustre — e estava feita a República. Esse impaciente apareceu no marechal Fonseca.

Com o Império, segundo todas as probabilidades, acaba também o Brasil.

150 Este nome de *Brasil*, que começava a ter grandeza, e para nós portugueses representava um tão glorioso esforço, passa a ser um antigo nome da velha geografia política. Daqui a pouco, o que foi o Império estará fraccionado em repúblicas independentes, de maior ou menor importância. Impelem a esse resultado a divisão histórica das províncias; as rivalidades
 155 que entre elas existem; a diversidade do clima, do carácter e dos interesses; e a força das ambições locais. Já mais duma vez as províncias têm feito enérgicas tentativas de separação: e o separatismo tornara-se nestes derradeiros tempos um dos mais poderosos factores da política.

O Brasil além disso não está forçado a conservar-se unido pelo receio
 160 dos ataques ou represálias duma metrópole forte, de quem acabasse de se emancipar: nem tem possibilidades algumas de aspirar, como os Estados Unidos, a uma supremacia política ou económica de que a unidade seria a inevitável condição. Nenhuma das razões que impuseram a união aos Americanos do Norte, se dão no Brasil. Por outro lado há absoluta im-
 165 possibilidade que S. Paulo, a Baía, o Pará queiram ficar sob a autoridade do general fulano ou do bacharel sicrano, presidente, com uma corte presidencial no Rio de Janeiro. Para que isso se realizasse, mesmo por alguns meses, seria necessário que surgisse um homem (que não há) de popularidade universal, incontestada, e irresistível em todo o Império, como
 170 a dum Washington. Os Deodoros da Fonseca vão-se reproduzir por todas as províncias. Já decerto em Mato Grosso há um Deodoro que afivela a espada. Ora a condição de popularidade para estes ambiciosos será proclamar o exclusivismo dos interesses provinciais; e já disso mostra sintomas o Presidente do Pará querendo fechar a navegação do Amazonas.

175 Os estados, uma vez separados, não poderão manter paz entre si, sendo abundantes motivos de conflitos — as delimitações de fronteira, as

142: mas para [mas fazer no texto da R. P.].

180

questões hidrográficas, e as alfândegas com que todos naturalmente se hão-de querer criar rendimentos. Cada estado, abandonado a si, desenvolverá uma história própria, sob uma bandeira própria, segundo o seu clima, a especialidade da sua zona agrícola, os seus interesses, os seus homens, a sua educação e a sua imigração. Uns prosperarão, outros deperecerão. Haverá talvez Chiles ricos, e haverá certamente Nicaráguas grotescos. A América do Sul ficará toda coberta com os cacos dum grande Império.

João Gomes

NOTAS DO MÊS

Durante o desagradável mês de Janeiro, Portugal atravessou uma crise — que é incontestavelmente a mais severa, talvez a mais decisiva, que esta geração tem afrontado.

Através dos últimos dez anos, a Inglaterra, por uma sequência de factos, alguns imprevistos (ocupação do Egipto, pacificação temporária do Sudão, marcha dum exército até Cartum, reorganização das missões do Niassa, descoberta dos jazigos auríferos na terra de Lobengula, etc., etc.), começou a entrever, como sonho realizável, a fundação dum grande Império Africano. E, com aquela viva clareza de propósito e segura tenacidade de execução, que constituem a sua força, encetou uma série de actos, que, terminando há tempos pela criação da *East-African Company*, autorizam os seus estadistas e os seus publicistas a considerar esse império como uma realidade esplêndida, de que gozarão os filhos dos homens sem justiça e sem escrúpulo que lhe lançaram as primeiras bases. Esse império, segundo o traçam nos seus largos contornos as publicações inglesas, estender-se-á de Alexandria ao Cabo. O Nilo, desobstruídas as cataratas, será a grande estrada de água até aos Lagos Centrais: dos lagos um sistema de caminhos de ferro abrirá comunicações para Zanzibar e para a embocadura do Zambeze: duas vice-realezas, uma estabelecida no Cairo, outra em Zanzibar (que, pela população e pelo comércio, é quase uma feitoria índia), governarão e manterão ordem nessa vasta colónia, por meio dum exército organizado (à maneira do exército indígena da Índia) com negros e sudaneses, e por meio de alianças com as tribos mais aguerridas (à semelhança das alianças na Índia com os Afredis e os Chittagongs): um imposto territorial (ainda pelo sistema índio) e a multiplicação dos portos fornecerão o orçamento: e a gradual dominação dos distritos do interior, as explorações bem organizadas e com objectos definidos terminarão a conquista desta nova Índia e firmarão sobre ela, como diz o *Spectator* com o seu habitual pedantismo, a «Imensa Majestade da Paz Britânica».

O povo duro que britanizou a Índia pode talvez justificadamente conceber, e tentar mesmo, esta empresa portentosa. Mas, na sua execução,

ele tinha necessariamente de encontrar obstáculos — desses que eram outrora considerados pelas solenes regras do Direito Internacional, como insuperáveis.

35 Portugal oferecia à Inglaterra um desses obstáculos. Entre os actos diferentes, mas logicamente relacionados, com que a Inglaterra lenta e progressivamente prepara desde já a realização remota do seu sonho, houve (para simplificar, sem inútil desenrolamento de detalhes geográficos e históricos) dois que, sem remédio, colocaram a actividade colonizadora da
40 Inglaterra face a face com a nossa propriedade histórica. Um foi a criação da *East-African Company*, com domínio sobre uma região conhecida pela terra de Lobengula (que é um velho rei e um malandro) e que compreende um território imenso chamado Mashona, na margem sul do Zambeze. O outro acto consistiu na apropriação ou reclamação duma região entre
45 a margem norte do Zambeze, o rio Chire e a margem ocidental do lago Niassa, conhecida pela região do Niassa ou do Chire. A posse destes territórios excitava furiosamente a cobiça da Inglaterra, porque assim lhe ficava aberto o caminho político e comercial desde a colónia do Cabo até ao lago de Tanganhica, e daí até ao Vitória Niassa e ao Nilo Branco.
50 E esse caminho criava, ainda que frouxa em partes, a espinha dorsal do futuro Império Africano. Somente ocorria esta dificuldade: — que Portugal há duzentos anos possuía, trilhara, explorara, ocupara essa região de Mashona e essa região do Niassa. Se nós fôssemos fortes, ou se ainda reinasse o Direito Internacional, este impedimento seria como uma montanha que se não transpõe. Mas a ciência do Direito Internacional acabou
55 como a Astrologia e a Escolástica; nós somos, por nossa máxima culpa, deploravelmente fracos; — e o obstáculo foi transposto pelo Leão Britânico, com aquela simplicidade sobranceira com que ele tradicionalmente salta por cima dos muros alheios, desde que não haja do outro lado o cano duma espingarda.
60

Em todo o caso, ao princípio, esta dificuldade deu apenas origem a uma longa e lenta troca de comunicações e de notas entre Lord Salisbury e o Sr. Barros Gomes — acompanhada nos jornais de Inglaterra e de Portugal por uma serena discussão geográfico-histórica dos nossos direitos
65 e das pretensões inglesas. Quando se desenrolava esta controvérsia (que já em Setembro começava a impacientar os Ingleses), um incidente sobreveio inesperadamente, que transformou essa argumentação quase académica numa pendência quase sangrenta. Uma expedição nossa, que, sob o comando do

major Serpa Pinto, estudava o traçado do caminho de ferro do rio Chire
70 (que ultimamente nós resolvêramos construir para suprir as obstruções da
navegação no Zambeze), tendo penetrado na terra dos Macololos, antigos
vassalos da Coroa, encontrou um gentio hostil que lhe impediu a passa-
gem, arvorou no topo das cubatas bandeiras inglesas, e terminou por fazer
fogo sobre os nossos com aquelas espingardas do valor de cinco *shillings*,
75 que são um dos comércios ingleses mais rendosos no interior da África.

Para desimpedir o caminho, afirmar a soberania e castigar o ultraje,
os nossos (depois de tentarem conciliação) dispersaram o gentio — matando
infelizmente uma centena desses negros, que são no fundo os verdadeiros
senhores da região. Todos os dias sucedem estes casos na África; — e em
80 cada uma das suas viagens, Stanley, herói aclamado nos dois hemisférios,
pratica destas execuções de pretos, em proporções que as tornam, segundo
a característica expressão comercial dos Ingleses, *wholesale slaughters* (matan-
ças por grosso). O incidente dos nossos foi logo telegrafado para Londres
pelo secretário da *African-Lakes Company*, com aquela concisão do telégra-
fo, que é por vezes tão fatalmente prejudicial à justa compreensão das
85 coisas como a redundância da Retórica: — e a imprensa conservadora, ou
mais especialmente aquela abominável parte da imprensa conservadora de
há muito ridicularizada e desacreditada sob a alcunha de *Jingo*, já impac-
iente pelas demoras da controvérsia geográfica e histórica, rompeu num
90 desses furores arrogantes a que é vezeira quando fala a nações desarma-
das — e ameaçou Portugal com uma frota de couraçados, uma ocupação
da Madeira, o bloqueio de Lisboa, e outras bravatas das que ordinariamente
lançam, de punho na cinta, esbraseados de vinho, os rufiões de feira. Os
pretextos desta indignação da imprensa *Jingo*, sempre falha em boas mane-
95 ras e bom gosto, eram — que a expedição portuguesa invadira domínios
britânicos pisando a terra dos Macololos; afrontara a humanidade truci-
dando cem negros; e injuriara a bandeira inglesa dispersando o gentio que
a hasteara entre guinchos. A resposta acudia facilmente. A expedição, achan-
do-se no território dos Macololos, pisava um território tão português, que
100 os cônsules e missionários ingleses, para lá ir mercadejar ou intrigar, pediam
salvo-conduto às autoridades de Moçambique: a expedição, dispersando os
Macololos, antigos vassalos da Coroa, e matando (infelizmente) cem no
conflito, procedia como todas as nações colonizadoras para com indígenas
sublevados — e especialmente como a Inglaterra, mestra em colonização,
105 e destruidora encartada das raças inferiores do globo; e finalmente a expedi-
ção, encontrando a bandeira inglesa nas mãos de negros que não eram
soldados ingleses, ou sobre cubatas que não eram cidadelas inglesas, não

110 lhe devia mais respeito que a outro qualquer pedaço de paninho vermelho e azul. A bandeira tira a sua significação da mão que a empunha; e se um homem é agredido num caminho por outro, que traz às costas a tricolor, não ofende decerto a França atirando ao chão com uma paulada o agressor que assim se embandeirou a si próprio com jovial fantasia.

115 Em todo o caso, o incidente em breve passou dos ataques e defesas da imprensa para a região mais serena e grave das notas diplomáticas. Lord Salisbury lançou reclamações que a imprensa portuguesa considerou moderadas. O Sr. Barros Gomes ofereceu explicações que a imprensa inglesa considerou conciliadoras. E as negociações prosseguiram assim, em cordura e cortesia — quando uma manhã, bruscamente, sem razão, sem incidente lateral, o ministro inglês em Lisboa, Mr. Petre, apresentou ao Sr. Barros 120 Gomes um *ultimatum*, com aquela brutal surpresa com que outrora José do Telhado, ou outro dos nossos salteadores lendários, apontava, num caminho de pinheiral, o bacamarte ao peito dum marchante em jornada. Esta comparação, já muito usada, tem todo o relevo safado. Mas não há outra mais precisa e gráfica.

125 O *ultimatum*, curto e seco, exigia que dentro de onze horas o governo português fizesse sair as suas tropas e as suas autoridades das regiões disputadas do Chire e de Mashona. Se o governo português não acedesse, o representante da Inglaterra retiraria com o seu pessoal para bordo do aviso *Enchantress*, deixando toda a ulterior acção às esquadras inglesas reunidas 130 em Lourenço Marques, Cabo Verde e Gibraltar.

Foi durante horas uma pavorosa crise. O Conselho de Estado reunido — decidiu que se passasse sob a exigência de Lord Salisbury, visto que a resistência importaria uma ocupação de Moçambique e de Lourenço Marques (donde a Inglaterra não sairia mais, como não saiu mais do 135 Egipto), feita por essas esquadras, que, enquanto o *Foreign Office* elaborava notas corteses, se acercavam dos nossos portos, à sorrelfa, em silêncio, exactamente como as galeras de Barbarruiva deslizavam para dentro das enseadas da Itália ou da Sicília à busca da presa cristã. Ocupam-se recentemente nestes feitos as frotas que comandou Nelson. Portugal nessa noite 140 perdeu dois consideráveis territórios de África. De manhã o ministério caiu. E assim findaram três anos de política colonial.

Já não interessaria porém apreciar essa política, mesmo que para isso possuíssemos uma documentação completa e positiva: — porque, na realidade, as questões de África perdem do seu valor diante do inesperado

145 movimento nacional que, através de todo o país, tão vasta e ruidosamente
rompeu, sob o espinho das humilhações que essa África negra nos trouxe.
É com efeito mais importante para Portugal possuir vida, calor, energia,
uma ideia, um propósito — do que possuir a terra de Mashona: mesmo
150 porque, sem as qualidades próprias de dominar, de nada serve ter domí-
nios. Se, como nação, estamos findos, sem força, sem alma, sem vontade,
os Macololos, o Mashona, o Niassa, os lagos e toda a África serão para nós
tão inúteis, como inúteis eram ao pobre rei Senaquerib, que tinha cento
e dez anos e tremia de frio sob o sol da Assíria — as virgens esplêndidas
155 que os seus intendentess lhe iam buscar à África, terra de todos os ardores
e de divina fecundidade. «Como posso eu produzir vida, tartamudeava o
pobre Senaquerib, se vida em mim já não tenho?» Sem vida em nós
mesmos, como poderíamos nós levar vida à África?

Por isso na verdade a questão do Niassa e de Mashona desaparece
perante este movimento, tão real, tão intenso, tão persistente — primeira
160 e única afirmação de vida que Portugal tem dado nestes últimos trinta
anos, molemente estragados na mudez e na inércia.

Belo e de bom presságio se nos apresenta este movimento! Mas to-
davia, por ora, não há nele senão os sintomas materiais de vida. É o
respirar, o mover, o palpitar, o falar dum corpo que muitos julgavam
165 morto, gelado, fácil de pisar, e talvez de retalhar. E resta agora saber em
que séria e útil ocupação, em que fim de alto patriotismo, se vai empregar
essa vida que tão inesperadamente o País em si surpreende, e que tão
dispersamente manifesta na primeira e imensa alegria de a sentir correr,
quente e forte, nas veias?

170 *That is the question*, se esta citação ainda é permissível... Porque se
todo o patriota se alegrou, como nós, ao ver o esplêndido movimento da
Nação — nenhum verdadeiro patriota pode conservar alegria ao verificar
que esse movimento se começa a perder em direcções desviadas, transver-
sais, inúteis — à maneira duma torrente que, em lugar de correr direita ao
175 moinho para o fazer trabalhar, se espalha pelos lados em riachos esguios
e lentos que bem depressa a areia suga!

As primeiras manifestações deste movimento foram as instintivas, as
da irreflectida cólera do homem que subitamente na rua leva com lama na
face. Todas as multidões, em todas as capitais, se têm um dia abandonado
180 a estas violências clássicas. Mas, encadeadas com estas e numa rapidez de
rastilho aceso, começaram logo as manifestações de indivíduos e de corpo-

185 rações contra a Inglaterra — cada um sinceramente, na sua possibilidade,
 praticando um acto de desforra ou tomando uma decisão de hostilidade.
 E aqui, começámos a assistir a actos menos justificáveis. O sentimento
 190 inspirador era sempre muito belo, muito nobre — mas a expressão exte-
 rior e especial desse sentimento nem sempre participava dessa beleza e
 dessa nobreza. Com efeito, quando homens respeitáveis devolviam à lega-
 ção de Inglaterra as medalhas ganhas ao seu serviço, ou se demitiam de
 195 empregos remunerados por companhias inglesas, estávamos claramente em
 presença de actos de seriedade e dignidade. Quando porém professores dos
 liceus reclamam, como defesa nacional, que se elimine a língua inglesa do
 ensino das línguas vivas — estamos já diante, não dum acto de patriotis-
 mo, mas de ignorantismo. E quando as actrizes dos teatros, para mostrar
 como Portugal sabe repelir um ultraje, resolvem por declaração pública
 200 retirar do palco os seus sorrisos desde que surja na plateia um espectador
 inglês — estamos diante dum acto positivamente risível. Os jornais regis-
 tando destes e doutros protestos, bem intencionados e desastrados, excla-
 mavam por vezes com inquietação: «Meu Deus! Não tornemos as nossas
 manifestações ridículas ou odiosas!» Mas por causa de indiscriminadamente
 205 se registarem os protestos dignos e os protestos cómicos (que a imprensa
 estrangeira reproduzia) — estivemos nós arriscados a que a Europa mistu-
 rasse ao respeito pelo nosso brio, algum desdém pela nossa extravagância.

Tudo isso porém passou: — e bem depressa os protestos individuais
 se fundiram, desapareceram, na vasta, magnífica e consoladora unanimida-
 205 de das manifestações colectivas vindas dos municípios, das escolas, das
 associações, dos institutos, das assembleias, de vilas inteiras, de todo um
 povo que acorda, se levanta, e ainda trôpego do seu extenso sono, afirma
 claramente que *pensa* e afirma fortemente que *quer*.

210 O quê? Porque isto sobretudo se nos afigura essencial: o verificar o
 que o País, enfim desperto e decidido à acção, pensa e quer — e em que
 direcção vai desenvolver essa ideia, e sobre que objecto vai aplicar essa
 vontade. Ora, a julgar pelos incontáveis protestos, declarações, manifestos,
 cartas, apelos, etc., que transbordam na imprensa, não nos parece que por
 ora o pensar e o querer do País se estejam exercendo para fins verdadei-

184: aqui, começámos [A forma verbal não vem acentuada no texto da R. P.; reserva-se a possibilidade de se tratar do presente do indicativo].

199: de indiscriminadamente [indiscriminadamente no texto da R. P.].

209: O quê? [Sem acento no texto da R. P.].

215 ramente sérios, úteis, práticos e patrióticos. De todos esses documentos com efeito em que o País, decerto reflectidamente e serenamente (porque num longo mês sobra tempo para serenar e reflectir), tem exprimido a sua ideia e a sua vontade — que propósito exacto e definitivo resalta com saliência? Um só — *fazer mal à Inglaterra*. Como? Injuriando a Inglaterra; 220 fomentando o ódio à Inglaterra; *boycottando*, tirando a freguesia à Inglaterra.

Três actos naturais, legítimos, supremamente justificáveis. Mas bastam? É neles, só neles, que se deve empregar e consumir o pensar e o querer da Nação? Quando tivermos acumulado sobre a Inglaterra todos os 225 vocábulos afrontosos do nosso dicionário; quando tivermos penetrado o coração dos nossos filhos dum ódio tão complexo à Inglaterra que eles não possam encontrar um volume de Shakespeare sem empalidecer de furor; quando tivermos retirado totalmente a nossa freguesia às carvoeiras de Cardiff ou aos teares do Lancashire — estará realizado o fim imenso duma 230 nação que, abalada por uma crise brutal, desperta, se ergue e desesperadamente afirma que vive e que quer viver? Ou muito erramos, ou esse fim, longe de estar obtido, está perdido.

Injuriar a Inglaterra. De que serve? Se o fazemos por meio daquele processo que se denomina *chamar nomes* (e que parece exclusivo a Portugal 235 e à Inglaterra porque só estas duas nações possuem nos seus idiomas essa expressão) não aproveitamos decerto os primeiros dias do nosso despertar patriótico em obra muito bela, nem muito digna. Ressurgir dum longo adormecimento para *chamar nomes* é de péssimo presságio para a seriedade e fecundidade desse ressurgimento. E por outro lado se o fazemos dum 240 modo mais grave, denunciando e verberando todo o mal da Inglaterra (onde o mal tanto abunda), dissiparemos o tempo a repetir, com pálida superfluidade, tudo o que contra a Inglaterra já demasiadamente vociferaram os seus próprios filhos, os melhores, os mais ilustres, com soberba eloquência e certeza impecável. Quem mais grandemente do que os escritores de Inglaterra tem flagelado os vícios da Inglaterra? Quando mal 245 findava a literatura inglesa do século XVIII, limitada, conservadora, respeitosa e insular — logo um poeta surge, o maior dos seus poetas, que da Itália onde o levava o tédio da sua pátria, austeramente pedante e mercantilmente egoísta, a cobre de maldições e de sarcasmos. E depois de Byron

220: Inglaterra; *boycottando* [bocoyttando, nas três ocorrências do texto. Corrigimos o erro, mas não actualizámos o vocábulo, visto ser ainda percebido como estrangeirismo — do antropónimo inglês «Boycott»].

250 e de Shelley, a legião dos acusadores segue, implacável e genial. É Dickens
 (para citar os mais populares) ridicularizando as suas instituições; é Thackeray
 revelando com fria ferocidade todo o seu convencionalismo social e
 maculando-a com o nome que lhe ficou de *country of snobs*; é Carlyle, com
 clamores de profeta, fulminando o seu egoísmo, o seu mercantilismo, o
 255 seu materialismo; é Ruskin acabrunhando de ironias a grossa materialidade
 da sua civilização; é Arnold acusando-a da sua insipidez, do seu azedume,
 da sua aspereza; é ainda toda uma coorte de publicistas, de panfletários, de
ensaístas, de artistas, de caricaturistas, fulminando o seu pietismo, o seu
cant, a sua hipocrisia, a sua desumanidade... E que faz a Inglaterra?
 260 A Inglaterra cobre de aclamações estes acusadores que a ilustram pelo
 génio; dá-lhes, quando eles morrem, uma sepultura de honra no Pantheon
 Real de Westminster; — e continua a cultivar com cuidado e a desenvol-
 ver estes defeitos de convencionalismo, de egoísmo, de mercantilismo, que
 a têm tornado por esse mundo tão vasta, tão forte e tão rica. Faz mais.
 265 Pela voz do seu maior orador neste século, proclama o egoísmo como
 programa político, justifica-o pela «luta pela vida», e afirma em plena
 Câmara dos Comuns, entre universais aclamações — «No dia em que
 déssemos aos outros a justiça, chamaríamos sobre nós a ruína!»

270 Empregar o tempo a chamar a uma nação deste feitio nomes feios em
 prosa e verso — *pirata, ladra, infame*, etc., — é uma puerilidade de fracos.

Odiar a Inglaterra. Sentimento bem legítimo — porque, por muito
 cristão que se seja (e nós somos inteiramente pagãos), não podemos aben-
 çoar quem nos brutalizou. Mas o ódio fixo, em perpetuidade, cultivado e
 organizado como Programa Nacional (e assim o pregam os manifestos)
 275 que significa? O ódio pode formar um factor na vida de um povo quando
 apaixonadamente incite e aqueça a actividade que prepara a desforra. Ora
 a desforra consiste em derrotar quem nos derrotou, humilhar quem nos
 humilhou. E que esperança pode ter este frágil reino de abater o mais forte
 dos impérios, dura ressurreição do duro Império Romano? Se nós pressen-
 280 tíssemos razoavelmente a possibilidade de um dia, por nossa vez, mandar
 à Inglaterra um *ultimatum* sublinhado com esquadras — então, sim, por
 Deus, que o ódio fosse o nosso inspirador! Mas, para que tal se realizasse,
 teríamos de esperar até aos tempos (entrevistos justamente por um humorista
 inglês) em que o Império Britânico ficará reduzido ao condado de

251: instituições; [Dois pontos em lugar de ponto e vírgula no texto da R. P.; provável gralha tipográfica].

285 Middlessex. Esses tempos jazem muito longe, nas profundidades do futuro; e não podemos realmente passar os séculos que deles nos separam, quedos, hirtos, de dentes cerrados, de olhos flamejantes, absortos e imobilizados nessa única e estranha função social — *odiar!*

290 O ódio é um sentimento negativo que nada cria e tudo esteriliza: — e, quem a ele se abandona, bem depressa vê consumidas na inércia as forças e as faculdades que a Natureza lhe dera para a acção. O ódio, quando impotente, não tendo outro objecto directo, nem outra esperança senão o seu próprio desenvolvimento — é uma forma da ociosidade. É uma ociosidade sinistra, lívida, que se encolhe a um canto, na treva.

295 Não, por Deus! O povo alegre e franco, que outrora em Diu (segundo dizem) atirava por entre as bombardas gracejos aos mouros, e que é hoje ainda na Europa o único que trabalha cantando — não pode empregar e estragar os seus dias nessa negra e fúnebre ocupação, o *ódio!*

300 Detestemos a Inglaterra, de acordo, toda a Inglaterra — mesmo sem distinguir se foi a Inglaterra como nação, ou apenas um partido inglês como governo, que nos ultrajou. Mas que esse sentimento seja secundário na vasta obra que temos diante de nós, agora que acordámos — e não essencial, supremo e tão absorvente que só ele ocupe a nossa vida, e se substitua à própria obra.

305 Os que afirmam (e muitos afirmam) que «o único dever de Portugal agora é odiar a Inglaterra», ou se contentam com um desabafo vão — ou sinceramente aconselham ao País que nada faça, permaneça na sua inferioridade, e acentue mais a sua impotência final entregando a direcção da sua vida a um sentimento impotente.

310 Se tais conselhos são considerados como nobres expressões de patriotismo, — então o patriotismo, como ideia, tem mudado desde as idades em que, nas praças de Atenas, os patriotas que iam, em Plateia e Salamina, dar ao mundo o inigualável exemplo do patriotismo heróico, exclamavam: — «Não se trata de parolas, e de odiar a Pérsia — trata-se de actos, e de salvar a Grécia!»

315

Temos depois, como plano, *boycottar* a Inglaterra. Ideia bem natural e bem lógica. A Inglaterra é uma imensa loja. Nós somos dos seus mais antigos fregueses. A prosperidade de uma loja depende da sua freguesia:

294: É uma [É a uma no texto da R. P.; providvel 'lapsus calami'].

302: que acordámos [Embora não acentuado no texto da R. P., parece mais adequada a leitura do verbo no pretérito perfeito].

304: substitua à [substitua a no texto da R. P.].

retirando portanto a nossa freguesia à Inglaterra, comprometemos a sua prosperidade. É perfeito. Resta averiguar se é eficaz.

Os homens positivos, experimentados e práticos, afirmam que desgraçadamente este plano, tão tentador na sua simplicidade, não dará resultado que nos console e vingue — porque ao fim de um tempo, para a Inglaterra, não será sensível a conta do seu prejuízo, enquanto para nós montará pavorosamente a conta do nosso dano. Se nós hoje, que não possuímos indústrias nacionais, formos buscar a outros mercados o que costumamos trazer de Inglaterra, — encheremos a nossa casa de produtos *piores e mais caros*, o que duplamente aumentará o custo da nossa vida. Logo este começo é péssimo. Por outro lado, quebrando as relações comerciais com a Inglaterra, deixamos logicamente de ser fregueses da sua marinha mercante. Ora os Ingleses, que possuem a maior marinha mercante e de maior tonelagem de todas as nações, são os grandes transportadores do Universo, os que através dos mares levam e trazem mais homens e mais fazendas. E não admitindo nós que navios ingleses entrem nos nossos portos a buscar ou a trazer — matamos o grande plano dos últimos tempos, que era tornar Portugal o rico e forte centro do movimento comercial entre o velho e o novo mundo. Para isso, com sacrifícios enormes, estamos construindo o porto de Lisboa e o porto de Leixões. Mas esses portos, excluindo das suas docas dois terços dos navios que sulcam os mares não obterão rendimento apreciável: — e nós teremos de pagar o que essas obras custaram, sem poder embolsar o que elas por si renderiam. E há mais. Assim como não queremos comprar nada aos Ingleses, nada lhes queremos também vender. Ora o Inglês é o nosso maior freguês: e não teremos pois de ora em diante quem nos consuma na sua quase totalidade o nosso vinho do Porto, os nossos minérios, as nossas frutas, o nosso sal, a nossa cortiça. Para não arruinar o Porto, Aveiro, Setúbal, o Alentejo, etc., seremos forçados a procurar novos fregueses — o que, neste século de áspera, feroz, tumultuosa concorrência, se vai tornando a mais pavorosa das dificuldades humanas. Ora, insistem os homens práticos, como nós já frequentemente tentámos, sem resultado, obter pequenos mercados para artigos parciais da nossa produção — não lograremos agora decerto alcançar um vasto mercado que substitua a vasta Inglaterra. De sorte que, em resumo, ao fim de um ou dois anos de quebrar as relações comerciais com a Inglaterra, teríamos as nossas despesas consideravelmente elevadas, os nossos rendimentos consideravelmente diminuídos, obras colossais a pagar, e nenhum lucro a tirar delas.

342-343: nada lhes [lhe no texto da R. P.].

350: frequentemente tentámos [O verbo não vem acentuado no texto da R. P.].

Assim dizem os experimentados. Resta porém saber se estes sacrifícios não seriam bem pagos pelo justo regalo de ferir a Inglaterra num ponto, que é nela mais vivo que o orgulho — o interesse: e se não compensa-
 360 ríamos, amplamente, o desgosto de ver os transtornos que sobre nós acarretamos — pela delícia de constatar as ruínas que na Inglaterra acumulámos.

E, aqui, voltam os experimentados (verdadeiramente patriotas) explicando que a Inglaterra, para o nosso caso, é uma loja, cuja prosperidade
 365 ou decadência se verifica pelo seu balanço e pelos seus livros. Ora, examinando as contas correntes de Inglaterra (pelo último balanço feito, o de 1888), vemos que o seu movimento comercial com Portugal, isto é, o valor do que nos comprou e do que nos vendeu, monta à soma redonda de *trinta mil contos*. Verba considerável. Mas em que proporção entra ela
 370 no movimento geral da loja? A falta de um freguês deste valor dará à loja um golpe definitivo e mortal, ou fará apenas uma arranhadura insensível e reparável? Examinando o balanço total do Império Britânico, verificamos que o seu movimento monta à soma, que quase custa a ler em cifras, de *quatro milhões novecentos e vinte mil setecentos e cinquenta contos*! Como
 375 estas somas disformes estonteiam, quase não têm realidade para um meridional — digamos, tornando as cifras mais acessíveis, que a nossa abstenção como fregueses de Inglaterra diminui *trinta contos* no seu movimento de *quatro mil novecentos e vinte contos*. É portanto como se um particular egoísta e brutal, possuindo uma renda de *quatrocentos e noventa e dois*
 380 *contos*, fosse prejudicado em *três pobres contos de réis* por um vizinho ofendido, que, para tomar essa desforra que ele julgava mortal, se sacrificasse até à ruína!

Decerto, esses trinta mil contos de menos vão momentaneamente prejudicar certas indústrias inglesas. Mas essas indústrias são justamente as
 385 mais fortes (carvão, ferro, tecidos, etc.). Todas elas têm afrontado crises infinitamente mais terríveis, que atravessaram com triunfal serenidade. E quando nós começarmos apenas a penar as primeiras dores do nosso sacrifício — já elas terão galhardamente reconstituído o seu equilíbrio.

De resto Portugal não desceu ainda tanto na universal jerarquia, que
 390 se levante todo, num esforço unido de nação unida, com o fim único de

360-361: nós acarretamos [Respeitamos a lição do texto da R. P., reservando a possibilidade de se tratar do pretérito perfeito do verbo, como a seguir acumulámos].

372: reparável? Examinando [Corrigimos a forma Examinado, atendendo à utilização anterior do gerúndio do mesmo verbo].

374: de *quatro milhões* [...] *contos*! [Certamente por lapso, repete-se de contos depois de milhões no texto da R. P.].

encalacrar os Srs. Fulano & C.^a carvoeiros de Newcastle ou os Srs. Sicrano & Filhos com fábrica de lanifícios em Bradford. O único objecto por que dignamente poderíamos sofrer perdas e angústias seria, como se tem dito nos manifestos e protestos, matar o Leão Britânico. Mas que conseguimos? Arrancar-lhe alguns pêlos da juba bruta, que bem cedo renascerão — mais duros e fortes.

Todo este movimento público, pois, que, para *fazer mal* à Inglaterra, se impõe como missão odiar a Inglaterra, ofender a Inglaterra, *boycottar* a Inglaterra — a si mesmo se esteriliza, errando a sua direcção: porque, evidentemente, como movimento nacional, nascido da alma da Nação, para proveito da Nação, nunca lhe cumpriria tomar por fim único o *fazer mal à Inglaterra*, mas, antes de tudo e sobretudo, *fazer bem a Portugal*.

Uma vez que, segundo tão altamente se proclama, acordámos do nosso letargo, urge empregar este alento que nos volta, não na teima improfícua de destruir o que é indestrutível — mas de reconstruir tudo o que em torno de nós se deteriorou e derrocou durante o nosso imenso sono. Esta seria a direcção única a imprimir ao movimento nacional — que se não deve dispersar em tentativas ou brados efémeros contra a Inglaterra, mas concentrar em obras sólidas a proveito de Portugal. Até agora nada se fez, porque (como todos violentamente constataam, por experiência própria) jazíamos ressonando, no esquecimento de todo o dever cívico. Pois bem! Agora que todos se declaram despertos, e saltam para a arena bradando, de braços arregaçados, prontos à faina — comece a empresa, única verdadeiramente patriótica, que é a de reconstituir a Pátria. Se as forças e as vontades abundam (como afirmam manifestos e protestos) não faltará também obra urgente e boa em que elas se empreguem com glória. Temos quase tudo por fazer — tudo teríamos a refazer. Teríamos antes de tudo de criar riqueza, porque, sem esse instrumento, o braço mais forte fraqueja. Teríamos de criar a riqueza, como povo agrícola que somos, pelos meios que o saber positivo tem indicado e que a política tem desdenhado. Criar riqueza, através do fomento rural — repovoando o reino pela colonização interior; metodizando as culturas; congregando a propriedade excessivamente fragmentada; criando o crédito rural; dirigindo o aproveitamento das águas públicas e organizando a economia hidráulica; fazendo a repovoação florestal do país; regulando o exercício da caça e da pesca, etc., etc. Teríamos ainda de fundar indústrias, nacionalizando os fornecimentos públicos para as fazer viver, e nacionalizando os transportes para as fazer circular... Obtidos estes primeiros recursos teríamos então de

430 alargar a nossa marinha de guerra, reorganizar o nosso exército, construir
as defesas dos nossos portos. Teríamos ainda a reformar o ensino cientí-
fico, e fundar seriamente o ensino técnico. Teríamos enfim (para não
desanimar as boas vontades com um programa muito pesado) de preparar,
por meio da educação física, gerações que possuam o músculo, o vigor, a
saúde e o poder de arrostar trabalhos — que a nós nos falta tão lamen-
435 tavelmente. E teríamos ainda (só este detalhe mais!) de criar em nós mesmos
hábitos de energia, disciplina, ordem, força, perseverança — reflectindo
que sem bons costumes de nada valem as boas instituições, e que já um
poeta, que era todavia o mais risonho dos cépticos, disse:

Quid leges, sine moribus
440 Vanae, proficiunt?

Eis, na nossa ideia, talvez excessiva e errada, o que deveriam fazer
esses patriotas que com tanta esperança nossa se declaram acordados do seu
sono histórico, e prontos a trabalhar na regeneração da Pátria. Tudo isso
depende deles, só deles. Não dos governos ou dos ministérios. Depende
445 meramente da sua iniciativa, do seu esforço, da sua constância, da sua
propaganda. Depende do seu honesto propósito de escolher homens capa-
zes que no Parlamento vão enfim criar as leis exactamente correspondentes
às nossas necessidades — e, no Governo, vão enfim assegurar a execução
exactamente indispensável a essas leis salvadoras.

450 Assim julgamos que devia ser utilizada e regularizada essa bela efer-
vescência de vida, a que se denomina o «movimento nacional». Porque de
resto, bradar nas ruas contra a Inglaterra, elaborar manifestos, fundar
comissões, agitar archotes, desfraldar bandeiras, abater tabuletas, não nos
parecem na verdade os modos dum povo, que, sob o impulso do patrio-
455 tismo, se prepara para a regeneração: — antes se nos afiguram os modos
dum povo, que, através do patriotismo, se está educando para a insurreição.

E que a mocidade das escolas dê ela o exemplo mais directo e me-
lhor. Por toda a parte se afirma que da sua paixão generosa e pura partiu
o primeiro arranque deste movimento. Honra grande lhe seja mais tarde
460 na História. Mas a mocidade já manifestou amplamente. Que agora se
retire das ruas e dos comícios, se recolha, e ofereça ela, esperança de todos,
messe rica do futuro, o modelo superior do patriotismo, passando a cumprir
com sereno amor esse dever patriótico que tão especialmente cabe a estu-
dantes — e que consiste em estudar.

460: já manifestou [Conforme o texto da R. P.].

465 E deixemos a Inglaterra, que, quieta na sua ilha, digere sombriamente,
como nação de rapina, a presa que rapinou. Clamar pela praças *Delenda*
Carthago! é excelente — quando já estão reunidas no porto de Óstia as
galeras que vão levar Cipião à África. Mas nós não nos podemos ufanar
470 por ora nem de galeras nem de Cipião. De que valem pois brados vãos?
O grande grito a gritar não é — *Delenda Britannia!* O grande grito a
gritar é — *Servanda Lusitania!* Porque se não trata infelizmente de destruir
a Inglaterra — mas de conservar Portugal.

Através destas sugestões, que vimos timidamente arriscando, de pro-
pósito omitimos o facto magnífico da Subscrição Nacional. Só ele todavia,
475 e o sentimento colectivo que ele revela, as justificam — porque, sem ele,
todas as nossas considerações montariam à puerilidade de querer dirigir,
regularizar e aproveitar para um fim permanente uma chama que passa e
que morre! A forte, sólida e tenaz unanimidade, porém, com que a Nação
480 inteira, que tão pobre é, acode a abrir a sua bolsa para um alto objecto
nacional, prova que este Movimento, tendo raízes na razão e na consciên-
cia do País, não somente na sua imaginação móbil, constitui uma força
duradoira e viva que convém dirigir para onde ela possa fecundar e criar.
E indicar a sua direcção é concorrer para a sua fecundidade — porque
485 decerto aqueles que tão ardentemente querem preparar a defesa exterior
não se mostrarão menos prontos a trabalhar na ordem interior. De pouco
serviria ter muralhas novas por fora e só velhas ruínas por dentro. A peito
doente nada vale couraça de bronze.

João Gomes

NOVOS FACTORES DA POLÍTICA PORTUGUESA

Depois do *ultimatum* de 11 de Janeiro e do frémito de indignação que percorreu todo o País até às mais obscuras vilas, houve um momento em que justificadamente se pôde supor que a Nação, enfim despertada do seu sono ou da sua indiferença, pronta a retomar a posse de si mesma, e certa de que a vida que vinha levando nestes últimos vinte anos a votava irrevogavelmente às humilhações e aos desastres, decidira, num ingente esforço de vontade, começar uma *vida nova*.

Não escaparam a esta ilusão cabeças que se prezam de friamente raciocinadoras. E quem estas linhas escreve, apesar de dois lustros inteiros de desilusões, chegou a crer que realmente existia no fundo da Nação, sob a sua aparente apatia, uma grande reserva de força, capaz de inspirar e de impor, sem resistências possíveis, uma reorganização política e económica do Estado.

A ilusão, como dissemos, em breve se sumiu por esses ares. Poucas semanas bastaram a evidenciar que não há no País uma força latente donde pudesse vir o movimento de reorganização nacional, ou que, se a há (é sempre grato guardar uma esperança) o *ultimatum* do dia 11 e a perda de territórios maninhos de África, que quase ninguém sabia onde ficavam, não foi abalo bastante decisivo para a fazer despertar e operar. Nem todos os choques do ferro conseguem com efeito fazer saltar o fogo das entranhas da pedra.

Mas se fora das regiões da Política, na massa geral da Nação, o *ultimatum* não logrou produzir um movimento que viesse trazer transformações essenciais à nossa vida administrativa e económica, sucedeu que, dentro dessas próprias regiões da Política, esse mesmo *ultimatum*, e as manifestações tumultuárias que o acompanharam, vieram alterar o equilíbrio dos elementos regulares com que a Política jogava, fazendo aparecer nela elementos novos, novos factores, com que é forçoso doravante contar, e que, coisa estranha! fazem o Portugal de 1890 politicamente diferente do Portugal de 1889. É esta nova situação que convém estudar com clareza e franqueza. Estender sobre ela um véu pudico, disfarçar-lhe discretamente,

por falsas e injustificáveis conveniências públicas, os perigos que ela contém, não a querer dissecar abertamente com o temor de patentear realidades desagradáveis, seria o mesmo que impedir uma cura ainda possível pelo desejo de não aludir a um mal manifestamente certo. Seria um crime de lesopatriotismo.

I

O Partido Republicano não é certamente de criação recente. Desde 34, desde 20, sempre em Portugal existiram republicanos e jacobinos. Foi possível porém durante muito tempo contá-los, como se diz, pelos dedos duma só mão. Eram ideólogos isolados, um pouco vaidosos do seu isolamento, vaidosos sobretudo da sua independência e isenção, e da superioridade intelectual que as suas ideias lhes davam ou lhes pareciam dar, de resto universalmente respeitados, e respeitadores eles mesmos do regime sob que viviam e de quem por vezes aceitavam empregos.

O primeiro ensaio de republicanismo, com visos de organização, foi devido, aí por 1867 ou 68, a um guarda-livros da antiga Casa Bertrand, moço excelente, mas fanático, que consumiu o seu pecúlio e a sua saúde no empenho de fundar um club, menos como núcleo de acção que como núcleo de propaganda. Esse club (se nos não falha a memória) chegou a funcionar numa casa da Rua do Príncipe, e a ele pertenceram alguns homens hoje ilustres nas letras, e mesmo famosos pelas suas ideias autoritárias. De resto nesse club tratava-se mais de estimular a fraternidade humana, de libertar as raças oprimidas, etc., do que propriamente de abalar o poder que residia na Ajuda. Era um club de humanitários e de idealistas, donde apenas saiu um acto prático, as conferências chamadas do *Casino*, instrumento de propaganda que tinha naturalmente mais de literária do que de política. Muito bem nos lembramos de ir lá ouvir o nosso saudosos amigo Augusto Soromenho, o erudito auxiliador de Alexandre Herculano, discorrer sobre Chateaubriand; e dias depois o Sr. Eça de Queirós apresentar, muito antes de Zola, as bases duma nova estética, o *Realismo*. Apesar de não ameaçarem muito seriamente a ordem, ainda assim foram estas pales-

49: um club [*Mantemos sistematicamente esta grafia, bem como o plural clubs, visto tratar-se de um estrangeirismo*].

61: estética, [*Sem vírgula no texto da R. P.*].

65 tras julgadas subversivas pelo duque (então marquês) de Ávila, que as proibiu no dia em que um dos conferentes (o Sr. Batalha Reis, se não nos enganamos) ia falar sobre a «Divindade de Jesus». A imprensa de oposição exibiu a costumada indignação liberal; o Sr. Dias Ferreira fez uma inter-
70 pelação ao ministério; e não se falou mais nas conferências do Casino, de que apenas resta como vestígio uma verdadeira jóia de crítica histórica, um folheto do Sr. Antero de Quental, hoje muito raro, sobre a *Decadência dos Povos Peninsulares*. O club da Rua do Príncipe morreu de inanição, e este ensaio jacobino fundiu-se ou perdeu-se no movimento socialista que, aí por 1871 e 72, ainda sob a iniciativa do Sr. Fontana e doutros, englobou em si uma considerável porção da classe operária de Lisboa. Esse movimento socialista, que era uma ramificação entre nós da famosa *Internacional*, fra-
75 cassou quando essa sociedade, por motivos que não vem para aqui compendiar, perdeu a sua acção sobre a massa dos trabalhadores europeus. Depois disso a corrente republicana, que várias causas tinham continuado a desenvolver surdamente, aflorou de novo à superfície e fez sentir a sua acção por ocasião do centenário de Camões. E finalmente a sua entrada
80 como partido organizado na sociedade política pode ser datada da questão de Lourenço Marques.

Não tomámos a pena para fazer a história, ainda pouco acidentada, do Partido Republicano. Essa história, por enquanto, reduz-se principalmente a números. Um deputado republicano por Lisboa há quinze anos não
85 reuniria *cem votos*. Nas últimas eleições os republicanos tiveram *alguns milhares de votos*. E estes milhares de votos têm uma significação grave, não tanto por virem do apoio progressista (ainda que este apoio é também significativo e sintomático), mas por virem duma forte massa de eleitores independentes, pertencendo pela maior parte às classes liberais e à classe
90 comercial, que até aqui se abstinham de votar.

Um tal desenvolvimento de republicanismo é obra recente destes últimos anos. E a sua causa tem sido simples e unicamente o descontentamento: isto é, o Partido Republicano tem-se alastrado, não porque aos espíritos democratizados aparecesse a necessidade de implantar entre nós as
95 instituições republicanas, como as únicas capazes de realizar certos progressos sociais — mas porque esses espíritos sentem todos os dias uma aversão maior pela política parlamentar, tal como ela se tem manifestado, com o seu cortejo de males, nestes derradeiros tempos.

O Partido Republicano em Portugal nunca apresentou um programa, nem verdadeiramente tem um programa. Mais ainda, nem o pode ter: porque todas as reformas que, como partido republicano, lhe cumpriria
100

reclamar, já foram realizadas pelo liberalismo monárquico. De sorte que se vai para a república ou se tende para ela, não por doutrinário, por urgência de mais liberdade e de instituições mais democráticas, mas porque
105 numa já considerável parte do País se vai cada dia radicando mais este desejo: *antes qualquer outra coisa do que o que está!*

Esta é a mais recente e desgraçada fórmula política da Nação. É a fórmula que se ouve repetida por toda a parte onde dois homens se juntam a comentar as coisas públicas. Ora que pode ser *essa outra coisa?*
110 Não pode ser o governo pessoal, fórmula para que apenas se inclinam alguns espíritos superiores, mas odiosa à generalidade da Nação, de todo democratizada, ou antes irradicavelmente impregnada de liberalismo; tem pois, na ideia dos descontentes, de ser a república, uma república, que, eliminando pelo mero facto do seu triunfo todo o pessoal do parlamentarismo e as suas práticas, proceda, sem desatender os interesses conservadores, a uma reorganização administrativa e económica da Nação. Essa reorganização parece-nos, a nós conservadores, que poderia ser realizada dentro da monarquia. Mas os descontentes respondem que a monarquia se acha inevitavelmente, fatalmente vinculada e soldada a esse pessoal do
120 constitucionalismo, cuja incompetência e corrupção eles julgam ter sido superabundantemente comprovadas em anos já longos de desgoverno: que resta portanto uma única solução, a república: e que o momento vem chegando de salvar por esse meio o País, que já não pode ser salvo pela monarquia.

125 cremos que ninguém, com uma clara inteligência das coisas, negará ser esta a corrente de ideias ou de impressões que tem desenvolvido o Partido Republicano. Do seu mais recente e inesperado engrossamento neste último ano houveram causas mais directas e mais especiais, internas e externas. Das internas a maior foi sem dúvida o último período da administração progressista. Não queremos por modo algum nestas páginas
130 da REVISTA, onde só podem ter cabimento as apreciações genéricas de ideias, doutrinas ou movimentos sociais, fazer acusações específicas a grupos políticos. Mas ninguém hoje contesta, mesmo dentro das fileiras progressistas onde preclaramente sobram os homens sinceros e de bem, que os erros dessa administração foram fatais ao sistema parlamentar e à monarquia que é a sua expressão suprema.

A parte sã da Nação ficou seriamente desgostosa. E as lamentáveis desordens parlamentares desse triste ano político, as violentíssimas e

128: ano houveram [Conforme o texto da R. P.].

desmandadas polémicas, as mútuas e terríveis recriminações com que,
140 obcecados pela paixão, os partidos se feriam uns aos outros na sua honra,
deixaram no País, que assistia espantado a uma tal *lavagem pública de roupa suja*, o sentimento desalentado que ele exprime por esta fórmula: —
Tão bons são uns como outros! É esta uma outra das recentes e desgraçadas
145 fórmulas da opinião pública em Portugal. Ora se, dos que estão, *tão bons*
são uns como os outros no sistema parlamentar — para onde ir, para que
apelar? Naturalmente para a república e para os homens novos e puros
que ela possa trazer.

Uma outra causa exterior que veio concorrer para o engrossamento
do Partido Republicano foi a revolução do Brasil. Feita por uma raça filha
150 da nossa, que fala a nossa língua e tem tantos interesses ligados aos nossos,
e feita aparentemente com uma cordura, uma generosidade, uma ordem
que espantou (e enganou) o mundo, esta revolução veio entre nós, de mil
maneiras indirectas, desenvolver o sentimento republicano; já provando
como sem desordem social se pode melhorar um regímen político; já
155 mostrando tentadoramente a que fastígios de poder pode galgar, numa
manhã, qualquer obscuro articulista ou qualquer obscuro professor; já dando
a esperança dum forte apoio moral e (porque o não diremos?) dum forte
apoio material. A revolução do Brasil tranquilizando os ordeiros, exci-
tando os ambiciosos, e dando confiança a todos pela esperança de apoio
160 e recursos positivos — foi um golpe que das instituições brasileiras reper-
cutiu indirectamente sobre as nossas instituições.

Não menor acção estimuladora trouxe aos nossos republicanos a
consolidação da república em França, tão ameaçada, ainda antes das elei-
ções de Setembro, pela coligação monárquico-cesarista. A França, pelo
165 simples facto de ser república e como tal prosperar, é hoje o mais pode-
roso instrumento de propaganda republicana entre os povos latinos. Não
se reflecte bastante que às qualidades da sua raça, não à forma das suas
instituições, deve ela a sua prosperidade; e que a Exposição seria tão bri-
lhante sob o reinado de Filipe V, como foi sob a presidência de Carnot.
170 O que se vê é a república robustecendo o exército e a armada, construindo
enormes obras de defesa, reorganizando superiormente os seus novos do-
mínios, alargando imensamente a instrução, favorecendo o movimento dos
negócios a ponto de tornar o próprio capital republicano, mantendo ad-
miravelmente a ordem, e, apesar da sua democratização, conservando todas
175 as elegâncias da vida e da sociedade. Tudo isto se atribui à república,
quando é unicamente obra da França.

Finalmente entre as causas estranhas se pode contar o *ultimatum* do
dia 11, que, se não arrancou o País à sua apatia, lhe deu subitamente o

sentimento mais claro, e por assim dizer agudo, da sua própria fraqueza e desorganização; fraqueza e desorganização que, aparecendo dentro deste regímen, podem ser (e são) obra de certas fatalidades, mas são evidentemente também obra desse regímen. «*Aqui está onde nós chegámos!*» foi então a dolorida exclamação que resumia o sentir público.

Assim, progressivamente, se tem ido o Partido Republicano recrutando entre todas as classes e todas as profissões, a advocacia, a magistratura, o professorado, o comércio, e mesmo a propriedade rural, pela acção lenta de causas diferentes, das quais a maior incomparavelmente, e a única que incessantemente opera, é a dum forte descontentamento político.

E o que torna este descontentamento político tanto mais vivo, e por assim dizer activo, é que ele tem o estímulo constante dum imenso descontentamento individual, nascido das dificuldades de vida que cada um experimenta. É a nossa pobreza geral que complica singularmente a nossa crise política. Em casa onde não há pão todos ralham e *todos* têm razão — porque é deste modo que o provérbio deve ser entre nós emendado. O célebre publicista Edmundo About afirmava que nada era mais favorável aos governos em França do que o vento do sudoeste — porque é ele que traz as chuvas e prepara as boas colheitas. A oposição a um governo ou a um regímen nunca toma com efeito um carácter impaciente, violento e destrutivo quando cada um tem pão bastante na prateleira ou um saldo favorável no seu banco. Todo o regímen parece bom, pelo menos perfeitamente tolerável, ao pai de família que se sente na abundância. A mudança de regímen, e as perturbações sociais que lhe vêm inerentes, só lhe inspiram então inquietação, por poderem alterar ou anular as condições favoráveis em que a sua prosperidade se produziu. Entre nós é justamente o contrário que sucede. Ninguém vive na abundância e todos se encontram em dificuldades. Sofre o empregado pela pequenez dos ordenados; sofre o operário pela escassez dos salários; sofre o logista pelos limitados meios de comprar de que dispõe o público; sofre o comerciante pela estagnação das transacções; e sofre o agricultor pela longa crise agrícola que lhe desvaloriza a propriedade. Todos sofrem; e ainda que muitos só se deveriam queixar da sua falta de iniciativa, de persistência, e mesmo de coragem civil, todos à uma se voltam contra um regímen que eles consideram como o causador de todos esses males públicos donde datam os seus males particulares. Em todas estas classes se encontra com efeito a mesma opinião expressa pela mesma fórmula: — *Isto assim não pode continuar! Isto é a desorganização administrativa, política e económica.*

Constitui esta massa já considerável de descontentes um partido militante e organizado? Não, certamente. Esta massa não está ainda filiada no

220 Partido Republicano, não pertence ainda a clubs, não obedece ainda a um programa. Quando muito lê o *Século*. Mas constitui essa classe, por assim dizer, *não-monárquica*, que no Brasil permitiu que se fizesse a revolução no espaço de duas horas, e que é tão perigosa para a segurança das instituições pela sua total indiferença e desamor, como o seria pela sua intervenção hostil e combatente.

225 Tais são os elementos de que já efectivamente se compõe ou com que condicionalmente já conta o Partido Republicano. É todavia este partido um perigo imediato e iminente para as instituições? Longe de toda a ilusão optimista, afigura-se-nos que esse partido, no dia de hoje, oferece um perigo ainda mínimo, porque tem a impotência de uma multidão a que falta a direcção. Entre os republicanos organizados, filiados, arregimentados, quantos
230 se contarão que sintam confiança real no seu directório e seus chefes oficiais? Raros, segundo nos afirmam aqueles que por experiência própria o sabem. Pode haver, e há, por esses chefes simpatia individual; pode haver, e há, crença na sua sinceridade. Mas não há já a fé na sua coragem,
235 na sua habilidade, ou na sua competência como organizadores dum movimento. E enquanto à massa dos descontentes, dos que chamamos *não-monárquicos*, esses nunca consentiriam certamente em admitir como chefes, e portanto como futuros promotores da reorganização nacional, os indivíduos, aliás pessoalmente estimáveis, que hoje têm a direcção aparente,
240 e queremos supor que real, dos interesses republicanos. E sem desejar ser descortesias para com personalidades, — somos forçados a constatar que os actuais chefes republicanos, como tais, como chefes, fazem sorrir toda a parte séria da Nação.

Isto todavia adia simplesmente o perigo até ao momento em que
245 homens de capacidades mais altas, ânimos mais decididos, e sobretudo de mais hábeis manejos, tomem conta do partido já organizado e da multidão descontente que em torno dele se agita, e dêem a este conjunto de forças vagas a direcção que elas reclamam e parecem prontas a aceitar de quem lhes traga uma garantia de êxito.

250 Mas ainda mesmo sem direcção, ou com uma direcção impotente porque incompetente, o Partido Republicano existe, exhibe-se, fala, escreve, vota; e por este mero facto de existir obriga as classes governamentais a uma atitude legítima de defesa e de resistência. E eis aqui, se não erramos, uma outra fatalidade que vem aumentar os perigos do republicanismo.
255 Desde que, desgraçadamente, se não pôde impedir por uma sábia administração que se viesse a formar esta massa de descontentes, prestes a tornar-se revolucionária, as classes governamentais são necessariamente obrigadas,

desde que ela se formou, a mantê-la em respeito e a procurar inutilizá-la por meio da repressão. Os próprios republicanos por mais fanáticos não esperam decerto que o governo lhes entregue espontaneamente as secretarias, o tesouro e a direcção dos serviços públicos. Desde que do seu lado comece a acção — do lado do poder deve começar a repressão. Ora esta repressão só se pode efectuar coarctando certas liberdades, — liberdade de imprensa, liberdade de reunião, liberdade de associação — que entre nós penetraram profundamente nos costumes públicos, e que formavam além disso o único recurso deixado ao descontentamento para desaforar e se consolar. A perda do direito de usar (e sobretudo de abusar) dessas liberdades vai portanto originar uma imensa irritação, e um acréscimo de descontentamento tanto mais intenso quanto mais comprimido. As repressões são sempre as grandes fautoras das revoluções. Um partido perseguido cresce na proporção geométrica dessa perseguição. Na Alemanha, há sete anos, os socialistas reuniam menos duma *dezena de milhares* de votos; vieram as famosas leis de repressão, e a política terrorista de Bismarck; e ao fim de seis anos os socialistas obtinham *mais dum milhão* de votos, e o próprio Bismarck caía. As classes governamentais sabem isto perfeitamente bem, e não procedem por obcecação ou por um leviano desdém das repetidíssimas lições da História. Fazem o que não podem deixar de fazer — o que é o seu dever que façam; sobretudo quando o partido de revolução reclama não um conjunto de justas reformas, que elas poderiam *oportunamente* conceder, mas a derrocação pura e simples de todo o regimen constituído, sem um programa melhor de ideias para substituir as dele, só com o fim de destruição e de deslocação de pessoas. A repressão porém só se pode fazer com certeza de êxito pacífico quando exista por trás, a sustentá-la, uma quase unânime corrente de opinião, uma larga maioria nacional, fielmente vinculada e aferrada às instituições monárquicas, só delas esperando a salvação, e não compreendendo que a Nação possa sem elas ser nação. Foi esta funda corrente de opinião, esta forte maioria nacional que faltou no Brasil ao ministério Ouro Preto. Existe essa maioria nacional entre nós, uma maioria amando tanto as instituições que esteja pronta, e com alacridade, a dar por elas o dinheiro dos seus cofres e o sangue das suas veias? Infelizmente, por mais que lhe contemos e recontemos os elementos, não nos parece que exista. Na classe média uma minoria é republicana; uma parte importante é indiferente senão hostil; e uma outra parte tende para a hostilidade pelo mero facto de estar excluída do poder e dos seus benefícios. No povo, o das cidades é republicano; e o do campo, alheio a princípios políticos, nunca se move e nunca se moverá

talvez senão para defender o seu pão, se novos e fortes impostos lho ameaçassem.

300 Resta portanto uma metade da classe média fiel às instituições, porque fiel ao partido político que nesse momento as defende. Mas foi essa mesma metade da classe média que no Brasil, acabando de dar uma larga maioria parlamentar ao ministério Ouro Preto, e estando justamente a *promover uma subscrição para levantar uma estátua ao visconde de Ouro Preto* (!) — ficou muito quieta nas suas casas, nos seus empregos ou nos
305 seus escritórios, quando alguns jornalistas e alguns tenentes que iam reclamar uma mudança de ministério se lembraram de proclamar uma mudança de regímen! Esta curiosa lição da História actual, se outras não tivéssemos, bastaria a mostrar que confiança se pode ter, neste último quartel do século XIX, na fidelidade política da classe média.

310 Ora se esta maioria nacional falta às instituições, elas têm de se apoiar necessariamente numa outra força que, entre nós, só pode ser o exército.

II

Em geral desde que o regímen constituído, para se manter, necessita o apoio duma força disciplinada; e quando, por outro lado, existe um
315 partido de revolução que não pode tirar dos seus próprios elementos populares os meios precisos de acção, e só poderia triunfar pelo auxílio duma força indisciplinada — o exército torna-se necessariamente o ponto para onde convergem todas as esperanças e o elemento de êxito com que contam todos os interesses políticos. O exército é assim fatalmente arras-
320 tado para dentro da esfera dos partidos; e começa logo a haver em torno dele uma surda e constante campanha de sedução ou de pressão. Pela lógica das afinidades e das ligações naturais, o partido de revolução procura atrair o sargento que é o mesmo que conquistar o soldado; e o regímen constituído procura muito justamente, e com honrosa facilidade, conservar
325 fiéis os coronéis e os generais. É isto o que durante longos anos se deu (e ainda se dá) na Espanha; e é isto o que desde já se vai anunciando entre nós, onde, como dizia ultimamente um oficial superior, «o exército está sendo requestado como uma menina rica». A responsabilidade da desorganização assim introduzida no corpo social (e quanto é formidável essa

responsabilidade a anarquia do Brasil o prova) pertence toda e exclusivamente, está claro, ao partido de revolução. Não tratamos porém aqui de averiguar a quem pertencem as responsabilidades de que a História mais tarde julgará, mas de constatar e enfileirar os factos tais como eles são e de os seguir nas suas consequências. Ora o facto incontestável (e que seria antipatriótico disfarçar) é que o Partido Republicano procura atrair o exército; e que, forçado a defender-se, o régimen constituído apela por seu turno para o concurso leal do exército, decerto inabalável na sua lealdade.

Mas pelo simples facto do exército ser a força essencial com que conta o régimen constituído, e com que conta o partido de revolução, ele toma fatalmente uma preponderância inesperada nos nossos destinos políticos. Dele parece depender tudo, e portanto ele torna-se tudo. Assim como em Inglaterra, e já agora em França, o boletim de voto é tudo, e sobre ele se exerce ardentemente a propaganda dos partidos, assim entre nós parece desenhar-se o momento em que a espada do exército será tudo, e sobre ela, e só sobre ela, se concentrará a acção e a influência dos que legitimamente possuem, ou que subversivamente pretendem, o poder.

Isto, se não nos enganamos, pode importar proximamente no advento do militarismo. Dirão (e dizem) os optimistas que o exército em Portugal nunca sairá da sua devida submissão ao poder civil. Assim o supomos. Mas nunca se deve basear um sistema de acção política no optimismo, na hipotética perfeição dos homens e das coisas, e em frases. O exército não é composto de entidades abstractas, e impessoais como princípios: é composto de homens de carne e osso, susceptíveis de todas as fraquezas e de todas as tentações humanas. Ora desde que uma classe sente que só ela é a força única, e que tudo gravita em torno dela, pode, mesmo mau grado seu, e pelo irresistível impulso da sua própria força, ser levada a tudo querer dominar, e fazer prevalecer, como superior a todos, o seu interesse de classe. Pode-o mesmo fazer por uma nobre ilusão patriótica, considerando que, desde que tudo em torno dela é fraco e impotente, e está morrendo dessa impotência e dessa fraqueza, no predomínio da sua força reside a salvação da Pátria.

Decerto ao general Deodoro foi agradável e vantajoso passar dum comando numa província remota ao governo absoluto da Nação, com cento e vinte contos de lista civil, um palácio para habitar, honras régias e a adulação de todos: mas é bem possível que o general Deodoro muito sinceramente acreditasse (visto que assim lho afirmavam os que da sua

338: facto do [Conforme o texto da R. P.].

espada necessitavam) que ele, e só ele, podia fazer a felicidade do Brasil. E de resto a História está cheia de exemplos em que chefes militares muito candidamente viram no seu engrandecimento pessoal o meio único de promover a regeneração nacional.

É claro, claro como o sol, que não há o mínimo, o mais remoto sintoma de que possa surgir entre nós um general ambicioso. Mas dar uma importância suprema ao elemento militar é preparar o terreno propício ao desenvolvimento possível dessas ambições. Querer sistematicamente afastar esta suposição, declarando que «tal é impossível, que nunca tal se dará na nossa terra, porque o exército sabe o que deve à honra e à pátria, etc.», é fazer acto de imprevidência ou de ingenuidade, ambas culpadas. O homem de estado, digno desse nome, deve tudo prever, tudo calcular — e ter sempre presente que os homens são homens, nascidos com as paixões humanas, e não anjos, abstracções ou princípios encarnados. Eis de resto tudo o que convém dizer; porque nisto se encerra tudo o que convém meditar.

III

Assim viemos expondo, tais como os compreendemos, os elementos da crise política que se desenha, e que, nascendo da nossa crise crónica, a crise económica, se vai ajuntar a ela ajudando a agravá-la por diversos modos.

A situação é esta. Uma parte importante da Nação perdeu totalmente a fé (com razão ou sem razão) no parlamentarismo, e nas classes governamentais ou burocráticas que o encarnam; e tende, por um impulso que irresistivelmente a trabalha, a substituí-las por *outra coisa*, que ela ainda não definiu bem a si própria. Qual pode ser *essa outra coisa*? Que soluções se apresentam?

Por um lado a república não pode deixar de inquietar o espírito de todos os patriotas. Ela seria a confusão, a anarquia, a bancarrota. Além disso (é de urgente patriotismo falar com franqueza) a república entre nós não é uma *questão de política interna, mas de política externa*. Um movimento insurreccional em Lisboa, triunfante ou semi-triunfante, seria no dia seguinte um exército de intervenção marchando sobre nós da fronteira monárquica da Espanha. E se a Espanha, pela morte da criancinha inocente que é rei, se convertesse numa república conservadora — um movi-

mento paralelo em Portugal, apoiado por ela e coroado de êxito, seria o fim da nossa autonomia, da nossa civilização própria, da nossa nacionalidade, da nossa história, da nossa língua, de tudo aquilo que nos é tão caro como a própria vida, e por que temos, durante séculos, derramado sangue e tesouros.

Por outro lado uma «revolução feita de cima», uma concentração de força na Coroa (que a muitos espíritos superiores, e que vêem claro, se apresenta como a nossa salvação), concentração, que, apoiada na parte mais inteligente e mais pura das classes conservadoras, procedesse às grandes reformas que a consciência pública reclama, não seria compreendida pela Nação irremediavelmente impregnada de liberalismo e que nessa concentração de força só veria uma restauração do absolutismo e do poder pessoal.

Que resta no meio destas duas soluções? Restaria ainda a solução quase milagrosa de que as classes conservadoras e parlamentares, cônscias enfim dos perigos que as envolvem, procedessem heroicamente à sua própria depuração e moralização; e, tendo readquirido por esse nobre regeneramento o apoio da maioria sã do País, se lançassem à obra patriótica e exclusiva de reorganizar a Nação administrativa e economicamente. Mas este milagre não é provável. Não há exemplo na história dos séculos de que uma classe conservadora, por uma lenta evolução da consciência, a si mesma se regenere, se depure e se moralize.

Que resta pois? Resta, como esperança, o sabermos que as nações têm a vida dura, e que o nosso Portugal tem a vida duríssima. E se os que estão no poder porfiarem sempre em cometer a menor soma humanamente possível de erros e realizar a maior soma humanamente possível de acertos, muitos perigos podem ser conjurados e a hora má adiada. O interesse de quem tem o poder (como dizia ultimamente, nestas mesmas páginas, tratando do Brasil, o Sr. Frederico de S.) está *todo e unicamente em acertar*. Se não já por dever de consciência e de patriotismo, ao menos por egoísmo, por vantagem própria e individual, por ambição mesmo do poder, o esforço constante dum governo *deve ser acertar*. Entre nós têm-se visto governos que parecem absurdamente apostados em errar, errar de propósito, errar sempre, errar em tudo, errar por frio sistema. Há períodos em que um erro mais ou um erro menos realmente pouco conta. No momento histórico a que chegamos, porém, cada erro, por mais pequeno, é um novo golpe de camartelo friamente atirado ao edifício das institui-

437: que chegamos [*Respeitamos a lição da R. P., reservando a possibilidade de se tratar do pretérito perfeito do verbo*].

440 ções; mas ao mesmo tempo tal é a inquietação que todos temos do futuro e do desconhecido, que cada acerto, cada bom acerto, é uma estaca mais, sólida e duradoura, para esteiar as instituições. Toda a dúvida está em saber se ainda há, ou se já não há, em Portugal, um governo capaz de sinceramente se compenetrar desta grande, desta irrecusável verdade.

Um espectador.

APÊNDICE

NOTAS INTRODUTÓRIAS

Como complemento da presente edição crítica, reunimos neste apartado um conjunto de textos e outros documentos relativos à *Revista de Portugal* que, atendendo às suas diferentes características, organizámos em quatro núcleos.

Um primeiro núcleo compreende os textos de natureza programática e publicitária: o prospecto-programa, duas circulares e uma nota editorial contendo um plano de reformulação da revista. Estes textos, que editamos criticamente, revestem-se de grande interesse para o estudo da publicação, porquanto neles se traduz o espírito que presidiu ao projecto, o empenhamento do escritor e as diversas fases da sua produção.

Reproduzimos em seguida uma série de breves recensões publicadas na rubrica «Bibliografia» que julgamos serem da responsabilidade de Eça.

Segue-se um elenco dos materiais existentes no espólio de Eça de Queirós, igualmente relacionados com a revista (ou como tal catalogados na Biblioteca Nacional), entre os quais se incluem duas listas de colaboradores.

Incluimos, por último, os índices dos quatro volumes da *Revista de Portugal*.

1. TEXTOS PROGRAMÁTICOS E PUBLICITÁRIOS

1.1. *Revista de Portugal*. Programa

O texto do «prospecto-programa», de cuja elaboração Eça dá notícia em diversas cartas, desde finais de 1888, foi enviado à imprensa com a finalidade de apresentar e publicitar a revista de que era director. Publicaram-no *O Jornal do Comércio* e *O Tempo*, em Março de 1890. É com base nestes periódicos que o texto tem sido até hoje conhecido e reproduzido, não havendo referência a qualquer matriz, impressa ou manuscrita¹.

¹ Cf. Guerra da Cal, *Bibliografia queirociana* (ed. cit.), tomo I, n.º 865.

Que esse prospecto foi efectivamente impresso e distribuído é um facto que pudemos recentemente comprovar: apenso a uma colecção incompleta da revista, existente no Instituto de Língua e Literatura Portuguesas da Faculdade de Letras de Coimbra, encontrámos um exemplar bem conservado, de aparência, formato e características de composição semelhantes aos dos fascículos posteriores. Trata-se de um folheto de 11 páginas (+5), contendo o texto do programa, uma página com informações relativas a preços e locais de assinatura, periodicidade, anúncios, etc. e ainda um espaço (4 pp.) reservado a listas de assinantes. Na capa, composta também na cor e grafismo próprios da revista, vem impresso um sumário das secções e ainda uma lista de colaboradores, no interior.

O programa propriamente dito é constituído por cinco capítulos, dando ampla informação sobre a organização da revista, os seus objectivos e o espaço cultural que se propõe preencher. O cuidado posto na elaboração deste texto, documentado pela correspondência de Eça, dá-nos uma ideia da sua importância aos olhos do autor.

As primeiras referências aparecem em duas cartas, uma dirigida a Mariano Pina, de Londres, datada de 15 de Julho de 1888, outra a J. Genelioux, de Bristol, em 25 do mesmo mês, anunciando-se como forma de publicitar a revista. Em carta seguinte, mais uma vez endereçada a Mariano Pina, de 27 de Julho, afirma: «Fiz o *Programa*. Saiu considerável — mas não sei se eficaz. Nesta dúvida, decidi mandá-lo a Oliveira Martins [...]». A mim, dava-me a impressão de ser ao mesmo tempo *solene e intrujão*: tinha ares de manifesto e de *boniment*, falava muito na *Pátria* e insistia muito na *assinatura*». Nova carta a M. Pina, de 8 de Agosto do mesmo ano, vem confirmar as dúvidas do escritor sobre a redacção final deste texto: «Comece logo a escrever um *prospecto* para a *Revista* e mande-me esse rascunho, para que, fundindo-o com o meu, eu consiga fixar um bom *programa*, viável, sério e prático. Esta colaboração no prospecto parece-me útil».

Em 12 de Setembro ainda Eça diz estar a trabalhar no programa e, nas cartas enviadas a várias personalidades, nos dois meses seguintes, pede-lhes autorização para incluir os seus nomes no prospecto, como colaboradores. A lista estaria quase pronta nos finais do mês, como se deduz de carta a Genelioux, de 27 de Novembro. A Ramalho Ortigão diz que o programa é «solene e pronunciado com *ore rotundo*». Mas a opinião decisiva esperava-a de Oliveira Martins, a quem, só em 24 de Dezembro (apesar de três cartas anteriores) pede uma leitura crítica do texto:

«Está-se também a imprimir o Prospecto da *Revista*. É um documento considerável — dez páginas de prosa em que começo por provar ao País que, de assinar a *Revista*, lhe podem resultar

todas as prosperidades que um país é susceptível de gozar — e em que termino por o ameaçar com catástrofes (perda de independência, etc.) se ele a não assinar! Considero este *Prospecto* bom — mas tenho às vezes uma desconfiança de ter nele passado além de todos os limites. Vou por isso pedir a Genelioux — ou mesmo ao João Dinis — que te mandem uma prova. Sobre essa prova, à margem, tu, aguçando o lápis e o intelecto, farás as tuas observações, já marcando aquilo que te pareça excessivo, já fazendo alguma emenda na distribuição e classificação das matérias, quando descobrires falta, superabundância, impraticabilidade ou alguma coisa de *anticientífico*: — se de passagem de acudir alguma frase *bonita* (apesar de lá não escassearem) acrescenta-a, que diabo! É sempre bom.»

Finalmente, em 12 de Março de 1889, o prospecto estava pronto para ser divulgado na imprensa: Eça solicita a Emídio Navarro, director do *Novidades*, «réclame» para «um enorme *baby* do sexo neutro que se chama a *Revista de Portugal*.»

O primeiro a publicá-lo foi *O Jornal do Comércio* (Lisboa, 1889, 14 de Março, p. 2), precedido de uma breve nota sobre a revista e sobre o seu director. Nesse mesmo dia, *O Tempo* insere uma notícia auspiciosa sobre a nova publicação, descreve as doze secções previstas (as mesmas que constam da capa do prospecto) e promete para o número seguinte o texto do programa, que diz ser «admiravelmente pensado e magistralmente escrito». Foi de facto publicado n' *O Tempo*, Lisboa, 1889, ano I, n.º 71, 15 de Março, pp. 2-3, e também parcialmente reproduzido n' *A Ilustração*, Revista Quinzenal para Portugal e Brasil (Director Mariano Pina), 1889, 6.º ano, vol. VI, n.º 8, 20 de Abril, pp. 124-126. Posteriormente foi reimpresso por Lopes de Oliveira n' *A Ilustração*, Grande Revista Portuguesa, Lisboa, 1939, ano 14.º, n.º 322, 16 de Maio, pp. 12-14. Foi pela primeira vez editado em livro no vol. IV das *Obras de Eça de Queiroz* (Introdução e fixação dos textos por Aníbal Pinto de Castro), Porto, Lello & Irmão Editores, 1986, pp. 1014-1021.

A nossa edição será feita com base no exemplar atrás descrito, visto ser esse o texto impresso sob a responsabilidade directa do autor. Na sua fixação aplicam-se os critérios gerais que oportunamente indicámos.

1.2. Circular [Março, 1889]

Trata-se de uma carta-circular que acompanhava o prospecto-programa da revista (Março de 1889). É um texto impresso, escrito em papel timbrado

da *Revista de Portugal*, sem data, mas assinado por Eça de Queirós. A circular é dirigida aos redactores de diversos periódicos, dando uma breve mas auspiciosa informação sobre a revista, para a qual pede publicidade. Acrescenta ainda um *post scriptum* sobre condições de assinatura.

O texto foi recuperado e publicado in *Portucale*, Revista Ilustrada de Cultura Literária, Científica e Artística, Porto, 1941 (n.º 79, Jan.-Fev., pp. 16-17) e posteriormente reproduzido na monografia de Miranda de Andrade² e no vol. IV das *Obras de Eça de Queiroz*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1986, p. 1013.

1.3. Circular [1890]

Trata-se de uma nova carta-circular, igualmente destinada à imprensa periódica, com o objectivo de dar um novo impulso e angariar assinaturas para a revista, após cerca de um ano de existência.

Foi dada a conhecer por Miranda de Andrade (*op. cit.*, pp. 80-84), tendo o texto sido fixado a partir do manuscrito autógrafa, cedido pelo Dr. Rui Carrington da Costa. Aí Eça faz um balanço da publicação, salientando o seu reconhecido mérito cultural, e apela de novo ao estímulo do público, solicitando novas assinaturas. O texto foi posteriormente reimpresso no vol. IV das *Obras de Eça de Queiroz*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1986, pp. 1034-1037.

O manuscrito, composto por 19 folhas numeradas de papel «Tomar», não está assinado nem datado. No entanto, há elementos que apontam para os meses de Março-Abril de 1890 como data provável da sua redacção: a referência do próprio texto aos «oito meses» da existência da revista, por um lado; e por outro as alusões contidas numa carta de 7 de Abril, em que Eça anuncia à Mulher o propósito de remodelar a revista, adequando-a à «mediocridade do público». Aí pode ler-se: «Vamos fazer uma circular para mandar a todo o mundo pedindo assinaturas, etc.». Entretanto, em nova carta à Mulher, de 5 de Maio, o escritor admite já estar em negociações com vista à venda da revista, o que levaria a supor a inviabilização da circular.

Miranda de Andrade é de opinião, com base nos elementos recolhidos, que o texto nunca chegou a ser impresso, e que «não chegou com toda a segurança a remeter-se a alguém», informação corroborada por Guerra da Cal³.

² *Eça de Queirós e a Revista de Portugal* (Sep. de Ocidente), edição de Álvaro Pinto, Lisboa, 1953, p. 30.

³ *Op. cit.* tomo I, n.º 1408.

Nova análise do manuscrito, que continua na posse da família Carrington da Costa, trouxe ao nosso conhecimento uma reprodução fotográfica de uma versão impressa do mesmo texto, de proveniência desconhecida. Trata-se, aparentemente, de uma impressão da época, em duas páginas, que transcreve o texto do manuscrito com emendas ligeiras. Aparece assinado por «Os Editores» e apresenta ainda, no final, impressa em caracteres diferentes, uma informação publicitária do teor habitual sobre as condições de aquisição da revista.

Nestas circunstâncias, decidimos fixar o texto com base na nossa leitura do manuscrito autógrafo, tomando em conta as alterações introduzidas na referida versão impressa. Elas consistem basicamente na supressão de três passos (que assinalamos em nota) e em correcções da pontuação — a que recorreremos sempre que se encontra omitida ou de interpretação duvidosa no original autógrafo.

De resto, o manuscrito é perfeitamente legível, sendo possível observar em pormenor as numerosas emendas efectuadas pelo autor, nas linhas e margens do texto. Na sua maioria, trata-se de alterações de construção sintáctica e de estilo. Dois parágrafos foram inutilizados com um traço pelo autor — um referindo-se a Guerra Junqueiro como sendo, em poesia, «o mais genial artista» da revista; outro, a propósito do papel cultural que a publicação desempenha, do seguinte teor:

«É um erro e grave supor que a ignorância da nossa língua impede os estrangeiros de adivinhar a pobreza da nossa literatura. Logo que se espalharam os primeiros prospectos da *Revista de Portugal*, os seus primeiros assinantes vieram donde? Da Alemanha. A nossa língua é conhecida — e lamentável será que os estrangeiros nada encontrem nela que seja digno de ser lido e estudado.»

1.4. *A Revista* [Texto editorial, 1890]

Publicado na *Revista de Portugal*, Porto, 1890, vol. III, n.º 13, Outubro, pp. v-viii (a abrir este número).

Retomando de certa forma o balanço crítico efectuado na circular anteriormente referida, Eça de Queirós lança de novo um apelo ao público no sentido de manter a revista. Com esse objectivo apresenta um projecto de remodelação, propondo-se imprimir-lhe a feição de «magazine». Conquanto não assinado, é, segundo Guerra da Cal, inequivocamente da pena do escritor⁴.

⁴ *Op. cit.* tomo I, n.º 892.

O texto foi parcialmente reproduzido em *Eça de Queiroz, História das suas Obras contada por ele próprio. Páginas Desconhecidas*, Lisboa, Vida Mundial, 1944, pp. 279-280 e também por Miranda de Andrade (*op. cit.*, pp. 43-46); foi mais tarde incluído no vol. IV das *Obras de Eça de Queiroz*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1986, pp. 1038-1040.

2. BIBLIOGRAFIA (PUBLICAÇÕES ESTRANGEIRAS)

Trata-se de um conjunto de breves recensões bibliográficas, publicadas na *Revista de Portugal*, vol. IV (fasc. 21.º, Fevereiro, e 22.º, Março), 1892, pp. 338-392 e 523-528.

Esta rubrica veio substituir uma outra secção já existente na revista, designada por «Boletim bibliográfico», cujo objectivo era acompanhar o movimento editorial, como complemento da crítica literária propriamente dita.

Apesar das ambições iniciais, o «Boletim», que encerra normalmente os fascículos dos vols. I e II, limitou-se a um escasso número de notas de leitura, registando quase exclusivamente títulos de autores nacionais. É Silva Gaio, como secretário da redacção, quem assina sempre esta rubrica, embora se admita a possibilidade de Eça ter colaborado na elaboração destes textos⁵.

Mais de uma vez o director lamenta a ausência do «Boletim bibliográfico» que, a partir do vol. II, deixou de ter regularidade e não figura de todo nos fascículos que integram o III: «Ça rendrait le numéro plus complet: et puis cette omission prolongée peut froisser M. Gaio» — pode ler-se numa carta ao editor, de 9 de Junho de 1890.

Eça manteve, apesar dos contratempos, a firme convicção de que uma bibliografia actualizada prestigiaria a publicação. Numa última fase da existência da revista, já com a acessoria de Luís de Magalhães, decidiu ele próprio participar na elaboração dos boletins encarregando-se da recensão de publicações estrangeiras: «Ora a Revista não pode deixar de ter sempre uma *Revista Crítica* — e eu desejo que se inaugure, e eu procurarei arranjá-lo daqui, um *Boletim Bibliográfico* francês, inglês e alemão, dando notícias resumidas dos livros novos das boas literaturas. Isto além disso convém-me para fazer arranjos com os livreiros». Este propósito, manifestado a Luís de Magalhães, numa carta de 12 de Agosto de 1891, é reiterado em cartas posteriores, designadamente numa de 11 de Janeiro do ano seguinte: «Conto

⁵ Cf. Miranda de Andrade, *op. cit.*, p. 34.

se Deus quiser, mandar uma Revista Bibliográfica Inglesa, Francesa, Italiana, Alemã. Isto tornaria mais completa essa secção, que julgo muito importante»⁶.

A rubrica, agora intitulada «Bibliografia», reapareceu efectivamente no número de Fevereiro de 92, subdividida em duas partes — «Publicações nacionais» e «Publicações estrangeiras». Parece não haver dúvidas de que esta última secção é da responsabilidade do escritor, tanto mais que, em carta de 6 de Março, promete enviar a Luís de Magalhães a «Revista Bibliográfica», que de novo se publica no número desse mês⁷.

Transcrevem-se assim integralmente os boletins em questão, bem como uma nota introdutória de estilo marcadamente queirosiano, justificando o interesse desta secção e os critérios de selecção adoptados. Das 18 recensões — a obras francesas e inglesas de índole muito variada — merecem referência as que são feitas a *Feuilles détachées*, de Renan, e ao *Journal des Goncourt*.

3. DOCUMENTOS DO ESPÓLIO

Na Biblioteca Nacional guardam-se os seguintes materiais do *Espólio* de Eça de Queirós, relativos à *Revista de Portugal*:

- a) Um caderno de 10 folhas manuscritas, escritas a tinta de ambos os lados pelo escritor, em papel branco «BFK Rives», de 31,5 × 21,5 cm (com a cota E1/270). A primeira folha tem a epígrafe «A Revista. Colaboração». Segue-se uma lista de «Colaboradores inscritos» e a respectiva distribuição pelas diversas secções. Alguns destes nomes (que na maioria integraram o elenco de colaboradores efectivos ou convidados por Eça) aparecem escritos a lápis e algumas secções não têm nomes atribuídos⁸.
- b) Uma folha recortada, de 10,6 × 13,6 cm, escrita a tinta de um só lado, onde se indica o pagamento por página da revista (cota E1/271).
- c) Duas folhas escritas a tinta de ambos os lados, de 25,3 × 20,1 cm, com uma folha de capa em papel timbrado

⁶ «Quatro cartas inéditas de Eça de Queirós sobre a *Revista de Portugal*», publicadas por Carlos Reis in *Cadernos de Literatura*, n.º 16, Coimbra, 1983, p. 19.

⁷ *Ibid.*, p. 20.

⁸ O *Inventário* atribui o documento à revista *O Serão*; não é essa a leitura de Guerra da Cal (*op. cit.*, n.º 1963). É contudo estranho que o nome de Antero não figure nesta lista.

da *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro (cota E1/272). Trata-se de mais uma lista de colaboradores, sob as epígrafes «Colaboração Fixa» e «Variável», organizada segundo as diferentes secções da revista. Muito semelhante à lista anterior (E1/270), mas não totalmente coincidente, quer na inventariação das secções quer nos nomes seleccionados.

Encontram-se ainda, no Espólio da Biblioteca Nacional, algumas folhas manuscritas atribuídas à *Revista de Portugal*, a nosso ver incorrectamente. Com efeito, os documentos catalogados sob a cota E1/273 reportam-se ao projecto da revista *O Serão*, incluindo esboços de capas, secções, balanços e preços; e os documentos reunidos em E1/273-A — contendo um registo do número de exemplares enviados aos agentes e assinantes (na maioria do Brasil) e ainda um balanço da publicação — dificilmente se poderão relacionar com a *Revista de Portugal*, uma vez que a análise destes números se baseia em cartas dos agentes datadas de 1897 e 1898. A revista em causa será, provavelmente, a *Revista Moderna*.

Estes materiais têm um interesse meramente documental, pelo que nos limitamos a reproduzir três páginas de uma das listas de colaboradores (E1/272), em fac-símile.

4. ÍNDICES DA REVISTA DE PORTUGAL.

Os índices respeitantes aos quatro volumes da *Revista de Portugal* foram reproduzidos por Miranda de Andrade na sua já referida monografia, e também pelo *Boletim internacional de bibliografia luso-brasileira*, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian, 1961 (vol. II, n.º 4).

Os índices constituem um elemento informativo de inegável interesse, cuja inclusão nos parece justificar-se plenamente no quadro de referências desta obra. Editamo-los segundo a ordem alfabética dos títulos, tal como aparecem na revista, mas actualizando a ortografia. No final indicam-se os nomes dos autores que utilizaram pseudónimos.

REVISTA
DE
PORTUGAL

EÇA DE QUEIROZ

DIRECTOR

Summario das secções

- I — Actualidades. Biographias.
- II — Romances, Contos (originaes).
- III — Historia, Philosophia, Exegese, Philologia, Economia, Pedagogia : Sciencias naturaes.
- IV — Poesia.
- V — Agricultura, Economia rural, Hygiene: Legislação, Administração: Serviços publicos: assumptos coloniaes, militares e navaes.
- VI — Critica Litteraria: Historia Litteraria: Arte, Esthetica.
- VII — Litteratura estrangeira (Romance, Drama, Memorias, Correspondencias).
- VIII — O movimento de Paris, Londres, Madrid, Berlim, Roma, Rio de Janeiro: Viagens, Missões, Explorações.
- IX — «Chronica do Laxe e da Moda»: «Notas do Mez»: Sociedade e Costumes: Theatro.
- X — Chronica politica.
- XI — Chronica financeira.
- XII — «Lettre pour L'Etranger».

PORTO

EDITORES, LUGAN & GENELIQUX

Successores de Ernesto Chardron

1889

Todos os direitos reservados

Capa do prospecto-programa da *Revista de Portugal*

N I M P R E N S A
N A C I O N A L

© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

REVISTA DE PORTUGAL

PROGRAMA

I

Portugal é actualmente na Europa o único país que não possui uma REVISTA — uma publicação onde, além de se apresentarem criações da imaginação no Romance e na Poesia, resultados da investigação na Ciência e na História, trabalhos de Crítica literária e de Crítica artística, se estudem, com desenvolvimento e adequada competência, os assuntos que genericamente se prendem com a Política, com a Economia, com as Instituições, com os Costumes, com todas as manifestações dum organismo social.

Sob o tipo de *Revistas*, duas ou três publicações entre nós circulam, é certo, muito valiosas e muito autorizadas: mas, por isso mesmo que não transpõem programas especiais, não actuam sobre o vasto Público, nem satisfazem todas as curiosidades intellectuais que uma cultura crescente torna felizmente cada dia mais largas e múltiplas. De sorte que, entre estas publicações de natureza restrita e os jornais, diária e militantemente absorvidos na informação e na polémica — desde muito existia um espaço vazio e apropriado para uma Revista que, além de fornecer às Letras um novo meio de popularização, estável e congénere com a sua dignidade, tomasse conjuntamente sobre si o exame da nossa Sociedade — das obras que nela se formam, dos homens que nela destacam, dos factos que nela dominam, dos problemas que nela pesam, das tendências que nela se agitam. A REVISTA DE PORTUGAL tenta preencher este lugar responsável e grave.

II

A utilidade duma Revista no nosso meio está amplamente comprovada — logo que se considerem os inconvenientes positivos que da sua falta têm resultado para o nosso progresso intellectual e moral.

Uma Revista, organizada conforme o tipo que por toda a parte a popularidade consagrou, é uma publicação que oferece nas suas páginas (para enumerar apenas os géneros mais facilmente classificáveis) — produ-

ções originais no Romance e na Poesia; Crítica literária, artística e dramática; estudos da História, de Filosofia, de Sociologia, de Economia, de Pedagogia; memórias científicas; biografias; relações de viagens e de costumes; apreciações dos actos legislativos e administrativos; análises dos problemas nacionais; comentários do estado político. — Ora todos estes trabalhos, e as ideias, os factos ou as obras sobre que eles versam, são para o Público duma importância individual e directa: deles dependem a educação do seu espírito, por vezes os interesses da sua existência: e o Público é portanto prejudicado quando, pela falta duma Revista onde esses trabalhos se produzam, não possa aproveitar do ensino, do conselho e da luz que eles contenham.

Assim na obra de Romance e de Poesia tem resultado da não existência duma Revista que muita dessa produção superior fica incompleta ou inédita, porque os seus autores, sobretudo quando são novos e se estreiam, se encontram para penetrar na Publicidade — entre o Livro com o seu cortejo quase insuperável de dificuldades editoriais, e o Jornal, com a sua estreiteza, a sua promiscuidade, a desalentada perspectiva da sua vida efémera. Idêntico obstáculo se opõe à produção de trabalhos históricos, filosóficos, científicos, narrações de viagens, biografias, que, não abrangendo pela sua natureza a extensão do volume, não cabem também na exiguidade do jornal, nem acham nele um lugar congénere e digno. E assim, com detrimento das Letras e do Público que as cultiva, toda uma valiosa actividade fica embaraçada e muda pela carência duma Revista.

Com essa carência tem consideravelmente sofrido também a Crítica literária que até hoje nunca em Portugal possuiu um órgão próprio através do qual exercesse a sua função — forçada a asilar-se nas colunas dos jornais onde vai ganhando nocivos hábitos de ligeireza e de improvisação. Daqui provém que a Crítica entre nós nunca pôde eficazmente penetrar nos hábitos literários, nem cativar a estima geral. Obras que no estrangeiro vão ser estudadas, apreciadas, traduzidas — passam entre nós, através da Imprensa, sem outra menção além das fugidias linhas que lhes anunciam o formato e o preço. Ora nenhuma influência mais esterilizadora do que a que exerce sobre o obreiro da inteligência, principalmente quando ele é novo, este frio silêncio caindo em torno da sua obra: — a chama do pensamento, para durar e subir sempre, precisa ser alimentada por amplas correntes de simpatia. Por outro lado esta supressão da função crítica, reguladora e ponderadora, que, sem tolher as vivas originalidades, mantenha os espíritos na linha justa, impedindo que os de natureza exuberante se dispersem na extravagância e os de natureza comedida se petrifiquem na rotina — é uma das causas mais directas da anarquia intelectual em que

uma Literatura por vezes se transvia e cai. E nela o Público termina por cair e transviar-se também, logo que por muito tempo lhe falte essa direcção que incessantemente afina e eleva o gosto.

No exame da obra legislativa, da obra administrativa, da evolução política, dos problemas económicos e sociais, tem sido paralelamente sensível a falta duma Revista — pois que esse exame está abandonado ao Jornalismo diário, onde ele tem inevitavelmente de ser improvisado, sem vagares da reflexão, sem apoios de documentação, por um ou dois jornalistas, sempre os mesmos, que, por mais lata que seja a sua cultura não podem penetrar e possuir todas as especialidades, e por mais recta que seja a sua consciência não podem inteiramente desprender-se da solidariedade e disciplina de partido. Assim no meio das nossas discussões políticas, tão constantes e clamorosas, tem faltado, com uma Revista, esse lugar levantado e sereno, onde, lentamente e maduramente, cercadas de documentos e providas de especial saber, se estabeleçam para o julgamento das coisas a Razão e a Experiência. E, com essa falta que dificulta o possível apuramento da verdade, têm padecido as questões, e os interesses que a elas se prendem, públicos ou individuais.

Na nossa comunicação com a Ciência e o Pensamento das nações estrangeiras, tão importante para quem, como nós, é deles profundamente tributário, tem sido de incessante desvantagem a não existência duma Revista, que, alargando para além da França (nossa exclusiva escola e único socorro do nosso espírito) as fontes das noções e das emoções, nos faça aproveitar do que as duas grandes nações pensantes, a Inglaterra e a Alemanha (outras ainda, mesmo a nossa vizinha e progressiva Espanha), tão desconhecidas todas entre nós, têm mais recentemente produzido no exercício das Letras, e obtido na conquista da erudição. Por outro lado, se uma Revista é necessária para trazer a Portugal o ensino da terra alheia, igualmente e mais urgentemente a necessitamos para levar ao estrangeiro alguma notícia do nosso próprio movimento intelectual, concentrando-lhe as feições essenciais num volume que periodicamente penetre e se espalhe nos centros activos da cultura europeia.

Para os Escritores, mais directamente, tem da falta de uma Revista resultado esta desunião moral e intelectual que os traz dispersos, como divorciados, possuindo dos escritos uns dos outros um conhecimento pouco extenso, formando da valia uns dos outros um juízo pouco correcto, privados do fecundo estímulo que nasce da mútua aproximação dos trabalhos, desajudados da inspiradora sugestão que brota da constante permutação das ideias, sem acção e sem influência como classe — e inábeis, portanto, para comunicar à Literatura essa força civilizadora, que só pode surgir da diver-

sidade das inteligências laborando em harmonia, e convergindo para um fim comum e sintético.

E enfim, o Público, pela ausência duma Revista que periodicamente vá registrando a vida nacional nas suas diversas evoluções, não tem possuído o único meio de seguramente computar a valia ou a inanidade do esforço colectivo. Só por meio duma Revista, onde gradualmente se foi depositando a produção intelectual do País, e deixou exacto vestígio a sua actividade política e económica, se pode ao cabo de um período calcular quais foram, na vida nacional, as aquisições, as paragens, os retrocessos, os progressos. Já um escritor inglês disse que as revistas inglesas habilitavam a Inglaterra a dar anualmente o «balanço à sua civilização». Desse balanço sai a mais salutar das lições, a mais eficaz das regras. E assim uma Revista pode verdadeiramente operar como a consciência escrita duma nação.

Em suma: — abrir um espaçoso e acessível meio de publicidade à produção literária;

Criar um órgão especial e profissional de Crítica, onde essa função educadora se exerça com autoridade e segurança;

Erguer, entre as discussões da Política, um lugar mais alto, que, no meio das paixões e interesses subalternos, seja como o refúgio da superior razão;

Organizar uma perene e metódica transfusão do saber e do pensar das nações estrangeiras;

Formar um resumo do nosso movimento intelectual que torne praticável à Crítica estrangeira a apreciação dos nossos homens, das nossas obras, das nossas tendências, e nos dê entre as nações literárias o lugar mesquinho ou largo que mereçamos ocupar;

Estabelecer um centro intelectual onde os escritores moralmente vivam uns com outros em mais estreita comunhão;

Fundar um registro permanente da nossa actividade em todos os ramos, que nos permita termos, o mais exacta e visível que ser possa, a consciência de nós mesmos;

Tais são os fins da REVISTA DE PORTUGAL. E ousamos dizer que eles são patrióticos.

III

Para realizar estes fins tem a REVISTA DE PORTUGAL doze secções, umas permanentes, conservando a sua ordem e as suas proporções, — outras variáveis, oferecendo às curiosidades inteligentes, alternadamente, em har-

mónica rotação, séries completas de estudos diversos sobre os factos da Sociedade e da Natureza.

A Secção I, mais especificamente afectada pela índole periódica da publicação, é destinada a todos os artigos inclassificados, momentaneamente impostos pela viva urgência duma questão ou pelo absorvente interesse dum excepcional successo. E esta secção será ainda aproveitada, com frequência, para estudos biográficos de homens eminentes de Portugal, do Brasil, doutras nações, acompanhados, conforme o uso das modernas revistas inglesas e americanas, de retratos, superiormente gravados em Paris ou em Londres.

A Secção II é consagrada a romances, novelas e contos originaes, dos escritores que mais se têm illustrado entre nós nesta forma tão popular da Arte — e daqueles ainda que nela se venham a estrear com talento e originalidade.

A Secção III pertence aos trabalhos de História, de Filosofia, de Sociologia, de Pedagogia, etc. Nela serão apresentados também estudos de Ciências Naturais, tratados naquela altura de generalização, mais facilmente assimilável, e acomodada ao Público que não tem o livre vagar nem o interesse do detalhe e da especialidade.

A Secção IV é occupada pela Poesia. Aí encontrará o Público os mais altos poetas contemporâneos de Portugal e do Brasil, e terá o prazer delicado de assistir na estreia dos novos ao desenvolvimento da força poética das duas nações. Ademais, nesta secção, a REVISTA procurará, por meio de finas e artísticas traduções, tornar conhecidos e estimados os poetas modernos de Inglaterra, da Alemanha, da América, da Rússia, da Itália, tão ignorados ainda entre nós que (para citar somente a Inglaterra) nem quase os nomes sabemos de Tennyson, de Swinburne, de Isabel Browning, de Robert Browning, de Morris, de Rossetti, de Arnold, de Alfred Austin, de Trench, de Gosse, de Aubrey Vere, de Henley, de tantos outros que formam a gloriosa e incomparável plêiade poética da era vitoriana.

A Secção V é votada alternadamente a trabalhos sobre Agricultura, Economia rural, Higiene; sobre actos de legislação e de administração; sobre o funcionamento dos serviços públicos; sobre assuntos coloniais, militares e navais; — sobre tudo enfim que mais praticamente se liga com a vida da Nação.

A Secção VI é de Crítica literária. Análises das obras mais importantes que apparecerem em Portugal, no Brasil e no estrangeiro; estudos de História literária; trabalhos desenvolvidos sobre as literaturas clássicas e modernas da Europa, terão o seu lugar nesta secção — completada por um quadro bibliográfico dos livros publicados no decurso do mês.

A Secção VII é reservada à tradução das obras contemporâneas estrangeiras, de mais elevado valor, que melhor representem evoluções e formas de Arte no Romance e no Drama, ou novas correntes de pensamento na Filosofia, na História e na Crítica: — assim como memórias e correspondências, curiosas pelas personalidades ou épocas de que emanam, e instrutivas como documentação da História política ou literária. Em certos casos (como nos trabalhos de História, Crítica, memórias ou correspondências) estas obras serão reproduzidas por meio de copiosos extractos, onde se retenha o que elas de mais essencial contêm, ou de mais interessante. No caso de obras de Arte, como Romance ou Drama, serão apresentadas em traduções do mais alto apuro literário.

A Secção VIII dará por turnos correspondências de Paris, de Londres, de Berlim, de Madrid, do Rio de Janeiro, retratando o movimento dessas capitais nas Letras, nas Ciências, na Política, no Teatro, na Sociedade, em tudo quanto pinte os traços distintivos das suas civilizações. A esta secção pertencem igualmente as narrações de viagens, de missões, de explorações geográficas, empreendidas por portugueses e por estrangeiros.

A Secção IX que tem o título de «Crónica do Luxo e da Moda», não é das que frequentemente se encontram numa Revista. Aquilo porém a que chamamos «a Sociedade» tem incontestavelmente entre nós uma penetrante e crescente influência sobre a Literatura, a Arte, a Política, os Costumes. — E portanto o exame e notação do seu modo de ser não se podiam omitir numa publicação que mais que tudo pretende representar nas suas páginas todas as modalidades da nossa existência nacional.

A Secção X é ocupada pela *Crónica Política*, e esta mera designação basta a explicar-lhe a natureza; — assim como a Secção XI está suficientemente definida pelo seu nome de *Crónica Financeira*.

Finalmente a Secção XII forma como uma recopilação da REVISTA. Escrita em francês, sob o título de *Lettre pour l'Etranger*, e destinada particularmente aos centros em que a nossa língua é totalmente ignorada, ela resume o quadro periódico da nossa actividade literária, política, crítica, científica, artística e social, com o intuito de tornar pouco a pouco mais conhecidos e com mais exactidão apreciados pelo estrangeiro os homens, as obras e as coisas de Portugal.

IV

A REVISTA DE PORTUGAL, sendo portuguesa, é também implicitamente brasileira — e para a leitura dos dois povos que habitam os dois solos foi ela desde princípio criada. Se, como se tem afirmado com razão, na língua

verdadeiramente está a nacionalidade — duas nações que põem a sua Ideia no mesmo Verbo formam para os supremos efeitos da civilização uma nação una. Na esfera das Letras tudo o que uma produza se torna logo pela língua comum a ambas, como aquisição, acréscimo de riqueza literária. Entre os fenómenos da vida social de cada uma a língua estabelece a mais subtil e forte solidariedade. E as próprias divergências de interesses têm, na língua em que são debatidos, uma secreta e íntima influência tendendo sempre a atenuar-lhes as asperezas, a fundi-los num todo de superior concórdia.

É no Brasil que os nossos homens encontram um mais exacto e completo apreço; é no Brasil que os factos da nossa sociedade inspiram um mais intenso e directo interesse; é no Brasil que as obras do nosso espírito recebem um mais franco e caloroso acolhimento. — Por outro lado nada do que o Brasil faz, pensa, diz e produz nos pode ser alheio ou indiferente. Estudar o Brasil nas complexas manifestações da sua actividade é ainda estudar-nos a nós mesmos. E se uma Revista, escrita em língua portuguesa, não contivesse o exame das ideias, das obras, dos factos do outro povo que fala a nossa língua — seria lamentavelmente incompleta para Portugal, que ficaria assim privado de assistir, num quadro concentrado e fácil de abranger, a tudo quanto faz e pensa a outra metade de si mesmo que vive para além do mar.

Por isso na REVISTA DE PORTUGAL, se acharão, paralelos aos nossos, os trabalhos dos melhores escritores brasileiros; as notícias e estudos sobre os homens e as coisas do Brasil serão tão minuciosos e desenvolvidos como sobre os de Portugal; — e um poderoso meio assim se oferece de tornar mais patentes um ao outro os dois povos, avivando o congénito interesse que um pelo outro nutrem, completando a união afectiva pela aliança intelectual, e cimentando o velho e sólido nexó económico por uma nova e fecunda colaboração literária.

V

Tais são, enunciados, com a concisão dum Programa, os intuitos da REVISTA DE PORTUGAL — e a organização pela qual se pretende obter-lhes realização e eficácia. Ao Público de Portugal e do Brasil resta agora dar ou negar aquele apoio e coadjuvação material, sem a qual, numa publicação, os mais nobres intuitos, como a mais apta organização, permanecem estéréis à maneira de uma semente que caiu na rocha dura.

Se o Público acudir a sustentar esta obra, ela poderá desenvolver-se, e actuar como um fecundo factor de educação. Se o Público se recusar, a nossa obra tem de deperecer e desaparecer — deixando de novo reinar, por sobre tanta coisa que necessitava ser atendida e alumiada, a escuridão e a indiferença.

Uma numerosa e ilustre plêiade de espíritos, a mais bem dotada e brilhante que jamais reuniu uma publicação em Portugal, prepara-se a afirmar periodicamente a vitalidade e o valor do nosso País na ordem do pensamento e do saber. Vai ela sentir no Público uma vasta e quente repercussão de simpatia — ou encontrar apenas em torno retraimento e mudez?

Uma nação só vive porque pensa — *cogitat ergo est*. A nação que, nas coisas da inteligência, se mostra morta, ou que a cada esforço que em prol dela se tenta para a mostrar viva responde com o desdém, inutilizando voluntariamente esse esforço e dando-se publicamente a atitude de morta — convida tacitamente as outras a que a tratem como um cadáver que se despreza na computação das forças vivas, e que um dia, quando melhor convenha às que mais podem porque mais pensam, sem escrúpulos se pisa e se retalha.

[Circular, 1889]

Ex.^{mo} e prezado Colega,

Remeto a V. Ex.^a o Programa duma nova Publicação, a *Revista de Portugal*, que vem hoje, na ordem do pensamento e do saber, suprir uma falta considerável e já antiga entre nós — único povo da Europa culta que não possuía até agora uma grande Revista de carácter nacional. Pelo mero facto de preencher esta lacuna, e ainda pelo largo alcance e elevação dos seus intuitos, a *Revista de Portugal* não é somente uma obra literária: — é também uma obra patriótica. Cooperar portanto para que ela se espalhe, seja popularizada, atraia o apoio do Público, e se fixe como um importante factor de educação — é talvez, paralelamente, na esfera das coisas da Inteligência, um acto de patriotismo.

Com esta convicção, e confiado no zelo de V. Ex.^a pelas Letras pátrias, ousou em meu nome e no dos Editores da Publicação rogar a V. Ex.^a o alto favor de conceder à *Revista de Portugal* a valiosa coadjuvação do seu jornal, tornando-a desde já conhecida, dando resumida notícia dos seus fins e organização, e acentuando as vantagens que do seu desenvolvimento podem provir ao nosso progresso intelectual e social.

Agradecendo este serviço à causa da Literatura e da Ciência, peço a V. Ex.^a creia na subida consideração com que sou

De V. Ex.^a
Colega muito respeitador

Eça de Queirós

[Circular, 1890]

A REVISTA DE PORTUGAL

Eça de Queirós Director
Lugan & Genelioux Editores

Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.

A REVISTA DE PORTUGAL, que dentro em pouco completa o seu primeiro ano, está hoje firmemente estabelecida como a mais séria e importante publicação do País. Colaborada por uma plêiade de espíritos eminentes nos ramos diversos da Literatura, a REVISTA, durante os oitos meses da sua existência, conseguiu apresentar uma série de trabalhos, indubitavelmente os mais elevados e valiosos que nesse período saíram da nossa actividade intelectual. Toda a produção superior dos nossos escritores, tende com efeito a convergir para a REVISTA DE PORTUGAL: e é nas suas páginas que em breve o Leitor terá de procurar o que Portugal produz de mais profundo, de mais exacto, de mais original, de mais interessante como ensino, como investigação histórica, como crítica, como obra de imaginação.

Para o demonstrar basta citar alguns dos estudos insertos nestes últimos meses na REVISTA sobre Filosofia, História, Crítica, Economia, Política, Literatura Geral, etc.:

Na REVISTA Antero de Quental publicou, em séries, sobre as *Tendências da Filosofia na Segunda Metade do Século XIX*, um trabalho que mesmo na Alemanha, na Inglaterra ou na França, destacaria com incomparável superioridade, pela certeza do saber, e a profundidade do pensar.

Oliveira Martins deu na REVISTA um dos seus livros de História mais animados, mais vivos, mais fortes, *Os Filhos de D. João I*.

Teófilo Braga apresentou eruditos estudos sobre o *Século XVIII*, e no seu trabalho em séries a *Epopéia da Humanidade* expôs uma parte considerável do seu ensino filosófico.

Rodrigues de Freitas, no seu extenso estudo sobre *Um Economista Português* fez um excelente e instrutivo quadro da evolução da Ciência económica em Portugal.

Na crítica da Sociedade e dos Costumes, Ramalho Ortigão reuniu, no seu *Quadro Social da Revolução Brasileira*, a mais segura soma de observações que até hoje obtivéramos sobre o estado da sociedade brasileira.

Em *Crítica*, os trabalhos de Moniz Barreto sobre a *Literatura Contemporânea em Portugal* constituem o mais claro e mais pensado balanço que ultimamente se tem dado ao nosso progresso intelectual. Na *Evolução da Literatura Brasileira* Oliveira Lima estabeleceu um resumo muito completo das influências que, desde o século XVII, têm actuado na formação das Letras brasileiras.

Na ordem de estudos políticos a REVISTA, publicando o artigo de Eduardo Prado, os *Destinos Políticos do Brasil*, teve a rara fortuna de prever, quase anunciar, de antemão explicar nos seus factores, a Revolução pela qual, daí a dois meses no Brasil, pontualmente, o Império se transformou numa República.

As monografias do conde de Sabugosa sobre as *Touradas em Portugal*, as de Cristóvão Aires sobre a *Cavalaria Portuguesa na Idade Média*, são trabalhos de incontestado valor para todos os que se interessam pelas instituições ou costumes do nosso Passado.

Na Literatura propriamente dita a REVISTA tem publicado as *Cartas de Fradique Mendes*, de Eça de Queirós — e contos dos nossos mais finos e populares contistas como Luís de Magalhães, Bento Moreno, Fialho de Almeida, etc.

Tais são alguns dos principais ensaios, publicados já pela REVISTA DE PORTUGAL. O Leitor, que todos os meses folheia esta publicação, não se pode compenetrar com exactidão da sua definitiva importância, vendo passar, sucessivamente, estes artigos alternados, soltos, cortados em séries: mas apenas tenha presente os volumes completos, por semestre (como aquele que os Editores acabam de brochar), grossos volumes de 800 páginas, magnificamente impressos, reconhecerá então, com surpresa, que está diante duma verdadeira *Biblioteca da Literatura Contemporânea*, onde se arquivou, se reuniu tudo o que durante o ano Portugal criou de mais elevado, de mais pensado, de mais brilhante, de mais atraente em História, Filosofia, Crítica, Economia, Sociologia, Arte, Romance, e Poesia. Sem o esforço de os coleccionar, adquiridos por um preço mínimo, juntos em volumes de grande excelência tipográfica, o Leitor português possui assim, ao fim do seu ano, não só os melhores livros, mas os melhores estudos (que pelas suas proporções não podem formar livros) produzidos durante esse tempo pelos homens que mais ilustram as Letras portuguesas.

A REVISTA DE PORTUGAL todavia apresenta ainda hoje deficiências. E a experiência alcançada, durante este primeiro semestre, pelos que a dirigem, e pelos que a colaboram, vai desde já ser tenazmente empregada em a

reorganizar, de modo a que ela ofereça sobretudo interesse, a variedade, a actualidade, o movimento e a vida, — que lhe tem faltado — naqueles altos cimos da Literatura, em que por uma altiva ambição, a REVISTA desde o seu começo se isolou, demasiadamente.

Com este fim, duas reformas (entre outras) se impõem desde logo como essenciais: — em primeiro lugar tornar a REVISTA mais adaptada ao gosto geral do Público que numa publicação busca mais que tudo a occupação e encanto das horas livres, desenvolvendo as secções de Biografias, Viagens, Memórias, Romances, Curiosidades, etc.; e em segundo lugar dando à REVISTA mais actualidade, uma intervenção mais directa na Sociedade Política (onde tantas transformações se anunciam) desenvolvendo as secções de Política Interna, de Política Colonial, Administração, Finanças, etc.

Com o mesmo fim, na ordem literária, a REVISTA dará maior amplitude à parte bibliográfica, oferecendo em cada número uma lista e uma resumida notícia dos livros que mais convenha ler (História, Crítica, Literatura Geral, Romance, Poesia, etc.) publicados em França, Inglaterra, e Alemanha. E, no mesmo espírito de informação, inovará uma secção, do mais novo interesse, em que apresentará um resumo (com curtos extractos, quando se torne útil) *dos principais artigos publicados nas principais revistas estrangeiras*: — e por meio desta secção nova (cuja organização ainda há pouco seria impossível), o Leitor português poderá conhecer o que se publica de mais instrutivo ou de mais recreativo nas publicações estrangeiras, sem a considerável despesa e trabalho de as colleccionar.

Assim completada e desenvolvida, a REVISTA DE PORTUGAL, sendo definitivamente a única publicação que fielmente representa e arquiva o nosso movimento intelectual — tem direito a reclamar apoio franco e contínuo de todos aqueles que verdadeiramente amam a Pátria, e a desejam ver justamente considerada pelo valor da sua cultura. Uma nação, hoje, é tanto mais respeitada nos seus direitos, quanto mais ela se impõe à estima da Europa pelos seus trabalhos de intelligência. Países como Túnis, o Egipto, a Turquia, a Sérvia, etc. são menosprezados na Europa sobretudo, por não concorrerem com esforço algum para o progredir das idéias, para as aquisições do saber. Portugal desgraçadamente tem sido muitas vezes desdenhado pela sonolência do seu pensamento, a inferior escassez da sua actividade literária. Ora a REVISTA DE PORTUGAL tem justamente por fim despertar esse pensamento, excitar essa actividade, — facilitando a publicação de obras, ensaios, estudos, que sem ela não se realizariam, ou permaneceriam inéditos, ou se dispersariam, obscura e fragmentariamente, nas folhas efémeras da Imprensa militante.

Sustentar portanto esta publicação é nobremente concorrer para que o nosso país alargue, desdobre a sua riqueza intelectual, base única de todo o progresso social, e consequentemente receba da Europa culta aquela consideração que hoje só se dá às nações que pela inteligência, se mostram vivas e fortes.

Os Gregos, modernamente, no seu plano tenaz de levantar e afirmar a sua nacionalidade, consideram um dever cívico comprar todo o livro, assinar toda a publicação, que dignamente, e com incontestado valor prove a vitalidade intelectual da Grécia. É um dos seus modos de ser patriotas — e certamente um dos mais elevados. Nenhum outro costume poderíamos nós imitar do estrangeiro, que, tanto como este dos Gregos nos honrasse e nos aproveitasse.

A REVISTA DE PORTUGAL é uma publicação de preço extremamente acessível. A sua excelência tipográfica satisfaz os mais delicados. Nas suas páginas encontram leitura congénere os que procuram ensino como os que apenas procuram recreio. À sua colaboração afluem os mais ilustres espíritos de Portugal. As suas colecções completas constituem uma rica e valiosa Biblioteca de Literatura. Porque não encontrará ela então no Público um acolhimento largo e seguro?

Se o não tem alcançado ainda, tão franco e seguro como mereceria a sua incontestável superioridade, provém isso talvez de que ela não teve ainda a fortuna de ser através do País bem conhecida, bem compreendida nos seus fins. Por isso nós julgamos útil apelar, directa e individualmente para todos aqueles que, pela ilustração, e pelo patriotismo, mais aptos e preparados estão a reconhecer a utilidade nacional desta publicação e a conveniência de que ela se mantenha, se afirme na plenitude da sua influência, para honra e proveito moral do País. E fiados no patriotismo e na ilustração de V. Ex.^a, afoutamente esperamos que V. Ex.^a consentirá em subscrever por algum tempo para a REVISTA DE PORTUGAL, certos de que, apenas pela regular leitura dos seus fascículos, se tenha compenetrado do seu valor, do seu alto interesse, e da sua importante acção no desenvolvimento da cultura, V. Ex.^a, espontaneamente lhe quererá prestar um apoio contínuo e constante.

[Na versão impressa do texto anteriormente referida, foram eliminados os seguintes passos:

- p. 120: O 1.º parágrafo termina em «intelectual.»;
- p. 121: O 1.º parágrafo termina em «actualidade.»;
- p. 122: Todo o 1.º parágrafo é eliminado.]

[Texto editorial]

A REVISTA

A REVISTA DE PORTUGAL conseguiu, pelo esforço fiel de alguns colaboradores ilustres, percorrer o seu primeiro ano com autoridade e com brilho; mas a experiência desse ano trabalhoso impôs aos fundadores da REVISTA a necessidade de remodelar não só o seu programa inicial, mas ainda o molde pesado e estreito em que ela gradualmente cristalizara. Doutro modo seria certo o deperecimento e desaparecimento duma obra que eles teimosamente consideram educadora e indispensável à dignidade das Letras pátrias.

Fundada com os elevados intuitos, entre outros, de criar um órgão especial e profissional de crítica; de erguer entre as discussões tumultuárias da Política um lugar mais alto e sereno que no meio das paixões e dos interesses fosse como o refúgio da superior razão; de formar um resumo do movimento intelectual de Portugal que tornasse praticável à Crítica estrangeira a apreciação das nossas obras e dos nossos homens; de fundar um registro permanente da nossa actividade em todos os ramos que nos permitisse ter, o mais exacta e visivelmente que ser pudesse, a consciência de nós mesmos — a REVISTA DE PORTUGAL, logo desde os seus primeiros passos, ainda vivos de esperança, encontrou por um lado dificuldades insuperáveis em preencher estes fins, e não encontrou por outro uma simpatia bastante pronta e quente para mostrar que fosse esta, precisamente, a publicação apetecida e esperada pelas curiosidades intellectuais do Público.

Por um lado, forçoso foi aos fundadores da REVISTA reconhecer que em Portugal não existia ainda um grupo de escritores que, exclusivamente empregados no exercício das Letras, livres de todas as influências de partido ou de escola, e disciplinados por hábitos estritamente regulares de trabalho, pudessem assegurar a uma revista uma colaboração abundante, diligente, variada, oportuna, pontual e eficaz. E por outro lado, ainda forçoso lhes foi reconhecer que o Público, por motivos múltiplos de raça, de educação, de costumes e de occupaões, deseja encher aquelas horas livres em que folheia um livro ou uma revista, não no severo esforço de adquirir uma instrução sistemática, mas no mero consolo de receber uma distracção inteligente.

Nestas condições foi indispensável preparar uma reorganização da REVISTA¹. Por um lado ela devia tornar-se mais independente da colaboração nacional, sempre escassa, sempre irregular, sempre retardada, indo recolher através das grandes publicações estrangeiras a sua provisão mensal, ideias que ensinem e os factos que interessem; e por outro lado devia oferecer ao Público aquela leitura fácil, ligeira, clara, diversa, nova, que é a única que, sem o fatigar ou desanimar, lhe pode ainda assim levar ao espírito cultura e informação. De facto a REVISTA, querendo viver e actuar como um factor eficaz de educação, devia adoptar aquele tipo especial de publicação a que se dá na Europa o nome de *magazine*.

Uma revista tal como os fundadores da REVISTA DE PORTUGAL a conceberam no seu programa inicial, não é ainda realizável dentro das nossas condições literárias e sociais. Para cumprir tão alto programa surgirá por muito tempo ainda entre nós a dificuldade da colaboração. Não faltam, é certo, para constituir um grupo de colaboradores, homens excelentemente competentes; mas esses, infelizmente, ou seja por estarem absorvidos em ocupações profissionais (e não possuindo o método intelectual que habilita um inglês ou um alemão a encher de manhã um livro de escrituração e a compor à noite um estudo de crítica), ou seja por se acharem presos à disciplina partidária (único sentimento que entre nós permanece vivo entre tantos outros que se apagam) — esses raramente têm o calmo vagar de produzir, e quase nunca a inteira liberdade de julgar. O mal do nosso país, a *falta de pessoal*, pesa tão gravemente nas Letras como em todos os outros ramos da actividade nacional.

A única publicação, pois, que a nossa sociedade comporta é um *magazine*, onde destaquem sim, por vezes, obras de Crítica, de História, de Filosofia, tão valiosas como as que honraram o primeiro volume da REVISTA DE PORTUGAL, mas onde sobretudo predominem as obras de imaginação, as vulgarizações científicas, narrações de viagens, os trabalhos biográficos, os estudos de costumes, as actualidades políticas e sociais, toda essa Literatura, ou formas de Literatura, mais adaptadas e próprias para um largo público, que às ideias e aos factos nunca pode dedicar um estudo exaustivo, apenas uma fugitiva curiosidade.

Este *magazine* assim compreendido, será aceite pelo Público e viverá? Conseguiremos nós, escritores e leitores, uns pela pontualidade do seu

¹ Estes trabalhos de reorganização forçaram a Revista a interromper, durante os meses de Julho, Agosto e Setembro, a sua publicação regular. Começando o seu segundo ano, a Revista toma como primeira data a do mês em que reaparece.

[Nota constante do texto].

trabalho, outros pela fidelidade do seu apoio, dotar Portugal com uma publicação, que, se não tão completa como as grandes revistas europeias, será ainda assim honrosa para a sua reputação literária?

A REVISTA DE PORTUGAL, apesar de tão nova na carreira, começava recentemente a ser citada com simpatia e respeito no estrangeiro por jornais e revistas. Teremos nós ainda de suprimir este fio único que nos prendia à Europa intelectual?

O esforço que hoje imploramos, e esperamos, não é um esforço enorme para criar um mundo. É apenas o limitado esforço de trabalho e de apoio da parte de Escritores e da parte dos Leitores, para que em todo este reino de Portugal, que ainda é um reino da Europa culta, possa viver afirmando a vitalidade do nosso Pensamento e a nossa participação nas coisas da Inteligência — uma revista, uma modesta revista de 130 páginas, uma revista isolada e única. A Arménia que é uma província inculta da Turquia Asiática — tem três.

BIBLIOGRAFIA

(PUBLICAÇÕES ESTRANGEIRAS)

O movimento bibliográfico de três grandes nações literárias como a França, a Inglaterra e a Alemanha nunca pode ser acompanhado por uma revista mensal dum modo desenvolvido e completo. Só a Inglaterra produz (sem contar livros de escolas, reimpressões de clássicos, etc.) uma média de *quinze obras originais por dia*. E a produção da Alemanha e da França não se afasta muito destes números quase inquietadores. O homem contemporâneo escreve demasiadamente. O Livro está obstruindo o Mundo.

Destas obras, decerto, a porção maior nem merece a menção do título. Raras, que se contam pelos dedos, valem a pena de serem longamente estudadas, como livros que poderão vencer os tempos e ficar. Mas um vasto número de obras resta ainda que, valiosas relativamente pelo pensar e pelo saber, devem ser indicadas à curiosidade do Público culto, com alguma informação resumida da sua natureza e tendências: e para estas, se as tentássemos compreender todas ou pelo menos uma maioria suficiente numa Bibliografia, não chegaria um volume compacto e inteiro da Revista. Apontar apenas algumas, ao acaso, sem método nem plano, como fazem as revistas europeias, não nos parece que aproveite ao Leitor, na sua escolha forçosamente restrita de livros, nem que lhe dê uma ideia bastante sugestiva e útil da extensão, variedade e complexidade dos movimentos literários das grandes nações pensantes. Resolvemos portanto, nas limitações que nos são impostas, mencionar somente aqueles livros estrangeiros que mais interessem o Leitor português, ou por fornecerem um elemento valioso para a sua educação geral, ou por tratarem de assuntos que actualmente mais o prendam, ou por serem, em definitivo, aquisições úteis para a sua biblioteca, já como trabalhos de Erudição, já como obras de pura Literatura.

L'Avenir de l'Europe, por C. E. Vigoreux. Paris, Alcan, editor.

O Sr. Vigoreux apresenta a Europa como um campo de batalha onde combatem dois princípios supremos, o Bem e o Mal, havendo um terceiro

princípio que é neutro e que espreita. O princípio do Bem é representado pelas raças latinas, incluindo (não sabemos porquê) a Grécia.

O princípio do Mal é a raça anglo-saxónia, abrangendo a Áustria, que é em parte eslava. O princípio neutro, que espreita, é a Rússia. O Sr. Vigoreux estuda esta difícil situação primeiramente pelo lado dos sentimentos, depois pelo lado dos interesses, e em nome de ambos conclui que deve ser extirpada da face da terra, a raça anglo-saxónia!

Mémoires du Prince de Talleyrand, publicadas pelo Duque de Broglie. tomo IV. Paris, Calman-Levy.

Temos aqui o quarto volume desta obra, que começou por causar tanta esperança, e terminou por dar tanto desapontamento.

Como documento subalterno para a História continua todavia sendo interessante. Comprados os primeiros volumes, — cumpre (por amor da colecção) comprar os restantes. Este é, como os anteriores, o mais insípido dos livros escrito pelo mais espirituoso dos homens.

Lohengrin, por Maurice Kufferath. Paris, Tischbacher, editor.

Um livro entusiasta, para os entusiastas de Wagner. É a parte duma obra mais vasta, *Le Théâtre de Richard Wagner*, que se tornou popular. Conta miudamente o *libretto*, e critica largamente a ópera. Contém excelente e útil informação para os que conhecem imperfeitamente as lendas dos Niebelungen, e do Ciclo de Artur e da Távola Redonda.

Entretiens sur l'Histoire du Moyen Age por J. Zeller. Segunda parte. Paris, Perrin, editor.

A segunda parte da considerável obra do Sr. Zeller compreende cinco capítulos, todos do mais alto interesse. O primeiro trata das *Cidades e Comunas* na Meia Idade. O segundo é intitulado *S. Bernardo e a Europa no século XII*. O terceiro é dedicado à *Monarquia Francesa*. Quarto e quinto ocupam-se respectivamente de *Philippe Augusto* e de *S. Luís*. O último tem por assunto a luta do *Papa Bonifácio* e de *Philippe o Belo*. O Sr. Zeller fixa em Philippe o Belo o fim da Idade Média. É talvez cedo de mais. O sé-

culo XIV, mesmo em França, mas sobretudo em Inglaterra e na Alemanha, sem contar Espanha e Portugal, é ainda característica e essencialmente medieval. A obra do Sr. Zeller é talvez por um lado excessivamente difusa e complexa para constituir um sumário de vulgarização histórica — e por outro muito deficiente no estudo das fontes e documentos originais para ser um trabalho de forte e segura erudição. Mas tem a agradável natureza *de entretiens*, de conversas feitas, numa forma de excelente clareza e distinção, por um espírito em quem abunda o saber, a crítica, e o justo sentimento do passado. Obra pois de todo o ponto valiosa para aqueles que desejam estudar genericamente o viver e o sentir da Idade Média.

Germey, por Ferdinand Fabre. Paris, Charpentier-Fasquelle, editores.

Ferdinand Fabre, um dos três ou quatro romancistas franceses que, tendo-se afastado largamente do idealismo de Feuillet, não chegaram todavia ao naturalismo de Zola, junta a qualidades verdadeiramente fortes de observação uma certa maneira poética de conceber a vida e de a contar, que o torna um dos mais queridos romancistas da França para aqueles espíritos delicados que só suportam a rude verdade através duma leve idealização. Uma das suas primeiras obras, *O Abbé Tigrane*, é pela concepção, pela profundidade e verdade dos caracteres, e pela excelente arte de composição, um livro de mestre. Em *Germey*, Fabre volta à sua querida província de Cévennes, e àqueles seus tipos de vida provincial, que ele tanto nos tem feito amar. Temos outra vez o bom M. Le Neveu, a sua resmungona mas bondosa governanta, e o delicioso gato preto, *Monsieur Cascaret*. *Germey*, a «heroína», é uma suposta feiticeira, e realmente uma velha pecadora, remida e restituída ao bem pela apostólica simplicidade e caridade do Abade Tuleran. A história é admiravelmente desenrolada; as figuras têm relevo e vida; e sente-se, através de cada página, com singular intensidade, a rude e original paisagem das Cévennes.

Du Niger au Golfe de Guinée, pelo Capitão Burger. Paris, Hachette, editor. 2 vols.

Uma viagem que pode ser lida com interesse e proveito por todos os que se ocupam das questões de África. Como todos os viajantes franceses, o capitão Burger manifesta talvez em excesso, a sua impressão de que a

Inglaterra está perpetuamente tramando a destruição da influência francesa nas diferentes partes do mundo, e o seu desejo de ver, por seu turno, derrubada por toda a parte a dominação inglesa. Estes sentimentos dão parcialidade ao livro. O capitão Burger no entanto é um explorador inteligente e audaz. Conta bem, e com suficiente pitoresco. Os dois tomos são excelentemente ilustrados — e têm no fim um admirável mapa.

Introductory Studies in Greek Art. por Jane Harrison, Londres. Trisher Vuwin, editores.

É um sinal dos tempos que este livro sobre a arte grega, tão bem pensado e tão bem escrito, não seja dum velho crítico, encanecido nas bibliotecas, mas duma elegante e mundana rapariga, Miss Jane Harrison. Escritora fina, graciosa, persuasiva, Miss Harrison estuda no seu livro a causa íntima da extraordinária vitalidade da arte grega através dos tempos. Todas as artes que a ajudaram a formar, a egípcia, a fenícia, a assíria, estão mortas, são relíquias arqueológicas: o gosto tem flutuado do Gótico ao «Renascença», do «Século Dezoito» ao Romântico; todas as formas de beleza passam e esquecem; — só as formas criadas pela arte grega permanecem, como educadoras constantes da Humanidade. É um livro digno de ocupar todos aqueles que se interessam pelas ideias gerais em Arte.

Gossip in a Library, por Edmundo Gosse. Londres, Heinemann, editor.

Edmundo Gosse é, além de poeta e de erudito, um dos mais finos, e hoje mais autorizados críticos de Inglaterra. Uma das suas grandes qualidades é de não ser *insular* — isto é, de compreender, sentir e bem amar (o que nem sempre sucede aos grandes críticos ingleses) o génio das nações estrangeiras. O seu penúltimo livro foi um forte e profundo estudo sobre as *Literaturas Escandinavas*. Esta última obra, que anunciamos, não é propriamente um livro de crítica, mas uma *gossip*, uma cavaqueira íntima sobre alguns raros, curiosos e esquecidos livros da antiga literatura inglesa. As suas qualidades de amável tolerância, de suave simpatia por todos os feitos de espírito, de delicado humorismo e de pitoresca erudição reaparecem aqui com notável relevo. É um livro para quem conheça já bem a História e a Literatura de Inglaterra, e deseje explorar alguns dos

seus recantos desconhecidos, descobrir antiquados modos de pensar e de sentir. Há em o ler o mesmo singular prazer que se tem em percorrer um muito antigo jornal de modas.

The Convict King, por Jane Hogan. Londres, Ward e Downey, editores.

Para quem goste de conhecer o que é uma carreira extraordinária de homem, não há mais curioso livro do que este, que conta, em excelente forma, e com *humour*, a vida e aventuras de Jorgen Jorgensen. Não existe nos tempos modernos mais fantástica personalidade do que a deste prodigioso aventureiro. Jorgensen foi sucessivamente rei da Islândia, capitão de navio, agente diplomático de Inglaterra, dramaturgo, pregador, olheiro duma casa de jogo, enfermeiro de hospital, guia de viajantes no continente, explorador, editor de jornais, chefe de clubs revolucionários, e polícia na Austrália!

Paganism and Christianity, por J. A. Farrer. Londres, A. e C. Black, editores.

É uma bela defesa do Paganismo comparado com o Cristianismo. Há todavia nela uma parcialidade excessiva e quase sectária. O Paganismo é-nos apresentado só pelos seus nobres e puros lados, pelos lados de Marco Aurélio e de Séneca (ficando escondidos os lados de Marcial e de Petrónio); e o Cristianismo é metodicamente exposto pelos seus lados inferiores. É uma obra cheia de saber e de ideias.

Tycho Brae, por J. Dreyer. Londres, A. e C. Black, editores.

É a história do grande astrónomo dinamarquês — criador duma das grandes teorias cosmogónicas que outrora, por um tempo, dominaram na ciência. O seu sistema era em parte o de Copérnico. Segundo ele, o Sol com os planetas giram em torno da Terra — mas os planetas giram em torno do Sol. As suas teorias estão esquecidas — mas a sua personalidade e a sua vida (revelando quais eram, na aurora da Renascença, as condições sociais dum grande sábio) são interessantes e admiravelmente contadas pelo Sr. Dreyer.

Pleasant work for busy fingers, por Maggre Brown. Londres, Cassel & Co., editores.

O título (*trabalho divertido para dedos trabalhadores*) explica o livro e a sua utilidade. Uma certa tia Polly empreende a tarefa de ensinar aos sobrinhos a arte de fazer com papel, com alguns alfinetes e um bocado de algodão — toda a sorte de bonecos, de flores, de coisas curiosas e ornamentais. É um excelente livro, muito claro, e com ilustrações. Sugere admirável ocupação para as noites de Inverno — porque a matéria-prima, o papel, é fácil de obter, e segundo se vê da obra, pode com ele fazer-se tudo, desde um carro até uma caixa, e dum palácio a um amor-perfeito.

History of Commerce in Europe, por H. Gibbins. Londres, Macmillan, editor.

Excelente e utilíssimo manual dando toda a história do comércio na Europa e Ásia, desde os Fenícios até aos nossos dias. Cheio de informação, de factos, de datas e cifras precisas.

Feuilles détachées, por Ernest Renan. Paris, Calman-Levy, editores.

O livro eminente do mês, em França, é incontestavelmente esta simples colecção de reminiscências e de impressões pessoais reunidas pelo Sr. Renan por conselho do velho Calman-Levy que (segundo confessa o Sr. Renan, no delicioso prefácio) entendia que o público preferia a quaisquer trabalhos de erudição, crítica ou exegese, do autor das *Origens do Cristianismo*, algumas páginas íntimas de recordações, em que ele falasse muito da sua interessante pessoa e muito da sua amada Bretanha. Calman-Levy tinha razão — e a individualidade do Sr. Renan é talvez mais atractiva que a sua obra. Por isso a parte mais curiosa e que mais prende nas *Feuilles détachées* é o prefácio, em que o Sr. Renan, com aquela risonha bonomia, que é uma das formas do seu cepticismo, e num estilo de incomparável limpidez e doçura, vai indolentemente desvelando uma ponta do seu pensamento sobre toda a sorte de problemas — a vida, a morte, o amor, a existência futura, o Purgatório, Deus, e a sua própria e encantadora personalidade. Há no Sr. Renan, por vezes, grande falta de unidade filosófica, de lógica e até de gosto. Mas ele próprio confessa que «dans sa

manière de sentir il est femme aux trois quarts». Ora o provérbio índio ensina que se não deve bater numa mulher nem mesmo com uma flor. É impossível ser severo com o Sr. Renan — e tudo se lhe perdoa, pela beleza, pureza, suave brilho e bondade moral daquela prosa, que não tem hoje outra igual em França, que é a clássica e nobre pátria da Prosa.

Souvenirs de la côte d'Afrique, pelo Barão de Maudat-Grancey.

Este livro tem duas notas misturadas e alternadas. Uma jovial, toda de reminiscências dos trinta anos de viagens do autor, desde que foi pela primeira vez a Madagáscar como guarda-marinha. Outra mais séria e severa, de protestos, expostos com muita autoridade e experiência, contra as incansáveis tentativas, feitas sobretudo pelos Ingleses, para suprimir na África o tráfico da escravatura. O Sr. de Grancey sustenta, e com argumentos de aspecto grave e valioso, que estas tentativas contra a escravatura produzem mais danos, trazem mais sofrimentos às raças negras — do que o próprio tráfico: e que com esses esforços para a supressão, e sobretudo com as práticas a que a supressão serve de pretexto, a raça branca perde material e moralmente. Esta opinião merece estudo — e o livro merece ser percorrido, quando não seja senão pelas pitorescas anedotas em que abunda sobre os negreiros provençais, as famílias reinantes negras, os costumes de Madagáscar e as rivalidades e as intrigas constantes entre as diversas divisões navais estacionadas na África Oriental. O tom geral é ligeiro, fácil e elegante.

Journal des Goncourt. tomo IV. Paris, Charpentier, editor.

É o ultimo volume (que será publicado por agora) das *Memórias dos Goncourt*, e vai de 1878 a 1884. Edmond de Goncourt, cansado talvez de que sistematicamente o acusassem de só dizer as *verdades desagradáveis*, condescende, neste tomo, em só publicar *verdades agradáveis*: — e o livro ganha na verdade como interesse e mesmo como obra de literatura. O que o torna menos atraente é o velho defeito dos outros, a imensa, excessiva, quase ridícula importância que o Sr. de Goncourt atribui à sua pessoa, à sua obra, à sua influência na literatura e no século. Talvez o Sr. Goncourt não acredite — mas é incontestável que, mesmo que não tivessem existido os irmãos Goncourt, a França seria uma grande nação, e a sua literatura uma grande literatura.

La France en Ethiopie, pelo Visconde de Caix de Saint-Amour. Paris, Faivre et Teillard, editores.

É a história, escrita sobre documentos inéditos do Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, das relações da França com a Abissínia sob os reinados de Luís XIII e Luís XIV. Livro especial e valioso para todos os que estudam a história colonial no século XVII.

Le Paradis de Mahomet, traduzido do árabe por A. Alric. Paris, Flammarion, editor.

Este volume é o quarto duma excelente série publicada pela Casa Flammarion, destinada a vulgarizar, por meio de traduções e reproduções, simples e despidas de todo o aparato erudito, as lendas históricas, os mitos religiosos, as tradições cavalleirescas de todos os povos. O primeiro destes volumes foi *Le Roman du Renard*, uma das mais velhas e curiosas epopeias francesas, posta em verso, segundo os textos originaes, pelo Sr. Charles Potvin. O segundo publicado foi *La Pucelle* de Jean Chapelain, vertida para francês moderno por E. de Molenes. O terceiro deu-nos o grande poema sânscrito, o *Ramayana*, traduzido admiravelmente por H. Fauche. Esta colecção, impressa em elzevir, com uma cartanagem artística, e excepcionalmente barata, é a melhor que podem desejar aqueles que, sem tempo para investigações laboriosas, desejam ter uma noção das lendas, das tradições e das teogonias, que representam o mais belo produto da imaginação humana.

Le demi-monde sous le second empire, por Zed. Paris, E. Kolb, editor.

Eis um livro que tem no título a sua melhor recomendação para aqueles sobretudo que conheceram Paris numa época em que ele foi excepcionalmente alegre e brilhante, e ainda para aqueles que se interessam pelas crónicas históricas da vida social. Escrito além disso por quem parece ter penetrado intimamente em todos os recantos, os mais reservados dessa sociedade, este volume constitui um documento importante sobre a vida do Segundo Império.

Une cour d'Allemagne en 1892, por L. de la Brière. Paris, De Soye, editor.

Weimar, capital do grão-ducado de Saxe, tem sido sempre desde o século XVIII, um dos mais altos centros literários da Alemanha. O grão-duque actual, homem de cultura e da boa raça dos Mecenas, continua as tradições de gosto, de estudo, de amor às letras e às artes, que tanto ilustraram os seus avós, um dos quais, e dos melhores, tem por primeiro-ministro simplesmente Goëthe. O livro de Brière, pinta com finura e grande conhecimento esta interessante corte, verdadeiro oásis das coisas do espírito, da literatura e da elegância, no meio da Alemanha arregimentada, assoldadescada e hirta na sua fardeta.

Souvenirs du Maréchal Macdonald, duc de Tarente. Paris, Plon, editor.

Ganham incontestavelmente favor no público os livros de Memórias dos generais do Primeiro Império. A França, depois de vinte anos de paz, gosta de recomeçar a ouvir os belos ecos de glória e batalha, — quando não seja senão nas crónicas dos seus generais vitoriosos. Depois das *Memórias do general Marbot*, que se tornaram vivamente populares, eis aqui as do general Macdonald, que apesar de não ter sido um dos mais altos heróis da epopeia napoleónica, merece (sobretudo pela sua magnífica conduta em Wagran) ficar grandemente na História. O livro põe numa bela luz, e com um simpático relevo, esta franca e nobre figura de soldado — mostrando-o através das suas façanhas, dos seus sofrimentos em campanha, dos perigos de que tantas vezes escapou, e das grandes responsabilidades com que o sobrecarregava o Imperador. As anedotas abundam, brilhantes e pitorescas.

Egyptian Science, por V. Johnson. Londres, Griffith, Farran & Co., editores.

Livro excelente, em que o autor, continuando o seu plano (começado no seu outro volume *Chaldean Science*) de fazer uma História geral da Ciência, acessível à generalidade do público, que não tem a especialidade e os vagares de erudição, examina o estado das Ciências, no antigo Egipto, antes da ocupação romana. Os capítulos mais atraentes versam

sobre a Astronomia, a Matemática, a Medicina, a Química, a Mecânica e Engenharia, dos tempos faraónicos. Trabalho admiravelmente lúcido e instrutivo.

South Africa from Arab Domination to British Rule, coligido por R. W. Murray. Londres, Stanford, editor.

É a tentativa, frouxa e muito incompleta, duma História geral de África. Consiste numa colecção, um pouco desconexa, de estudos e ensaios de diferentes autores sobre épocas históricas do Continente Negro. O professor Keane fornece um capítulo sobre os *Portugueses no sul de África*, em que é pouco imparcial e pouco generoso para connosco, que todavia revelámos a África ao mundo moderno. O Sr. Ellerton Fry conta e estuda a grande marcha dos Ingleses através de Mashona, — que nós, mais imparciais e generosos, reconheceremos ser um dos acontecimentos interessantes da moderna história colonial. O Sr. Deville Navis concorre com capítulos sobre a Beira, o Pungue e o baixo Zambeze. O livro está bem provido de mapas — e em suma contém um fundo aproveitável de informação.

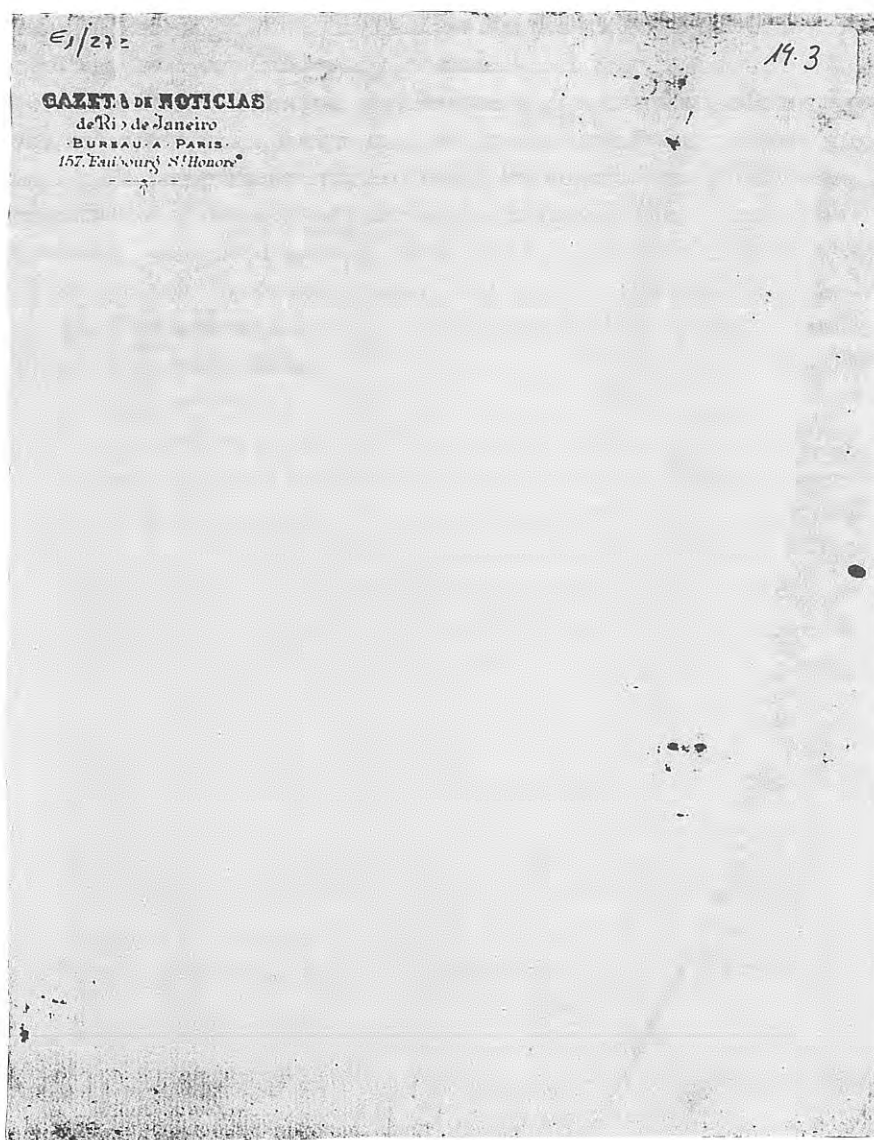
Palms and Pearls, por Alan Walters. Londres, Bentley and Son, editores.

Palmas e Pérolas é um livro de viagens, em Ceilão, com finas e interessantes descrições, estudos, anedotas e lendas sobre os pássaros, peixes, plantas e flores da ilha privilegiada. Pertence ao tipo geral dos livros ingleses de viagens, quase sempre agradáveis, cheios de observação e de factos, dando uma impressão muito justa das paisagens, resumindo com exactidão os costumes, e caracterizados invariavelmente por aquela simpatia pelas raças alheias e pelos seus modos de viver e de crer, que é um dos bons lados do *touriste* inglês.

Juntamente com este, podemos mencionar outros livros de viagens, que neste mês, como sempre, abundaram, transbordaram:

A Winter Cruise in Summer Seas, por C. C. Atchinson (Sampson Low, editores), é uma excursão indolente, através de «mares de Verão», desde Buenos-Aires até às repúblicas do Pacífico.

Through Abyssinia, por Harrisson Smith (Fisher Unwin, editores), é a curiosa história duma missão à Abissínia para se concluir o tratado pelo



Autógrafo do Espólio de Eça de Queirós, Biblioteca Nacional (E1/272).

Collecção

Fixa.

Romance — E de Resen — Camillo — Conde de Ficalho —
Albino Braga — Falco d'Almeida — Teresa
de Resen — Albino d'Almeida.

Política — Oliveira Martins — António de Serpa —
Luis Coelho — Lobo d'Almeida — Caral Nogueira
Jules Vilela — António Gomes.

Crítica Literaria — Luiz de Magalhães — Alonso
Barreto — Falco —

Poesia — Guerra Junqueira — J. Sequier — Luiz
de Magalhães — João de Deus — Marcos
Quarte d'Almeida.

Moda — 2.

Variaes (continuaçã)



Phisiologia — Balthazar Rodrigues

Exercícios Militares — 2 authors — Henri Sadena Almeida
militar de Portugal

~~J. Julius Rodrigues~~ —

Química e Física — J. Julius Rodrigues

Assumpção Colomboes — Ineus — Sorpa Pinto — Quenil
Henrique da Silva — Henrique da Silva — Henrique da Silva
Henrique da Silva — Henrique da Silva — Henrique da Silva

Viagens — Bernardo Pinella — Coelho de Carvalho

Sociedade, e Intima, e Diplomacia — Lobo d'Albuquerque —
Cyprien Machado — Inde de Albuquerque

Litteratura Geral — Ramalho — Pacheco Braga —
Chitima Candido — Valentim de Sousa
Souza Monteiro — J. Cesar Machado
Lobo d'Albuquerque — J. Magalhães Lima

Variavel

Crítica d' arte — Batalha de Reis — Luiz de Magalhães
i Mariano Pires — Joaquim de Vasconcellos?

Historia — Oliveira Martins — Theophile — Sousa
Monteiro — Ficalho — Pinkens Chapas —
Danta

Philosophia e Religiao — Spithern — Theophile —

Philologia — Adolpho Coeller

Agri cultura — Batalha Reis — Amelino de Azevedo —
Alberto de Sampaio

Economia e Sociologia — Oliveira Martins — Spithern
de Serpa — Rodrigues de Freitas

{ Anthropologia — Darron Jones
Geologia — Mary delgado —
{ Ethnologia — idem
idem

Astronomia — Dom

Higiene — Sousa Martins — Manuel Brito —
Ricardo Jorge —

210

qual a Inglaterra garantiu, em 1886, ao Rei João a posse do território de Bogos e o livre comércio por Massouah.

Ivory, Apes and Peacocks, por Horace Walter (Stanford, editor), é um livro de excursões na África, que, sob o seu fantasista e rutilante título *Marfim, Macacos e Pavões*, contém muita informação séria e útil sobre as raças, costumes, os recursos naturais e o futuro da África Equatorial.

The Old and the New, English Country Life, por Kebbel. Londres, William Blackwood, editor.

Uma admirável pintura da vida rural na Inglaterra, no século XVIII e no presente tempo. O autor francamente prefere os hábitos e os sentimentos do antigo regímen, e desenha as suas feições desvanecidas, ou que se vão desvanecendo, com grande encanto e um fino introspecto político. O seu quadro da Inglaterra rural no século XVIII é talvez idealizado; mas constitui, certamente, uma imagem de vida encantadora e que merece ficar como delicado e original trabalho de arte.

Smuggling Days and Smuggling Ways, por Henry Shore. Londres, Cassel & Co., editores.

É a instrutiva e divertida história das grandes épocas do contrabando e dos costumes e aventuras dos contrabandistas. O livro trata sobretudo do contrabando nas costas da Cornualha, no País de Gales, mas apresenta uma larga e geral pintura do contrabando, tal como ele se praticava por toda a parte, antes do aperfeiçoamento dos serviços de guarda-costas. O autor não deixa de simpatizar com a esperteza e bravura dos aventureiros, de quem canta a epopeia, hoje meio esquecida: — e é ainda com simpatia, quase com saudade, que dá ao seu volume o subtítulo de *História duma arte perdida!*

Nature in Books, por Anderson Graham. Londres, Methuen & Co., editores.

É uma tentativa para marcar a influência que tem exercido a Natureza — o campo, a paisagem, os bosques, os montes — no espírito e na obra de

alguns grandes escritores clássicos e modernos. Livro profundamente pensado, de paciência e séria investigação, cheio de requinte literário.

A Year in Portugal, pelo Dr. George Loring. Londres, Putmans, filhos, editores.

Este *Ano em Portugal* parece que foi deliciosamente agradável para o Sr. Loring, diplomata americano, porque só lhe deixou da nossa terra, dos nossos costumes, da nossa sociedade e dos nossos monumentos, impressões felizes. O livro é interessante, amável e exacto.

ÍNDICES DA REVISTA DE PORTUGAL

ÍNDICE DO 1.º VOLUME

<i>Acontecimentos (Os) do Brasil</i> , por Frederico de S.	770
<i>Boletim bibliográfico</i>	126, 259, 387, 639, 784
<i>Caixão (O)</i> , por Fialho de Almeida	67
<i>Cartas de Fradique Mendes</i> , por Eça de Queirós	261, 517, 759
<i>Cavalaria (A) portuguesa na Idade Média</i> , por Cristóvão Ayres	371, 429
<i>Crónica financeira</i>	512
<i>Crónica política</i> , por J. A. Gonçalves	255
<i>Crónica política (internacional)</i> , por P. de Oliveira	12, 251
<i>Corista (A)</i> , por Luís de Magalhães	668
<i>Dansa (A) macabra</i> , por José de Sousa Monteiro	233
<i>Destinos políticos do Brasil</i> , por Eduardo Prado	467
<i>Economista (Um) português</i> , por Rodrigues de Freitas	358, 442, 734
<i>El-Rei D. Luís</i>	625
<i>Epopeia (A) da humanidade</i> , por Teófilo Braga	188, 333
<i>Evolução (A) da literatura brasileira</i> , por Oliveira Lima	643
<i>Excursão à «Grande Muralha da China»</i> , por Bernardo Pindela	212
<i>Filhos (Os) de D. João I</i> , por Oliveira Martins	41, 129, 299, 492, 544, 694
<i>Ideal Moderno</i> , por Guerra Junqueiro	64
<i>Literatura (A) portuguesa contemporânea</i> , por Moniz Barreto	1
<i>Memória (A) do insigne historiador e poeta português Alexandre Herculano</i> , poema de Gaspar Nuñez de Arce. Versão do castelhano, por Fernando Leal	320
<i>Minas (As) de Salomão</i> , por Ridder Haggard, romance traduzido do inglês	389, 607, 720
<i>Notas do Mês</i> , por João Gomes	630, 777
<i>Pastoral</i> , por Bento Moreno	157
<i>Recordações</i> , por Silva Gaio	184
<i>Século (O) XVIII em Portugal</i> , por Teófilo Braga	571
<i>Toiradas em Portugal</i> , por Conde de Sabugosa	105, 173
<i>Vorrei Morire!</i> , por Medeiros e Albuquerque	440

ÍNDICE DO 2.º VOLUME

<i>Acontecimentos (Os) do Brasil</i> , por Frederico de S.	134
<i>Ave Migradora</i> , por Fialho de Almeida	30
<i>Boletim bibliográfico</i>	146, 277

<i>Brasil (O), fastos da ditadura</i> , por Frederico de S.	240
<i>Cartas de Fradique Mendes</i> , por Eça de Queirós	21, 225, 382, 680
<i>Ditadura (A) do Brasil: tratados diplomáticos e crédito financeiro</i> , por Frederico de S.	398
<i>Discípulo (O)</i> , por Moniz Barreto	307, 449
<i>Educação (A) moderna</i> , por Manuel de Oliveira Ramos	739
<i>Filhos (Os) de D. João I</i> , por Oliveira Martins	103, 192, 351, 433, 614
<i>Finanças (As) e a administração da ditadura brasileira</i> , por Frederico de S.	542
<i>Imperador (O) e o ex-chanceler</i> , por Rodrigues de Freitas	692
<i>Minas (As) de Salomão</i> , por Ridder Haggard, romance traduzido do inglês	62, 218, 373, 497, 649, 789
<i>Norte (O) marítimo</i> , por Alberto Sampaio	581, 713
<i>Notas do Mês</i> , por João Gomes	259
<i>Novos factores da política portuguesa</i> , por Um espectador	526
<i>Filosofia (A) de Tolstoi</i> , por Jaime de Magalhães Lima	172, 329
<i>Quadro (O) social da revolução brasileira</i> , por Ramalho Ortigão	79
<i>Reforma (A) administrativa e a democracia</i> , por Jaime de Magalhães Lima	604
<i>República (A) brasileira</i> , por Frederico de S.	827
<i>Romancista (Um) da Califórnia</i> , por Isabel Leite	478
<i>Sebastião (D.)</i> , poema por Luís de Magalhães	672
<i>Tendências gerais da filosofia na segunda metade do século XIX</i> , por Antero de Quental	5, 149, 281
<i>Traduções do Romancero de H. Heine</i> , por José Sousa Monteiro	466, 769

ÍNDICE DO 3.º VOLUME

<i>Alma póstuma</i> , por D. João de Castro	306
<i>Antropologia (A), o carácter e o futuro nacionais</i> , por Rocha Peixoto	689
<i>Características de Portugal na Europa e na história da humanidade</i> , por Jaime Batalha Reis	346
<i>Cartas de Fradique Mendes</i> , por Eça de Queirós	731
<i>Caso (Um) simples</i> , por Silva Gaio	700
<i>Crónicas da política europeia</i> , por G. de Corte-Real	67, 224, 501
<i>Comunidade (As) de Goa</i> , por Jaime de Magalhães Lima	40
<i>Como se forma a lenda</i> , por F. Sá Chaves	550
<i>Conto do moinho</i> , por M. Caldas Cordeiro	567
<i>Decretos (Os) de Mouzinho da Silveira</i> , por Teixeira Bastos	511
<i>Diorama</i> , por Eduardo Pacheco	557
<i>Economia pública portuguesa</i> , por A. Malheiro Dias	383
<i>Episódios militares</i> , por F. Sá Chaves	267
<i>Escola (A) de Barbizon</i> , por Jaime de Magalhães Lima	319
<i>Fontes de bronze em Portugal</i> , por Sousa Viterbo	398
<i>Gíria (A)</i> , por J. M. de Queirós Veloso	153
<i>Gustave Flaubert</i> , por Manuel Caldas Cordeiro	281
<i>Ideias e factos</i> , por Jaime de Magalhães Lima	289, 413, 595, 703
<i>Instrução (A) primária em Portugal</i> , por J. Simões Dias	331
<i>Jornal (O) duma princesa russa</i> , por Isabel Leite	538, 658

<i>Lição (Uma) histórica</i> , por Isabel Leite	121
<i>Madressilvas</i> , por Alberto Bramão	464
<i>Museus regionais</i> , por Rocha Peixoto	184
<i>Novos (Os)</i> , por Silva Gaio	198
<i>Pegureiros, (Os)</i> , por Monteiro Ramalho	52
<i>Pequenina (A) Guida</i> , por Joaquim de Araújo	573
<i>Pessimismo (O) e a filosofia positiva</i> , por Teixeira Bastos	249
<i>Poetas (Os) do Norte</i> , por Junius	672
<i>Práticas e teorias da ditadura republicana no Brasil</i> , por Frederico de S.	74
<i>Projecto (Um) de porto de abrigo em Leixões no fim do século XVII</i> , por Gomes de Brito	639
<i>Rainha (A) Adosinda</i> , por Francisco de Almeida	444
<i>Realidades da revolução francesa</i> , por F. d'Ayalla	16
<i>Revista (A)</i>	v
<i>Revista de crítica literária</i> , por Moniz Barreto	235, 633
<i>Revista de crítica literária</i> , por Júlio de Matos	377
<i>Revista literária</i> , por Moniz Barreto	763
<i>Revista de política interna</i> , por Luís de Magalhães	479, 620, 739
<i>Sonetos</i> , por Joaquim de Araújo	64
<i>Tédio</i> , por Acácio Antunes	195
<i>Tratado (O) com a Inglaterra e a situação de Portugal</i> , por Spectator	1
<i>Três dias em Djeddah</i> , por Augusto Sarmiento	467, 575
<i>Vida conjugal</i> , por Jaime de Magalhães Lima	211

ÍNDICE DO 4.º VOLUME

<i>Antero de Quental</i>	v
<i>Arte (A), a crítica e os artistas portugueses no salão parisiense de 1891</i> , por Jaime Ba- talha Reis	142
<i>Bibliografia</i>	115, 252, 386, 521
<i>Cancioneiro da «Revista»</i> , por Alice Moderno e João Saraiva	617
<i>Cartas de Fradique Mendes</i> , por Eça de Queirós	45
<i>Cartas da última hora</i> , por Alberto Oliveira	433
<i>Carvões portugueses</i> , por Venceslau de Lima	453
<i>Cavernas (As) em geral e especialmente as de Santo Adrião em Trás-os-Montes</i> , por Nery Delgado *	31
<i>Circulação (A) monetária e o Banco de Portugal</i> , por Rodrigues de Freitas	393
<i>Clarita</i> , por Alexandre Braga, filho	473
<i>Curso de língua portuguesa arcaica</i> , por J. Leite de Vasconcelos	314
<i>Esquisse de la marche de l'étude géologique du Portugal</i> , por Paul Choffat	622
<i>Evolução (A) das ideias do século XIX</i> , por Afonso Vargas	279
<i>Exército (O) nacional</i> , por Mosar	781
<i>Ontem e hoje</i> , por Alberto Sampaio	127
<i>Ideias e factos</i> , por J. L.	203, 327, 481, 651

* Por lapso de imprensa, certamente, este artigo não figura no índice do 4.º volume da *Revista de Portugal*.

<i>Idílio triste</i> , por António Feijó	49
<i>João de Deus e a renovação do moderno lirismo</i> , por Teófilo Braga	257, 412, 556
<i>Massi-Kesse</i> , por Caldas Xavier	61
<i>Ora marítima</i> , por F. Martins Sarmiento	181
<i>Farmácia Pires</i> , por Júlio Brandão	586, 703
<i>Poesias de H. Heine</i> , por Isabel Leite	224
<i>Política interna</i> , por Jaime de Magalhães Lima	105, 233, 371, 513
<i>Questão (A) colonial</i> , por Álvaro Castelões	640, 691
<i>Revista de crítica literária</i> , por Alberto de Oliveira e Moniz Barreto	682
<i>Revista de crítica literária</i> , por Raul Brandão	813
<i>Revista de crítica literária</i> , por Teófilo Braga	244
<i>Revista de política europeia</i> , por Moniz Barreto	490, 659
<i>Revista científica</i> , por Rocha Peixoto	350, 504, 670, 802
<i>Situação (A) geral da Europa e a política exterior de Portugal</i> , por Moniz Barreto	81
<i>Sonho (Um)</i> , por Bernardo de Pindella	776
<i>Vida (A) de Nun'Álvares</i> , por Oliveira Martins	1
<i>Vilas (As) do Norte de Portugal</i> , por Alberto Sampaio	529, 741
<i>Visita (Uma) a Benares</i> , por J. C. Berkeley Cotter	569
<i>Xanó-Poy</i> , por António Joaquim	166

Pseudónimos:

António Joaquim: António Pereira de Eça e Joaquim Mouzinho de Albuquerque

Bento Moreno: Teixeira de Queirós

Frederico de S.: Eduardo Prado

J. L.: Jaime de Magalhães Lima

João Gomes: Eça de Queirós

Junius: M. Amália Vaz de Carvalho (?)

Mosar: Oliveira Ramos

P. de Oliveira: Oliveira Martins

Spectator: Oliveira Martins

Um espectador: Eça de Queirós

Notas biobibliográficas

Eça de Queirós (1845-1900)

- 1845 25 de Novembro: nasce José Maria Eça de Queirós na Póvoa de Varzim.
- 1866 Forma-se em Direito, em Coimbra, e transfere-se para Lisboa. Publica os primeiros textos literários na *Gazeta de Portugal*.
- 1867 Janeiro-Julho: dirige *O Distrito de Évora*, jornal da oposição de que é principal redactor. De novo em Lisboa, integra o grupo do Cenáculo.
- 1870 Publicação de *O Mistério da Estrada de Sintra* (Julho-Setembro, no *Diário de Notícias*), em colaboração com Ramalho Ortigão.
- 1871 Maio: inicia-se a publicação de *As Farpas*, em colaboração com Ramalho Ortigão. 12 de Junho: participa nas *Conferências do Casino*.
- 1872 Março: é nomeado cônsul de Portugal nas Antilhas Espanholas. Parte para Havana em Novembro.
- 1875 Cônsul em Newcastle-on-Tyne. Publica *O Crime do Padre Amaro*, na *Revista Ocidental* (em volume no ano seguinte).
- 1877 Colaboração no jornal portuense *A Actualidade*, com as «Cartas de Londres».
- 1878 Fevereiro: primeira edição de *O Primo Bazílio*. Março: é transferido para o consulado de Bristol. Projecta as *Cenas Portuguesas*, série que incluiria *A Capital* e *Os Maias*. Escreve *A Tragédia da Rua das Flores* e *O Conde de Abranhos*.
- 1880 Publicação de *O Mandarin* e de uma nova versão de *O Crime do Padre Amaro*. Com as «Cartas de Paris e Londres», inicia a colaboração na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, que manterá, com interrupções, até 1897.
- 1886 10 de Fevereiro: casamento com D. Emília de Castro Pamplona, filha dos condes de Resende.
- 1887 Publicação de *A Relíquia*.
- 1888 Junho: primeira edição de *Os Maias*. Nesse mesmo mês prepara, com Mariano Pina, a criação da *Revista de Portugal*, cujo projecto apresenta em Julho aos editores Lugan & Genelioux. Agosto-Setembro: início da publicação de *A Correspondência de Fradique Mendes*, na *Gazetas de Notícias* e n' *O Repórter*. É transferido para o consulado de Paris, onde continua os preparativos para o lançamento da *Revista*.

- 1889 Março: o prospecto-programa da Revista é publicado na imprensa periódica. De visita a Portugal, participa nos jantares dos *Vencidos da Vida*. Julho: sai o primeiro número da *Revista de Portugal*, que se editará regularmente durante cerca de um ano. Eça colabora com «El-Rei D. Luís», dois artigos de «Notas do Mês», *Cartas de Fradique Mendes* e *As Minas de Salomão*, que terão continuidade nos anos seguintes.
- 1890 Fevereiro: na sequência do *Ultimatum*, publica mais um texto de «Notas do Mês», a que se seguirá o artigo «Novos factores da política portuguesa». Durante uma estada prolongada em Portugal, procura soluções para manter a Revista que, após uma interrupção de três meses, reaparece em Outubro. Publicação de *Uma Campanha Alegre* (1.º vol.), reunindo os textos d'*As Farpas*.
- 1891 A Revista atravessa nova crise, ficando suspensa entre Junho e Dezembro. Luís de Magalhães é admitido como subdirector. Publicação de *Uma Campanha Alegre* (2.º vol.). Começa a publicar-se o *Suplemento* da *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, organizado por Eça.
- 1892 Maio: é publicado o 24.º e último fascículo da *Revista de Portugal*.
- 1894 Projecto da revista *O Serão*, com Alberto de Oliveira, nunca concretizado.
- 1895 Prepara o *Almanaque Enciclopédico para 1896*, a que se seguirá outro número.
- 1897 Colabora activamente na *Revista Moderna*, dirigida por um amigo brasileiro (Martinho Arruda Botelho), cuja publicação decorre entre Maio deste ano e Março de 1899. Em Novembro começa a publicar-se *A Ilustre Casa de Ramires*, nesta mesma revista. Prepara *A Cidade e as Serras*.
- 1900 16 de Agosto: morre em Neuilly.
- Publicação em volume de *A Correspondência de Fradique Mendes* e de *A Ilustre Casa de Ramires*.
- 1901 Publicação de *A Cidade e as Serras*.
- 1902 Publicação de *Contos* (ed. de Luís de Magalhães).
- 1903 Publicação de *Prosas Bárbaras* (ed. de Luís de Magalhães).
- 1905 Publicação de *Cartas de Inglaterra e Ecos de Paris* (ed. de Luís de Magalhães).
- 1907 Publicação de *Cartas Familiares e Bilhetes de Paris* (ed. de Luís de Magalhães).
- 1909 Publicação de *Notas Contemporâneas* (ed. de Luís de Magalhães).
- 1912 Publicação de *Últimas Páginas* (ed. de Luís de Magalhães).
- 1925 Publicação de *Correspondência, Alves & C.ª*, *O Conde de Abranhos* e *A Capital* (ed. de José Maria d'Eça de Queirós, filho).
- 1926 Publicação de *O Egipto. Notas de Viagem* (ed. de José Maria d'Eça de Queirós, filho).
- 1929 Publicação de *Cartas Inéditas de Fradique Mendes e mais Páginas Esquecidas* (ed. de José Maria d'Eça de Queirós, filho), incluindo quatro dos artigos da *Revista de Portugal*.

Maria Helena Santana é licenciada em Línguas e Literaturas Modernas (Estudos Portugueses e Franceses) pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde exerce actualmente funções docentes, como Assistente.

Em 1988 obteve o grau de mestre em Literatura Comparada, com a dissertação intitulada *Imagens da França nas crónicas de Eça de Queirós*. Publicou desde então diversos artigos, quer sobre a obra periodística de Eça, quer sobre a narrativa portuguesa de finais de Oitocentos — domínio em que incide a sua tese de Doutoramento, em preparação.

© 1995 Carlos Reis, Maria Helena Santana e Imprensa Nacional - Casa da Moeda

*Este volume da Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós
foi fotocomposto e impresso nas oficinas gráficas
da Imprensa Nacional-Casa da Moeda
numa tiragem de 1000 exemplares*

*Capa de Rêgo + Associados
a partir de um excerto de «gonache» sobre papel de Eduardo Nery
Modulação Luminosa, 1966, 27 × 60 cm
Colecção do Artista
Concepção tipográfica de Vasco Medeiros Rosa*

*Agosto 1995
Código 43000817
Edição 292176000*

ISBN 972-27-0718-3
Depósito legal 89320/95

N I M P R E N S A
N A C I O N A L

© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

O volume que agora se publica reúne um conjunto de textos de Eça de Queirós, cujo significado deve ser desde já realçado: correspondendo a um domínio da actividade cultural que Eça sempre privilegiou

— o da colaboração em revistas e em jornais do seu tempo —, esses textos assumem a especial relevância que lhes é conferida por virem de uma publicação que o escritor fundou e dirigiu.

A *Revista de Portugal* não foi, assim, mais uma das publicações periódicas em que Eça colaborou; foi um projecto que o escritor acarinhou e uma iniciativa em que investiu o entusiasmo de quem cria que, por meio de uma tal intervenção cultural, seria possível reformar mentalidades e costumes.

Por tudo isto e pelo mais que se expõe na circunstanciada introdução de Maria Helena Santana, a publicação destes textos, nos termos em que é feita, reveste-se de uma importância inegável. Fica reunida em um só volume, de forma coerente e possibilitando uma leitura «em continuidade», a colaboração de Eça para a revista de que foi director.

Carlos Reis, da *Nota prefacial*

